



**Cátia Aparecida Braga Meira**

**O lugar da adolescente na dinâmica  
do abuso sexual intrafamiliar**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-  
Rio como requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre em Serviço Social

Orientador: Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Rio de Janeiro  
Julho de 2015



**Catia Aparecida Braga Meira**

**O lugar da adolescente na dinâmica  
do abuso sexual intrafamiliar**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Antonio Carlos de Oliveira**

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Sueli Bulhões da Silva**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Rosana Morgado**

UFRJ

**Prof<sup>a</sup>. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do  
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

### **Cátia Aparecida Braga Meira**

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1989. Especializou-se em violência doméstica contra crianças e adolescentes pela PUC-Rio, no ano de 2007. Servidora pública do município do Rio de Janeiro, atuando como diretora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Maria Lina de Castro Lima, da Secretaria Municipal de Assistência Social, desde o ano de 2008. Atuou como Gerente de Proteção Social Básica da 2ª Coordenadoria de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/RJ, no período compreendido entre os anos de 2006 a 2008. Atuou como assistente social na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período compreendido entre os anos de 2004 a 2006.

### Ficha Catalográfica

Meira, Cátia Aparecida Braga

O lugar da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar / Cátia Aparecida Braga Meira; orientador: Antonio Carlos de Oliveira. – 2015.

115 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Abuso sexual intrafamiliar. 3. Lugar da adolescente. 4. Famílias. I. Oliveira, Antonio Carlos de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

À minha mãe, Wanda, pela paciência e  
compreensão por tantos momentos ausentes nos  
períodos difíceis de elaboração desta dissertação.

## Agradecimentos

Ao Prof. Antonio Carlos de Oliveira, pela disponibilidade e atenção sem as quais esta dissertação não seria possível.

Às professoras Sueli Bulhões da Silva e Rosana Morgado, pelas importantes contribuições durante o exame de qualificação.

À equipe do NACA-Rio pela paciência e disponibilidade durante o processo de pesquisa.

À equipe do CREAS Maria Lina, em especial a minha querida companheira de luta Lucyana Vergara, pelo incentivo a busca de novos conhecimentos.

À minha filha, Luísa, por me desafiar a todo momento a refletir sobre minhas ações naquilo que se refere a arte de ser mãe.

Ao meu eterno parceiro, Celso, pelo incentivo nesta caminhada.

## Resumo

Meira, Cátia Aparecida Braga; Oliveira, Antonio Carlos de. **O lugar da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar**. Rio de Janeiro, 2015. 115p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo tem como objetivo a discussão do lugar da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, perpetrado pelo pai ou por quem o represente afetivamente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada através da análise de oito casos, a partir de relatórios interdisciplinares elaborados pela equipe técnica responsável pela avaliação da alegação de abuso sexual e de entrevistas com estes profissionais. O material resultante da pesquisa de campo foi submetido à análise de conteúdo, em sua modalidade temática. Os resultados apontam predominantemente para famílias cujos lugares ocupados por seus integrantes possuem frágeis fronteiras, possibilitando que haja um emaranhado entre os subsistemas familiares, agravando as relações conflituosas ou distantes entre a adolescente e sua genitora, a iniciação do abuso sexual na fase da infância e a manutenção do sigilo por longo período até a adolescência.

## Palavras-Chave

Abuso sexual intrafamiliar; lugar da adolescente; famílias.

## Abstract

Meira, Cátia Aparecida Braga; Oliveira, Antonio Carlos de (Advisor). **The place of female adolescent in the intrafamilial sexual abuse dynamics**. Rio de Janeiro, 2015. 115p. MSc. Dissertation – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present study aims to discuss the place of the female adolescent in the intrafamilial sexual abuse dynamics, perpetrated by the father or his emotional representative. It is a qualitative research, carried out through the analysis of eight cases, from interdisciplinary reports developed by the technical team responsible for evaluating sexual abuse allegations and interviews given by these professionals. The field research resulting material was submitted to content analysis, based on its thematic modality. The results predominantly point to families in which the places of the constituents are built upon fragile boundaries, enabling the entanglement among family subsystems, aggravating conflictive or distant relationships between the adolescent and her mother, the initiation of the sexual abuse in the childhood phase and the maintenance of confidentiality for long period until adolescence.

## Keywords

Intrafamilial sexual abuse; place of female teenager; families.

## Sumário

	Introdução	10
1	Famílias	20
1.1.	Conceitos de Família	20
1.2.	Percurso Histórico	21
1.3.	Adolescência, seu Lugar na Família e o Abuso Sexual	32
1.3.1.	Adolescência: fase de crise	32
1.3.2.	Adolescência e as relações familiares: a Teoria Sistêmica como referência para análise	35
1.3.3.	A adolescente e o abuso sexual: a transversalidade com a desigualdade de gênero	38
2.	Abuso Sexual Intrafamiliar	43
2.1.	Abuso Sexual: complexidade da definição	43
2.2.	A Dinâmica do Abuso Sexual Intrafamiliar	47
2.3.	O Abuso Sexual Intrafamiliar e a Adolescente	54
3.	A Adolescente na Dinâmica do Abuso Sexual Intrafamiliar	57
3.1.	A Forma de Organização Utilizada para a Análise	57
3.2.	Caracterização das Famílias Sujeitos da Pesquisa	58
3.3.	Lugar da Adolescente na Dinâmica Familiar	84
4.	Considerações Finais	103



5.	Referências Bibliográficas	108
6.	Apêndices	112
6.1.	Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	112
6.2.	Apêndice 2 – Autorização para Pesquisa de Campo	114
7.	Anexo – Parecer da Comissão de pesquisa	115

## Introdução

O atendimento a famílias em que a dinâmica do abuso sexual intrafamiliar encontra-se presente ocorre de forma sistemática nos serviços ofertados pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), do qual sou coordenadora, através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), conforme Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)<sup>1</sup>

Sendo assim, temáticas relacionadas à violência e violação de direitos são frequentemente discutidas em nossa prática profissional na instituição. Tendo como foco das intervenções a atuação com centralidade na família<sup>2</sup>, leituras e discussões relacionadas às temáticas da violência, assim como da violação dos direitos, são de fundamental importância para um atendimento de qualidade, respaldado em referenciais teórico-metodológicos.

Ter a família como instituição central de nossa intervenção faz com que tenhamos a necessidade de conhecimentos específicos sobre essa instituição historicamente construída. O processo histórico pelo qual vem se desenvolvendo sua conceituação é de fundamental importância para que tenhamos a noção dos valores e características que a atravessam. Assim, foi possível perceber que para o aprofundamento da discussão aqui proposta – o lugar da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar – seria necessário mergulharmos em leituras e produções que nos propiciassem o conhecimento acerca dos lugares ocupados e das relações estabelecidas entre seus integrantes, como o fizemos no Capítulo I deste estudo.

No ano de 2004, como servidora do município do Rio de Janeiro junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, à época denominada Secretaria Municipal de Assistência Social, desenvolvi algumas atividades relacionadas com o cadastramento de famílias de baixa renda<sup>3</sup> no Cadastro Único do Governo

---

<sup>1</sup> A Resolução 109 aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais disponíveis no Brasil, organizando-os por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

<sup>2</sup> Conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

<sup>3</sup> Consultar a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2009, que cria o Programa Bolsa Família e conceitua o que são famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Federal, cuja inserção permite que o Governo Federal elenque famílias cujo perfil faça jus às políticas públicas então vigentes, entre elas a de transferência de renda através do Programa Bolsa Família<sup>4</sup>.

Na execução de tal cadastramento, foi-me possível perceber que a utilização do formulário “Cadastro Único do Governo Federal”, preenchido necessariamente com a presença do responsável legal pela família<sup>5</sup> poderia nos proporcionar, se realizado com escuta aberta e acolhedora, um aprofundamento na história de vida daquela família, já que as perguntas nele contidas relacionavam-se entre si, cruzando inclusive informações de parentesco entre seus integrantes. Obviamente tal entrevista poderia ser feita de forma automatizada, sem que fosse possível perceber as mais diferentes relações interpessoais que se estabeleciam entre os integrantes de determinadas famílias, entre elas relações cuja violência mostrava-se presente.

Em 2006, já motivada com o conhecimento específico da dinâmica de violência intrafamiliar, busquei o Curso de Especialização em Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Como trabalho de conclusão do curso, optei por realizar a interseção entre a execução do cadastramento da família – até então especificamente executado pela Proteção Social Básica<sup>6</sup> – e a possibilidade da identificação de violências pertinentes ao escopo dos serviços da Proteção Social Especial<sup>7</sup>, com o tema “A utilização do formulário do cadastramento único do governo federal como facilitador para a identificação da violência doméstica”. Nessa produção foi possível perceber o quão rico para a identificação da violência doméstica poderia ser o momento da entrevista se, e somente se, estivéssemos voltados a uma escuta aberta e cuidadosa para a fala das famílias.

No ano de 2008, surge a oportunidade de assumir então o cargo de Coordenadora do CREAS cujo território de atuação abrange toda a zona sul do município do Rio de Janeiro. Responsável pela gestão – incluindo orientação e supervisão do trabalho técnico –, a necessidade de aprofundar o conhecimento

---

<sup>4</sup>Consultar a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2009, que cria o Programa Bolsa Família e conceitua o que são famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

<sup>5</sup> Consultar Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2009, a qual define quem pode ser o Responsável Legal por uma família.

<sup>6</sup> Para aprofundamento das Proteções Sociais Afiançáveis sugerimos a leitura da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)

<sup>7</sup>Ibidem.

voltado para a ocorrência da violência mostrou-se fundamental, que passei a suprir através de leituras e participações em eventos.

Entre os serviços à época ofertados, executávamos uma oficina denominada “Oficina de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, sendo o abuso sexual caracterizado conforme o trecho abaixo:

Schechter e Roberge (1976, p. 129) ofereceram uma das mais conhecidas e mais úteis definições normativas: “A exploração sexual das crianças refere-se ao envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos desenvolvimentalmente, em atividades sexuais que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares.” Eu acrescentaria a isso: “e que objetivam a gratificação das demandas e desejos sexuais da pessoa que comete o abuso”, de modo a incluir o elemento intencional crucial do abuso. Essa definição normativa destaca a noção de dependência estrutural das crianças e a incapacidade de dar consentimento informado a relacionamentos sexuais. (FURNISS, 1993, p. 12)<sup>8</sup>

Nessas atividades, uma equipe de educadores sociais e técnicos – assistentes sociais e psicólogos – saíam às ruas e encontravam algumas crianças e adolescentes que faziam parte de grupos em situação de exploração sexual, principalmente na área de São Cristóvão. A atividade era desenvolvida durante o período noturno, com essas crianças e adolescentes que se encontravam em situação de rua. Cabe registrar que nesse período o território de abrangência desse CREAS, no que concernia ao trabalho de enfrentamento ao abuso e exploração sexual, englobava também a área do Centro da cidade, referente à 1ª Coordenadoria da Assistência Social, à qual o bairro de São Cristóvão se integra. O serviço era executado a partir de oficinas, tendo uma psicóloga contratada à frente, na qual eram dramatizadas diversas situações que faziam parte do cotidiano desta população, visando a ressignificação das violências sofridas, assim como permitir o resgate de outras possibilidades de se viver, para além das ruas.

Durante esses encontros, a integração entre as meninas – aqui englobando crianças e adolescentes – e a equipe profissional estreitava os laços de confiança, proporcionando um maior conhecimento acerca dos medos, angustias e expectativas do grupo. Assim, foi possível falar abertamente sobre as relações sexuais que mantinham não somente com os meninos do grupo, como com outros

---

<sup>8</sup> Registramos que FURNISS (1993) em toda sua exposição raramente utiliza o termo adolescente. No entanto, percebe-se que a utilização da terminologia criança engloba o período legalmente compreendido como o de criança e também como o de adolescente, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

homens que as procuravam, assim como as que mantinham em casa com seus pais ou padrastos. Fundamental se faz registrar que nenhuma dessas situações eram entendidas pelas meninas como relações violentas.

Em referência às relações sexuais ocorridas entre o próprio grupo, tudo era relatado como situações de início de namoro, fim de namoro, troca de pares, situações que muitas vezes propiciavam brigas entre os colegas. Com relação aos homens que vinham buscar as meninas para manter relações sexuais – das mais diversas formas, ocorrências muitas vezes estimuladas pelos meninos do grupo –, a situação era vivenciada como meio de subsistência, não somente para a compra de alimentos, mas também drogas e/ou produtos para os cuidados pessoais, como shampoo, condicionador e outros, já que o ato sexual era realizado sempre em troca de algum tipo de pagamento.

Mais delicada era a abordagem sobre as relações sexuais que ocorriam em suas casas com seus pais ou padrastos – em muitos momentos foi possível perceber falas ressentidas, feitas pela criança ou adolescente, com relação à genitora. A falta de credibilidade atribuída às situações relatadas pelas vítimas à mãe, já que muitas haviam revelado os atos abusivos, mostrava-se de grande sofrimento. Muitas atribuíam a ida para as ruas como uma forma de interromper as situações a que eram submetidas, outras eram colocadas para fora de casa após a revelação. Por muitas vezes pudemos ouvir meninas dizendo que as mães acreditaram nos agressores e não nelas. Sua vingança era saberem que eles, os agressores, preferiam manter relações sexuais com elas a com suas mães e quando estavam em casa eles faziam o que elas – meninas – queriam.

Necessário ter em conta que relações conflituosas, ou distantes, entre as meninas e suas genitoras podem ser um dos fatores de estresse para a revelação, e possível interrupção, da ocorrência do abuso sexual.

O abuso sexual da criança não é apenas um problema entre os sexos, mas também um problema entre pais e filhos. A perda da importante perspectiva intergeracional pode não apenas esconder questões de desapontamento materno e rivalidade feminina no relacionamento mãe-filha que qualquer abordagem terapêutica precisa levar em consideração. (FURNISS, 1993, p. 22)

Assim, é possível perceber que as crianças e adolescentes assumem um papel sexualizado e sedutor precocemente, como consequência das violências sofridas, através do qual aprenderam a se relacionar (Sanches, 2004).

Uma menina desperta os sentimentos de proteção e indignação. Mas se a vítima é uma adolescente plenamente desenvolvida, nosso constrangimento com o comportamento da vítima, por vezes sexualmente agressivo, nos leva a vê-la como a sedutora, e como se tendo aproveitado de um homem fraco e mais velho. Além disso, se a vítima expressar seu sofrimento através do uso de drogas, álcool ou prostituição, concluímos que ela deve ter sido sempre uma menina má, e deve ser considerada, pelo menos em parte, como responsável pela situação. (Butler apud Morgado, 2012, p. 71)

Essas oficinas realizadas pelo CREAS durante alguns anos possibilitaram-me a aproximação com a temática do abuso e exploração sexual, suscitando cada vez mais a necessidade de conhecimentos científicos acerca da temática.

Atualmente, as oficinas não são mais realizadas, já que ocorreram diversos questionamentos quanto à opção metodológica da equipe técnica pela não obrigatoriedade do acolhimento institucional após os encontros. No entanto, o CREAS continua sendo referência para o atendimento de famílias cuja dinâmica de organização é atravessada pela violência, inclusive o abuso sexual contra crianças e adolescentes. Nessa prática, é possível perceber o quão diferente se faz a percepção de todos os envolvidos no processo, dependendo da idade e sexo da vítima. Comum mostra-se a fala culpabilizadora quando quem sofreu a violência já se encontra na fase da adolescência. Essa ideia perpassa subliminarmente, e muitas vezes de forma clara, os posicionamentos dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGD)<sup>9</sup>, como também podem ser encontrados em pareceres técnicos (Morgado, 2012; Oliveira, 2011).

Diante dessa realidade, foi possível perceber que não basta termos o conhecimento quanto à dinâmica da ocorrência do abuso sexual, mas é preciso identificar e entender todas as variáveis que a atravessam, entre elas as desigualdades entre os gêneros e as de geração. Também a faixa etária da vítima nos mostra ser fator significativo quando abordadas temáticas como responsabilidade, culpa e proteção.

Dessa forma, os diferentes papéis exercidos por cada integrante nas relações interpessoais de determinada família diferenciam-se dependendo do tipo de dinâmica estabelecida entre seus componentes, ou seja, o mesmo sujeito pode estabelecer relacionamento saudável com um integrante da família e com outro manter relações cuja consequência traga prejuízos à sua saúde, sejam eles físicos

---

<sup>9</sup> Para aprofundamento sugerimos a leitura das Resoluções 113/2006 e 117/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), as quais dispõem sobre a regulamentação do SGD.

e/ou psíquicos, assim como afetem toda a família (Minuchin, 1982; Gabel, 1997; Sanderson, 2005; Ackermann, 1986).

Percebe-se, então, que o conhecimento acerca dos diversos papéis exercidos pelos diferentes atores de uma determinada família, assim como os lugares que ocupam na dinâmica familiar, são de fundamental importância não somente para o entendimento quanto à ocorrência do abuso sexual intrafamiliar, como também para a sua manutenção ou interrupção.

Tendo como fundamento para nosso estudo o modelo de família nuclear burguesa, que tem “como uma de suas principais características, a naturalização da divisão sexual do trabalho, trazendo com ela a fixa distinção de papéis entre o homem/provedor e a mulher/cuidadora” (Morgado, 2012, p. 113), não podemos desconsiderar as diferenças entre os papéis assimétricos em que são colocados cada sujeito, sejam eles de gênero ou de geração. (Oliveira, 2011; Gabel, 1997; Sanderson, 2005).

Em particular na ocorrência do abuso sexual perpetrado contra a adolescente, encontra-se a ideia de que, por já estar com o corpo formado por caracteres sexuais secundários, seria responsável pela ocorrência da violência, tendo em vista que a partir de comportamentos considerados sedutores, aqui incluído o uso de roupas supostamente provocantes, o abuso sexual seria provocado (Habigzang, 2008). Assim, a culpabilização da adolescente é indicador frequente das inversões quanto às posições em que são colocados o agressor e a vítima (Habigzang, 2008; Borges, 2003).

A adolescência caracteriza-se justamente por ser uma fase repleta de conflitos internos, questionamentos de valores, afirmação de novo papel a ser exercido dentro e fora do âmbito familiar, sendo considerada um momento de crise esperada na dinâmica familiar (Minuchin, 1982), marcada por uma reviravolta na vida pessoal e interpessoal da adolescente (Gabel, 1997).

Nessa fase da vida, diante de tantas inquietudes, na qual o sujeito torna-se sabidamente muito frágil (Gabel, 1997), quanto mais específico for o conhecimento acerca dos lugares que podem vir a ocupar em determinadas situações – no estudo aqui proposto o lugar ocupado na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar –, mais adequado será o entendimento quanto à ocorrência do fenômeno, assim como auxiliar na qualificação da intervenção profissional.

Enfatizamos que nesta pesquisa, em nenhuma hipótese intenciona-se responsabilizar a vítima pelo abuso perpetrado, mesmo que o lugar que esteja, ou

melhor dizendo, que tenha sido induzida a estar, seja considerado como um facilitador para a ocorrência da violência.

Espera-se que o pai, em seu papel de progenitor, trace as fronteiras adequadas. Isso significa que mesmo que uma criança se comportasse de uma maneira abertamente sexual, comportamento que cada vez mais aprendemos a ver como resultado de abuso sexual anterior e não como ponto de partida, e mesmo que as crianças fossem abertamente sedutoras e tentassem iniciar o abuso sexual, como por exemplo entrando no quarto do pai de modo sexualmente convidativo, seria sempre responsabilidade do pai estabelecer limites. Nem mesmo o mais sexualizado ou sedutor comportamento jamais poderia tornar a criança responsável pela resposta adulta de abuso sexual, em que a pessoa que comete o abuso satisfaz seu próprio desejo sexual em resposta à necessidade da criança de cuidado emocional. Ao mesmo tempo, nós não podemos esperar que um pai seja capaz de lidar sozinho com a situação. Como no abuso físico, seria então responsabilidade dele sair da situação e procurar ajuda (FURNISS, 1993, p. 21)

É no âmbito desse marco teórico de compreensão do abuso sexual intrafamiliar que se objetiva discutir o lugar da adolescente na dinâmica abusiva estabelecida.

Para consecução desse objetivo, foi escolhido como campo empírico de pesquisa o Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente do Rio de Janeiro (NACA-RJ), já que existe nessa instituição um comprometimento com a qualificação profissional, o que deu uma maior segurança quanto às leituras elaboradas pelas equipes técnicas – duplas composta por psicólogo e assistente social – não somente referente à dinâmica familiar, mas também quanto à demanda que nos apresenta o SGD de um trabalho com foco na avaliação de alegação de abuso sexual. Cientes de seu papel, e constantemente refletindo sobre tal, a equipe estabelece uma relação respeitosa com esses parceiros, tendo clara, porém, sua não submissão à correspondência de suas expectativas, não raro explicitamente referidas à realização de um processo de revelação do abuso sexual.

Convergimos assim, com o entendimento de FURNISS quanto à necessidade de recursos estruturais e de atendimento especializado para evitarmos conduta e ação profissional inadequadas:

(...) Nenhuma capacidade pessoal de manejar a situação, e nenhum conhecimento ou habilidade motivará os profissionais a ajudar as crianças que sofreram abuso sexual e suas famílias se não houver recursos, estruturas e ambientes para os serviços.

(...) A imensa e nova tarefa de lidar com o abuso sexual da criança não pode ser realizada sem o cuidadoso exame das questões pessoais de identificação, sem considerarmos o treinamento profissional e as estruturas de cooperação em uma abordagem metassistêmica multidisciplinar, e sem definir claramente as implicações de recursos para o nosso trabalho. (FURNISS, 1993, p. 43)



Não estamos aqui negando a importância da responsabilização do autor do abuso sexual, apenas registrando os papéis diferenciados que as instituições possuem diante do fenômeno, não negando a necessidade do trabalho intersetorial e interdisciplinar para seu enfrentamento, mas respeitando a especificidade de atuação de cada segmento, o que propiciará que os procedimentos legais sejam adotados, assim como garantirá o acompanhamento psicossocial necessário à avaliação dos encaminhamentos cabíveis, visando possibilitar que o alegado autor se reconheça como autor de tal violência.

[...] a admissão legal da pessoa que cometeu o abuso não pode ser igualada à assunção da autoria no domínio psicológico. Ter admitido legalmente e ter quebrado o segredo não significa que a pessoa que cometeu o abuso está enfrentando sua responsabilidade e assumindo aquilo que fez à criança e a outros membros da família. Admissões no tribunal e provas legais irão apoiar o tratamento das pessoas que cometeram abuso, mas a admissão legal ainda não constitui a etapa terapêutica de assumir a autoria em termos psicológicos. (FURNISS, 1993, p. 25)

Durante o processo deste estudo foi sentida a necessidade de alteração da metodologia inicialmente proposta, a partir da aproximação com os casos apresentados.

O não envolvimento direto das adolescentes e suas famílias em entrevistas ou encontros com esta pesquisadora foi mantido, já que não queríamos correr nenhum tipo de risco em revitimizá-las. A apropriação da dinâmica familiar através das leituras de anotações na ficha de evolução dos casos feitas pelos profissionais que atenderam a família e as entrevistas com esses técnicos foram mantidas, acrescidas da leitura do relatório técnico de encerramento do caso – naqueles que assim o foram. Enfatizamos que apenas um caso dos selecionados não teve ainda seu relatório produzido, mas é considerado pela equipe técnica como encerrado. Pela especificidade com a qual a revelação do abuso sexual é deflagrada entendemos que seria uma perda de qualidade para este estudo não considerá-lo.

Para que a pesquisa acontecesse foi realizado um primeiro encontro entre a pesquisadora e a Coordenadora Técnica do NACA-Rio. Nesse momento, foi entregue o termo de apresentação da pesquisa, assim como realizada uma reunião na qual foi possível discutir o estudo a ser realizado mais detalhadamente.

Em um segundo momento, realizamos uma participação na reunião geral, que contou com a presença da equipe técnica do NACA-Rio, da Coordenadora Técnica e do supervisor técnico do grupo. Nesse encontro foi possível explicitar para a equipe o objetivo do estudo para que pudessem proceder uma indicação prévia de casos que julgassem pertinentes e adequados ao objeto da pesquisa,

a partir dos seguintes critérios: (a) abuso sexual intrafamiliar; (b) alegada vítima adolescente do sexo feminino; (c) alegado autor sendo pai ou seu substituto em termos de vínculos e exercício da função paterna. Foram assim indicados 12 casos pela equipe técnica, a partir dos quais iniciou-se a leitura minuciosa e atenta.

A produção de dados de pesquisa a partir do material inicialmente planejado para ser a fonte principal foi modificando-se durante o processo. A leitura das anotações dos profissionais nas fichas de evolução foi o que primeiro se realizou, e após esse momento, deu-se continuidade com a leitura dos relatórios. Percebeu-se com isso que a leitura dos relatórios de encerramento já era feita com um olhar comprometido com aquilo que a pesquisadora avaliava de primordial que contivesse, perdendo assim a possibilidade de se deixar surpreender pelo entendimento de outros profissionais. Identificado esse entrave, a ordem das leituras foi alterada, sendo primeiramente feita a do relatório técnico, e somente após, a consulta às anotações nas fichas de evolução.

Essa organização mostrou-se mais eficaz e dinâmica, possibilitando inclusive uma maior agilidade na realização da pesquisa de campo.

Após esse momento, foram iniciadas as entrevistas com a equipe técnica responsável pelo atendimento de cada família. Esses momentos possibilitaram diversas reflexões, não somente da pesquisadora, mas também da própria equipe que verbalizou a importância do olhar de outros profissionais sobre o caso. A equipe também sinalizou o quão diferente agiriam atualmente em algumas situações, demonstrando sua satisfação no que se refere à revisitação do caso.

A riqueza de conteúdo ofertado no material lido foi tamanha que resolvemos proceder este estudo a partir da análise de oito casos, circunscritos por semelhanças e por grandes diferenças, as quais serão objeto de discussão e análise centrais em nosso trabalho.

A organização da dissertação foi estruturada em três capítulos principais; para tanto partimos dos conceitos que consideramos fundamentais para o estudo proposto, sendo eles: família, adolescência e o abuso sexual.

Dessa forma, no Capítulo 1 encontraremos o processo histórico da conceituação de família, assim como nosso entendimento em como abordar o seu funcionamento em uma perspectiva sistêmica, que nos orienta à compreensão do espaço em que o abuso sexual intrafamiliar se estabelece. Ainda no mesmo capítulo foi abordada a fase de vida humana cujo objeto deste estudo se direciona

– a fase da adolescência. A abordagem desse período da vida foi realizada a princípio sem distinção de gênero, para posteriormente nos remetermos a influências das desigualdades de poder circunscritas às especificidades do feminino e do masculino.

No Capítulo 2 definimos o conceito e discutimos a dinâmica do abuso sexual, com enfoque naquele que ocorre no interior da própria família, tendo o pai ou quem o represente como alegado autor.

Os elementos produzidos a partir da pesquisa de campo constituem o eixo central da análise em que consiste o Capítulo 3, no qual nos propusemos a traçar semelhanças, como também especificidades, entre as dinâmicas das famílias estudadas, visando contribuir para o entendimento do lugar da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, proporcionando reflexões acerca da temática.

# 1

## Famílias

### 1.1.

#### Conceitos de Família

Refletir sobre o local da adolescente vítima do abuso sexual intrafamiliar leva à necessidade de compreensão do local em que o abuso ocorre: a família. Para tanto, a compreensão dessa instituição como fruto das necessidades de cada momento histórico com suas especificidades, é de suma importância para que tenhamos claro que as diversas concepções de família existentes ao longo da história não se dão de forma natural, ao contrário, são construídas para que atendam às necessidades de determinada organização social.

Dessa forma, distanciar-se da visão de família como lugar sacrossanto, de proteção e harmonia, no qual as identidades de seus integrantes são formadas diretamente relacionadas com a capacidade de funcionalidade de cada núcleo familiar é fundamental para que se possa desnaturalizar as formas de organização familiar como independentes dos processos históricos.

Com os estudos de diferentes áreas, dentre elas a antropologia, foi possível demonstrar, a partir do estudo dos mais diversos grupos humanos, que o conceito de família, assim como o de parentesco, diverge entre as sociedades e o período histórico em foco. Assim, a família existente à época do feudalismo diferencia-se tanto das existentes atualmente, quanto da família patriarcal do Brasil colônia (Enciclopédia Mirador, 1976).

Como a demonstração das diferenças existentes entre as concepções de família ao longo dos tempos, transcrevemos abaixo parte da carta de José de Anchieta, em sua *Informação dos casamentos dos Índios do Brasil*<sup>10</sup>, na qual escreve:

(...) as mães não são mais que uns sacos, em respeito dos pais, em que se criam os filhos, e por esta causa os filhos dos pais, posto que sejam havidos de escravos e contrárias cativas, são sempre livres e estimados como os outros; e os filhos das fêmeas, se são filhos de cativos, os têm por escravos e os vendem, e às vezes

---

<sup>10</sup> Publicada na Revista Trimensal de História e Geografia, atual Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 8, 1846.

matam e comem, ainda que sejam seus netos, filhos de suas filhas (...)” (Mirador, 1976, p. 4489).

Assim, percebe-se claramente que família não é uma entidade abstrata e estática, constituindo-se em representações claras das relações sociais, mais do que de relações biológicas, em determinado momento histórico.

Segundo Morgado (2012), apesar de todo o conhecimento acerca da historicidade das concepções de família, ainda hoje é difícil analisá-la como uma instituição que se altera segundo as transformações históricas.

A ideia de que, no imaginário social, a família é um espaço de socialização pelo afeto, respeito aos indivíduos e união pelo amor tem dificultado em muito sua análise como instituição social que está atravessada por relações de poder e dominação, como as demais em nossa sociedade (Morgado, 2012, p. 111)

Negando-se assim o caráter histórico da família, com as diferenciações inerentes à hierarquização de poder entre os gêneros e as gerações, há uma tendência de, diante de situações não condizentes com aquilo que se espera, culpabilizar a família pela não execução de seus papéis “naturalmente” instituídos, como é o caso da proteção da prole, impedindo, entre outras, situações de violência e ocorrência de abuso sexual.

Segundo Morgado (2012), apesar de se perceber certa aceitação dos diversos arranjos familiares existentes, a família nuclear burguesa é apresentada em nosso século como o “modelo natural de união”. Para que possamos, então, compreender a forma como se constitui a organização familiar atualmente, torna-se de fundamental importância realizarmos um rápido percurso histórico.

## **1.2. Percurso Histórico**

Segundo Narvaz (2006), a base de nossa sociedade está fundada na estrutura da família monogâmica patriarcal:

Os primórdios dessa forma de organização foram encontrados na família romana. “*Famulus* quer dizer escravo doméstico, e *família*, o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem”, diz Engels (1884/1964, p. 91). Com o tempo, o termo família passou a significar um grupo social cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com direito de vida e de morte sobre todos eles (Xavier, 1988). (Narvaz, 2006)

Assim sendo, a forma como se apresentam as diferentes organizações familiares como fruto da necessidade das relações sociais de determinado momento histórico é o que vem a diferenciar as diversas manifestações quanto à concepção de família.

Para que possamos compreender a atual constituição da organização familiar faz-se necessário traçarmos o percurso histórico pelo qual passou essa instituição, e conseqüentemente, as influências por ele sofridas.

Na época do feudalismo, a família era do tipo extensa e os senhores feudais exerciam forte controle sobre suas mulheres no intuito de defender a legitimidade de sua prole. O aprendizado das normas sociais ocorria pelo convívio comunitário através dos costumes e tradições, não sendo a família a principal referência nesse processo. Assim sendo, a proximidade afetiva entre os membros da família e sua privacidade não eram questões valorizadas nesse contexto histórico, mas sim a importância do convívio comunitário. Os cuidados com a criação das crianças também eram compartilhados pela comunidade, não sendo, dessa forma, responsabilidade unicamente dos pais a formação dos filhos. As crianças aprendiam as normas sociais através da convivência com a comunidade (Narvaz, 2006; Oliveira, 2011).

O surgimento da família burguesa (século XVIII), tendo como uma de suas principais características a divisão sexual do trabalho, traz nitidamente a distinção entre os papéis do homem e da mulher, ficando o homem com o papel de provedor da família e a mulher com o de cuidadora (Morgado, 2012). Nessa lógica, torna-se a família a responsável pela criação de sua prole, assim como passa a exercer o lugar de socialização e trocas afetivas entre seus membros.

Nesse contexto cabe à mulher a realização das tarefas domésticas, dentre elas o de cuidado/criação dos filhos, e ao homem o papel de trabalhador produtivo remunerado. Também a relação entre homens e mulheres sofre diretamente influência dessa concepção de família, tornando-se a mulher totalmente dependente do marido. Essa dependência dá ao homem poder e autoridade sobre as mulheres. Cabe registrarmos que a hierarquização de poder entre o homem e a mulher tem relação diretamente proporcional à relação entre pai e filhos. Essas características são de suma importância para a análise do abuso sexual intrafamiliar

Essa distinção entre os papéis do masculino e do feminino torna-se ideologicamente assimilada nas relações familiares, fazendo parte dos valores transmitidos entre as gerações, o que afetará diretamente a capacidade do

indivíduo em se posicionar, como também enfrentar diversas situações que podem ocorrer na dinâmica familiar.

A assimilação dos valores e concepções internalizados a partir das relações sociais estabelecidas leva a um processo de alienação crítica, fazendo com que se tenha a falsa ideia de que os lugares ocupados pelos atores de determinada família dá-se de forma natural e não a partir de uma construção histórica. O conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, nos é muito caro já que proporciona fundamentação teórica para o entendimento dessa internalização dos valores a ponto de serem pensados como individuais e naturais, não como fruto das relações sociais estabelecidas em determinado momento histórico.

O que faz com que as práticas, no e pelo que nelas fica obscuro aos olhos de seus produtores e por onde se traem os princípios transobjetivos de sua produção, sejam *sensatas*, isto é, habitadas por um sentido comum. É porque os agentes não sabem jamais completamente o que fazem, que o que eles fazem tem mais sentido do que eles imaginam. (Bourdieu, 1980, p. 116, grifo do autor)

Como toda construção histórica, o *habitus* não pode ser considerado como imutável, está em constante troca com novos valores criticamente surgidos e está constantemente sujeito a novas experiências, podendo modificar-se a partir das pressões numa determinada conjuntura. Logo, (...) as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são antes produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura (Setton, 2002, p. 61).

Sendo assim, a organização familiar se modifica a partir da necessidade de adaptação a novos interesses, interesses esses que em muito influenciarão a forma como as relações sociais se apresentarão.

Retomando a discussão histórica, é importante registrar que com o advento da família nuclear burguesa ocorre a prática de fechamento em si mesma, surgindo então à noção de privacidade familiar, com o estabelecimento de distâncias em relação à comunidade (Oliveira, 2011). Este grau de fechamento pelo qual passa a família será de fundamental importância quanto ao seu nível de permeabilidade às interferências externas, que poderá vir a contribuir fortemente para a manutenção do segredo na ocorrência do abuso sexual intrafamiliar.

Assim, conforme expõe Morgado (2012),

O longo processo de transformação da concepção de família – que, em dado momento histórico, organizava-se em função da conservação de bens, da prática de um ofício, da ajuda mútua, da proteção da honra e da vida em caso de crise ou guerras, posteriormente, muito mais como unidade de consumo, para constituir-se

em um lugar de socialização e de afeto – traz nele a necessidade da redefinição de lugares sociais. O respeito à figura paterna como provedora material do sustento da família, e à mulher como esposa e mãe, cuidando de sua família e dos filhos como um bem a ser protegido, constitui-se em premissa básica para orientar algumas das principais análises sobre homens, mulheres e crianças em nossa sociedade. (Morgado, 2012, p. 126)

Nesse contexto,

A sexualidade infantil também passou a ser reprimida – ou mesmo negada – sob a vigência de padrões morais com forte distinção de gênero, em que o livre exercício da sexualidade era restrito – e estimulado – somente aos homens adultos. O papel social de filho passa a ser o de total submissão aos valores dos pais, sendo esta uma espécie de virtude exigida ainda com mais vigor à prole do sexo feminino, isto é, às filhas. Tal conformação, que vai se estabelecendo nesse período e se solidificando no percurso histórico que o sucede, em muito contribui para a subalternização das mulheres ao desejo masculino, bem como a anulação quase que total de possibilidades de oposição de filhos a determinações parentais. (Oliveira, 2011, p. 57).

Nessa nova configuração familiar, as funções da mulher oriundas dos aspectos biológicos, como por exemplo, a amamentação, são utilizadas como argumentos para o lugar em que seu papel é colocado – o lugar do doméstico. Com isso consegue-se naturalizar o lugar de dependência, e obediência, da mulher para com o homem, reforçando-se a subalternidade feminina na relação de poder, conforme cita Oliveira (2011):

Não há como deixar de registrar que, nesse processo de divisão sexual do trabalho, instaura-se também um nível de dependência não só dos filhos em relação à figura paterna como também da mulher em relação ao homem. Tal dependência importará em distribuição bastante desigual do poder nas relações familiares, erigindo o homem ao lugar de “chefe de família”, o que contribuiu para hierarquização nas relações de gênero, importante dimensão a ser considerada na análise do abuso sexual intrafamiliar. (Oliveira, 2011, p. 58)

Assim, a divisão social e sexual do trabalho torna natural o papel de dependência da mulher para com o homem. Saffioti (2001) utiliza o conceito de dominação simbólica de Bourdieu, apesar de fazer ressalva quanto a sua não aceitação de todas as ideias desenvolvidas pelo autor, para explicar o quanto a ordem social imposta é introjetada de forma a perpetuar a distinção de poder entre o masculino e o feminino naturalmente.

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos (...). (Bourdieu apud Saffioti, 2001)



Enfatizamos que a diferenciação na relação de poder entre o masculino e o feminino é aspecto de fundamental importância para a ocorrência do abuso sexual intrafamiliar; assim como pode vir a determinar sua manutenção ou sua interrupção.

Considerando que o estudo aqui proposto refere-se ao lugar da adolescente frente ao abuso sexual intrafamiliar, registramos que, para tanto, não consideraremos neste trabalho o conceito de família que restringe a consanguinidade como condição essencial para a concepção de laços familiares. Trabalharemos assim com a ideia de família formada a partir de vínculos afetivos entre seus integrantes, dentro da lógica da família nuclear burguesa, podendo para tanto ser o pai ou quem o represente afetivamente autor do abuso sexual.

Segundo Miotto (2004) não é possível falar em família, mas sim em famílias, tendo em vista a diversidade de arranjos familiares existentes na sociedade brasileira, assim:

[...] a família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido. (Miotto, 2004, p. 120)

Considerando assim, conforme exposto anteriormente, a existência de diversas formas de organização familiar, o estudo de todo e qualquer aspecto que perpassasse tal instituição deve levar em conta a dinâmica específica de cada núcleo familiar. Importante sinalizarmos, mais uma vez, que estamos considerando o entendimento de família com “um fato cultural, historicamente condicionado, que não se constitui, a priori, como um “lugar de felicidade” (Miotto, 2004, p.112).

Ackerman (1986) aborda de forma muito clara a característica relacional da família, como condição essencial a sua existência:

Nenhum de nós vive sozinho. Aqueles que tentam estão condenados de antemão; eles se desintegram como seres humanos. Alguns aspectos da experiência de vida são mais individuais que sociais, outros mais sociais que individuais, mas a vida é não obstante uma experiência compartilhada e compartilhável. Nos primeiros anos essa troca ocorre quase exclusivamente com membros de nossa família. A família é unidade básica de crescimento e experiência, desempenho ou falha. É também a unidade básica de doença e saúde. (Ackerman, 1986, p.29)

Dessa forma, o autor considera que o equilíbrio e a estabilidade emocional da família e de seus membros dependem dos recursos existentes para o enfrentamento de situações adversas e crises previstas, e também imprevistas,

pelas quais passam; considerando aqui também os recursos externos dos quais pode contar para a superação de determinado momento de instabilidade.

Bronfenbrenner (1996) alerta para a necessidade de, na tentativa de compreensão da dinâmica familiar, não focalizar tão somente os processos intrafamiliares referentes à interação pais e filhos, senão também como estes são afetados por condições extrafamiliares. Trata-se de compreender e avaliar o nível de (im)permeabilidade do grupo familiar a fatores e agentes que lhes são exteriores. (Bronfenbrenner in Oliveira)

Considerando que o equilíbrio de determinada família faz-se através da dinâmica relacional estabelecida e esse equilíbrio pode não vir a proteger seus membros, mas mantém de alguma forma a coesão familiar, há de considerarmos que uma alteração na interação emocional entre duas pessoas em uma determinada família afeta diretamente os outros pares da família. Sendo assim, uma doença emocional pode afetar todas as relações familiares, enfim “uma crise na vida da família pode ter efeitos penetrantes e de longo alcance sobre a saúde mental da família e de seus membros individuais” (Ackerman, 1986, p. 35-36).

O autor ainda chama a atenção para o papel exercido pelos pais, considerados por ele como “doadores primários”, e o quanto tais papéis podem vir a contribuir positivamente ou negativamente na construção das relações entre os membros da família.

Todo o processo de distribuição de gratificações na família é governado pelos pais. Depende largamente deles se as expectativas de cada membro a partir de qualquer outro estão destinadas a ser razoavelmente satisfeitas. Na melhor das hipóteses, esse processo é de movimento suave, e prevalece uma atmosfera geral de amor e devoção mútuos. Se, entretanto, a atmosfera familiar é plena de desvios e mudanças repentinos, podem ocorrer sentimentos profundos de frustração, inevitavelmente acompanhados por ressentimento e hostilidade. O intercâmbio de sentimentos entre os membros da família gira em torno dessa oscilação entre amor e ódio. (Ackerman, 1986, p. 33)

Oliveira (2011) chama a atenção para a inadequação quanto ao lugar ocupado pelo autor do abuso sexual na dinâmica familiar:

(...) torna-se fundamental atentar para o papel central exercido pelas figuras parentais na regulação dos fluxos de trocas e mecanismos de satisfação de necessidades e anseios de cada membro da família. No caso de dinâmicas abusivas, o que se constata é um certo deslocamento do autor do abuso deste lugar de principal provedor ou doador de bens em relação a seus filhos para o de quem possui prioridade na satisfação de seus próprios desejos, em função de falhas em seu controle interno. (Oliveira, 2011, p. 61-62)

Considerando a necessidade quanto à adequação dos papéis parentais para um bom desenvolvimento da criança e do adolescente durante seu processo

de crescimento e amadurecimento, como já abordado anteriormente, o chamado por Oliveira (2011) de deslocamento do autor do abuso de seu principal lugar de provedor, para o lugar de abusador, afetará fortemente a capacidade da vítima de desenvolver-se sadiamente. Importante lembrarmos também que a família, como um sistema que concorrerá para o equilíbrio a todo o instante, tenderá a fechar-se em si mesma, evitando assim que agentes externos influenciem na revelação do segredo mantido na dinâmica familiar para assegurar a manutenção de sua organização, mesmo que essa organização não se dê de forma positiva.

A concepção da família como um sistema que busca manter seu equilíbrio, organizando-se em suas relações internas, assim como se relacionando com os agentes externos à família de forma a assegurar sua coesão, envolve também a compreensão que durante sua existência a família é atravessada por crises a partir do desenvolvimento de seus membros (crises endógenas) ou por situações externas ao sistema familiar (Oliveira, 2011; Minuchin, 1982).

Sendo a fase da adolescência considerada uma das chamadas crises previstas, ou seja, momento em que os papéis e, conseqüentemente, as relações interpessoais serão reorganizadas a partir de mudanças na identidade de um integrante familiar, como é o caso da passagem da infância para adolescência – momento já esperado no ciclo vital da família – qualquer interferência fora daquilo já esperado pode introduzir, nesse momento já conturbado da vida familiar, uma nova crise, então imprevisível.

Espera-se, assim, que a família possa através de seus recursos internos superar e se reordenar frente a uma crise prevista, no entanto percebe-se que diante de situações imprevisíveis o sistema familiar necessita de recursos externos para que junto àqueles já acionados internamente possam ajudar a suportar, e superar, a crise imprevista.

Considerando que o abuso sexual intrafamiliar não faz parte do escopo das crises familiares previstas, sua ocorrência será, inevitavelmente, um grande fator de estresse nas relações familiares.

A alegação de ocorrência de abuso sexual intrafamiliar de uma criança consiste em um agente estressor que deflagra crises imprevisíveis na família, exigindo ainda a intervenção de diversos agentes externos ao grupo, quer por ele legitimados – através da demanda de um de seus membros –, quer não. Dessa forma, podemos constatar o potencial de provocação de mudanças na configuração familiar contido na crise produzida a partir da revelação do segredo, importando em reorganização de relações, vínculos e alianças (Oliveira, 2011, p. 67).

Tendo a teoria sistêmica como referência para nossa compreensão sobre a dinâmica familiar, partimos do princípio de que a análise de uma família tendo a teoria dos sistemas como diretriz só é possível se tivermos como base um “esquema conceitual do funcionamento familiar” (Minuchin, 1982). Para tanto consideraremos três componentes fundamentais:

(...) Primeiro, a estrutura da família é a de um sistema sociocultural aberto em transformação. Segundo, a família passa por um desenvolvimento, atravessando certo número de estágios, que requerem reestruturação. Terceiro, a família se adapta a circunstâncias modificadas, de maneira a manter a continuidade e a intensificar o crescimento psicossocial de cada membro. (Minuchin, 1982, p. 56-57)

Segundo o autor, cada integrante de uma família faz parte de um, ou mais, subsistema dentro de um sistema familiar. Cada papel exercido por um integrante do núcleo familiar é um subsistema, assim uma mesma pessoa pode fazer parte de diversos subsistemas. Dessa forma, uma mulher que faz parte do subsistema esposa-esposo, também faz parte do subsistema mãe-filho; um homem que assume papel dentro do subsistema esposo-esposa também o assume no subsistema pai-filha.

Segundo Minuchin (1982), as fronteiras bem definidas entre os subsistemas são de fundamental importância para a proteção e o funcionamento apropriado da família. “A nitidez das fronteiras dentro de uma família é um parâmetro útil para a avaliação do funcionamento familiar” (p.59). O autor enfatiza também que fronteiras fragilizadas podem possibilitar alternâncias de papéis nem sempre sadias para o funcionamento familiar.

Hamon (1997) entende que o sistema familiar de transação incestuosa <sup>11</sup> apresenta várias características:

- uma grande confusão, ao nível das fronteiras através das gerações, dos papéis e das identidades no interior do próprio sistema;
- uma fronteira organizacional muito pouco permeável ao exterior;
- uma organização fundada em torno do segredo, às vezes por várias gerações. (Hamon, 1997, p. 175)

---

<sup>11</sup> Muito embora nesta pesquisa não operemos com a categoria incesto, não há como ignorar que esse tabu joga importante papel na caracterização do que atualmente se denomina abuso sexual intrafamiliar. No entanto, tendo nosso interesse mais focado no entendimento do lugar da adolescente no abuso sexual intrafamiliar, optamos por não trabalhar com tal categoria. Para uma discussão mais aprofundada acerca do incesto, ver Lévi-Strauss (1982)

Schmickler (2006), ao demonstrar as diversas situações nas quais os papéis entre os integrantes de determinado sistema familiar encontram-se deslocados pela ocorrência do abuso sexual intrafamiliar, transcreve trechos das entrevistas por ela realizadas em sua pesquisa nos quais o próprio autor do abuso sexual entende que a vítima pode exercer o papel que deveria ser de outro indivíduo, nesse caso o da esposa:

No interrogatório policial João confessa ter tido: (...) relações sexuais com sua enteada e com sua filha (Débora) 'mexendo' com estas desde a idade de 8 ou 9 anos. Nega, no entanto, ter relacionamento com sua filha (Zulma), justificando a posse sexual da filha e enteada no fato de sua mulher, mãe das ofendidas, o recusar sexualmente, sendo compelido a satisfazer-se com a enteada e a filha. (Schmickler, 2006, p. 152)

Para o entendimento, e também enfrentamento, das diversas situações de crise vividas pela família, Minuchin (1982) trás sua contribuição à luz da Teoria Sistêmica, quando aborda a importância da terapia familiar para a eficácia da intervenção, alegando que “o objeto da intervenção, no presente, é o sistema familiar” (p. 23), já que “O comportamento de um membro afeta imediatamente os outros, e o estresse num membro individual repercute fortemente através das fronteiras e ressoa rapidamente nos outros subsistemas” (p. 60).

Essa linha de pensamento percorrerá todo o desenvolvimento deste trabalho, não considerando assim o abuso sexual como fato isolado das relações familiares. Nosso esforço será entender o lugar ocupado pela adolescente no fenômeno do abuso sexual intrafamiliar, tendo aqui como referência principal que esse fenômeno está intimamente ligado à dinâmica da família, já que consideramos que o fenômeno do abuso sexual intrafamiliar envolve todos os participantes daquela determinada família de alguma forma, seja na participação ativa, seja na omissão, seja na real impossibilidade emocional de se contrapor à ocorrência do abuso, tendo em vista o papel social que lhe é imposto e assimilado naturalmente a partir da ordem social vigente.

Dessa forma, pensarmos na análise da dinâmica do abuso sexual focando nossa atenção unicamente nos seus participantes diretos, no nosso caso, o autor do abuso e a adolescente, na tentativa de entender tal ocorrência, seria desconsiderar completamente que há uma dinâmica relacional entre todos os integrantes da família, perpassada pelos lugares sociais que cada um ocupa.

Mioto (2004) parece compartilhar do pressuposto quanto à importância da Teoria Sistêmica para o trabalho com famílias, quando utiliza a terminologia *caixa de ressonância* para expressar as questões oriundas dos problemas e desafios

de ordem ética, econômica, política e social que se manifestam no cotidiano das famílias.

A autora ainda enfatiza a importância de considerarmos que não há uma vivência única para todas as famílias, e que essa vivência será diretamente influenciada pelo lugar que ocupa na estrutura social, “(...) além de estar profundamente marcada pelas especificidades históricas e culturais, tal vivência está profundamente condicionada pelas diferenças sociais” (p. 121). Pontua ainda que a capacidade para a execução do papel de cuidado e proteção vai depender da qualidade de vida que os grupos familiares alcançam diante do contexto social a que pertencem.

Não podemos aqui deixar de lado a importância de considerarmos as especificidades do modelo da família nuclear burguesa para o entendimento da posição ocupada por essa família na sociedade, assim como, quais os recursos internos possivelmente acionados tendo em vista a diversidade de desigualdades, não só de gênero, mas também geracional.

Considerando o exposto, no que tange a temática proposta para análise, não há como desconsiderarmos o lugar social ocupado por essa adolescente. Primeiramente entendermos que a adolescência não é uma etapa da vida estabilizada em características específicas, mas que é um processo em desenvolvimento (Aberastury, 1970). A autora utiliza o conceito de *Síndrome da Adolescência Normal*, no qual aborda todos os conflitos, inseguranças e lutos vividos pelo adolescente quando na passagem para idade adulta e, em vias adequadas, também para uma identidade adulta.

Ainda a mesma autora, em seu livro *Adolescência Normal*, constrói sua abordagem quanto ao processo vivido pelo adolescente considerando os papéis familiares bem definidos; demonstra os conflitos e dificuldades vividas pela faixa etária que tornam essa fase um período de contradições. Sinaliza também que “Este quadro é frequentemente confundido com crises e estados patológicos” (Aberastury, 1970, p.13).

Segundo Aberastury (1970), “O adolescente realiza três lutos fundamentais: a) o luto pelo corpo infantil perdido, b) o luto pelo papel e a identidade infantil e c) o luto pelos pais da infância (Ibid., p. 10). A abordagem sobre a fase da adolescência será realizada de forma mais aprofundada no capítulo II.

Frente a isso, é possível vislumbrarmos as dificuldades vividas pela adolescente em situação de abuso sexual intrafamiliar, já que foi submetida a

tratamento não condizente com o lugar que deveria ocupar na dinâmica familiar. O abuso sexual intrafamiliar desloca os papéis exercidos por seus integrantes, tornando a pessoa que deveria estar no papel de protetor e provedor em o autor da agressão; assim como pode deslocar o papel da mãe cuidadora para o papel de cúmplice, mesmo que indiretamente, considerando que a diferença entre os gêneros é transformada em desigualdade de poder.

Mesmo que o papel da mulher, com o avançar dos tempos, venha se modificando, devemos desconsiderar a força do *habitus* (Bourdieu, 1982) no processo de mudança do papel ocupado pela mulher numa sociedade fundamentada na divisão social e sexual do trabalho. Esse *habitus* coloca a mulher num lugar de subalternização em relação ao homem, e, conseqüentemente também coloca a mulher em sua função de mãe no mesmo lugar, dificultando assim a execução do seu papel de protetora e defensora da prole, deixando claro “a importância da interveniência da divisão sexual do trabalho no que se refere também às relações de parentalidade, para além das de conjugalidade” (Oliveira, 2011, p. 69).

Oliveira (2011) registra de forma clara esse distanciamento entre o papel esperado e o papel exercido:

(...) torna-se fundamental atentar para o papel central exercido pelas figuras parentais na regulação dos fluxos de trocas e mecanismos de satisfação de necessidades e anseios de cada membro da família. No caso de dinâmicas abusivas, o que se constata é certo deslocamento do autor do abuso deste lugar de principal provedor ou doador de bens em relação a seus filhos para o de quem possui prioridade na satisfação de seus próprios desejos, em função de falhas em seu controle interno. (Oliveira, 2011, p. 62)

Não podemos esquecer que consideramos para construção deste trabalho, uma abordagem no entendimento da dinâmica familiar abusiva, e não da díade agressor-vítima (Oliveira, 2012); assim o papel à que a adolescente é submetida relacionar-se-á dialeticamente com os papéis assumidos pelos outros integrantes da família.

Para que se possa considerar o abuso sexual intrafamiliar como integrante de uma dinâmica familiar abusiva é necessário abdicar da visão idealizada e sacrossanta da família como instituição unicamente de proteção de seus membros, como vem sido reforçado ao longo dos séculos. Obviamente pela internalização dos valores perpassados subliminarmente ocorre uma grande dificuldade desse entendimento, não somente pelos integrantes da família em situação de abuso sexual intrafamiliar, mas também por toda a sociedade. Registramos aqui a contribuição de Bourdieu (1989) para a compreensão destas

internalizações de valores, feitas de forma natural e contínua, proporcionando aquilo que chama de capital cultural e que vem a definir o modo de perceber e agir de cada integrante da família (Oliveira, 2011).

Tendo em seu capital cultural as ideias embutidas na sociedade burguesa, entre elas a diferença entre os gêneros, diferença essa transformada em desigualdade, pode-se questionar quais fatores dessas diferenças/desigualdades favorecem a ocorrência do abuso sexual intrafamiliar. Em muito nos interessa essa discussão, já que nossa pesquisa envolve a adolescente – sexo feminino – e tanto as questões que são perpassadas pelas desigualdades de geração, quanto as de gênero, que se fazem determinantes.

Por conseguinte, para que possamos abordar a temática proposta de forma consistente, é fundamental não só falarmos do abuso sexual, mas também sobre esta fase da vida tão cheia de contradições, inseguranças, negações e afirmações que é a adolescência.

### **1.3. A Adolescência, seu Lugar na Família e o Abuso Sexual**

#### **1.3.1. Adolescência: fase de crise**

Tendo este trabalho como objetivo a compreensão do lugar da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, torna-se imprescindível abordarmos as especificidades deste momento de vida humana – a adolescência.

Pelo fato de termos na adolescente do sexo feminino nosso foco de estudo, não podemos deixar de considerar as diferenças de poder existentes entre os gêneros masculino e feminino e suas influências nas possibilidades não só da ocorrência e perpetuação do abuso sexual, mas também como dificultadores para o rompimento da violência.

Morgado (2012) expõe de forma clara seu entendimento entre poder e relação abusiva:

(...) entende-se que as atuais estruturas que determinam as relações de gênero, classe e etnia em nossa sociedade têm se utilizado do poder para o exercício da dominação e da exploração. Considera-se que o poder aparece como fundante da



instauração da relação abusiva. Essa relação de poder dispar transfigura-se em uso e afirmação do poder, utilizando a sexualidade tão somente para a sua manutenção (Morgado, 2012, p. 35)

Sendo assim, a autora cita que a diferença de poder entre os gêneros, para além do de geração, será determinante para a ocorrência do abuso sexual, assim como para sua perpetuação. Ao abordarmos como objeto estudo desta dissertação o abuso sexual intrafamiliar, tendo o pai ou quem o substitua como autor, cruzam-se duas dimensões de diferenças social e historicamente transmutadas em desigualdades – de gênero e geracional.

Em distintas abordagens encontra-se unanimidade na definição da adolescência como um momento de vida específico do ser humano, considerando-o como um período em constante processo de desenvolvimento. Até mesmo as legislações baseiam-se nessa compreensão para a construção de suas normativas, tais como o Estatuto da Criança e Adolescente, que define crianças e adolescentes como “seres em desenvolvimento” e que toda e qualquer ação deve ter esse entendimento como ponto de partida.

Entrar no mundo dos adultos – desejado e temido – significa para o adolescente a perda definitiva de sua condição de criança. É o momento crucial na vida do homem e constitui a etapa decisiva de um processo de desprendimento que começou com o nascimento (Aberastury, 1981, p. 13).

A adolescência não é uma etapa de vida estabilizada, é um momento de contradições, ambivalências, dor, que se caracteriza por conflitos com o meio familiar e social (Aberastury, 1981). Segundo a mesma autora, o adolescente necessita realizar três tipos de lutos, sendo eles: o luto pelo corpo infantil perdido, o luto pelo papel e identidade infantis e o luto pelos pais da infância.

a) o luto pelo corpo infantil perdido, base biológica da adolescência, que se impõe ao indivíduo que não poucas vezes tem que sentir suas mudanças como algo externo, frente ao qual se encontra como espectador impotente do que ocorre ao seu próprio organismo; b) o luto pelo papel e a identidade infantis, que o obriga a uma renúncia da dependência e a uma aceitação de responsabilidades que muitas vezes desconhece; c) o luto pelos pais da infância, os quais persistentemente tenta reter na sua personalidade, procurando o refúgio e a proteção que eles significam, situação que se complica pela própria atitude dos pais, que também têm que aceitar o seu envelhecimento e o fato de que seus filhos já não são crianças, mas adultos, ou estão em vias de sê-lo (Aberastury, 1981, p. 10).

Longe de ser uma fase de calma das emoções, a adolescência é momento de questionamentos, de angústias e de contradições. O adolescente necessita rever suas relações interpessoais da infância, o que fará com que passe por um momento de “vazio” já que não necessariamente terá reconstruído suas

relações baseadas nessa nova fase de vida, “É um período de contradições, confuso, ambivalente, doloroso, caracterizado por fricções com o meio familiar e social. Este quadro é frequentemente confundido com crises e estados patológicos” (Aberastury, 1981, p. 13).

A autora enfatiza que não somente o adolescente padece nesse longo processo – processo em desenvolvimento – mas também os pais têm dificuldade em aceitar o momento de crescimento de seus filhos, muitas vezes sentindo as atitudes dessa fase, necessária para seu amadurecimento, como um comportamento de confronto e rejeição do adolescente para com os pais.

Ainda segundo a mesma autora, a compreensão da fase da adolescência pelos pais é de fundamental importância para o desenvolvimento sadio do adolescente, já que o comportamento de afastamento dos pais, ou a negação dos valores paternos, necessita ser visto como movimento normal dessa fase. Até que amadureça, o adolescente oscilará entre comportamentos infantis e comportamentos mais maduros, até que realmente esteja emocionalmente preparado para abdicar de sua personalidade infantil. A presença dos pais é de fundamental importância, já que o afastamento daqueles que foram, ou deveriam ter sido, durante a infância, o suporte emocional para o desenvolvimento do filho, pode vir a ser, caso haja um afastamento radical desses pais, fruto das dificuldades encontradas para lidar com a nova fase de sua prole, entendida como abandono. Consequentemente poderá o adolescente na suposta iminência da perda do amor de seus pais, ter uma maior dificuldade na realização do luto dos pais da infância, fazendo com que a desidealização daqueles que até então foram suas referências de vida e comportamentos o coloque num profundo sentimento de desamparo.

Há vezes em que, diante de tantas reações adversas por parte do(a) filho(a), os pais desistem de desempenhar sua função de pais, entendem que não são mais ouvidos, levados a sério, respeitados, e então, dando de ombros, desistem. Aí, são os pais que se separam dos filhos antes desses poderem se separar deles, invertendo os papéis, de forma que a única solução encontrada pelo adolescente nesse momento em que se vê abandonado, é a de lutar desesperadamente pela atenção daqueles. Começa então a série infinita de dificuldades e problemas da adolescência que será tanto maior quanto menor tiverem sido justamente as referências primárias imprescindíveis para o exercício das escolhas. (Alberti, 2004, p. 10)

Assim sendo, quando do estudo da adolescência, há necessariamente que se levar em conta a crise experimentada pelos pais com o crescimento de seus filhos, já que provocará uma profunda revolução nas relações interpessoais entre os pais e sua prole. Não podemos deixar de lembrar na passagem para a adolescência instaurar-se-á a chamada crise prevista (Aberastury, 1981), que

afetará todo o núcleo familiar. Com isso, também os pais passarão por momentos de reflexões sobre sua vida e suas relações e necessitarão realocar seus lugares na família.

Para os pais, por sua vez, é difícil, e às vezes  *muito*  difícil, sustentar a adolescência de seus filhos. Por terem vivido direcionados pelos pais durante a maior parte de toda sua existência até aqui, os adolescentes conhecem não somente os pontos fortes, mas também os pontos fracos do pai e da mãe e é no momento em que começam a desempenhar a via da separação que justamente se armam desse conhecimento para afastarem os pais, criticá-los e atingi-los no âmago, com o único fim de enfraquecê-los. É preciso mais uma vez uma boa dose de investimento, de dom de amor, de aposta da parte dos pais, para suportarem seu próprio aniquilamento através dos filhos, a única maneira de não identificarem completamente com a consequente perda narcísica. Isso não só não é fácil como às vezes impossível, razão de não haver pais ideais do adolescente mas, simplesmente  *seus*  pais, que o ajudarão, na medida do possível, a atravessar o processo descrito por Freud como o da construção de um túnel, cavando pelos dois lados, nem sempre em linha reta mas suficientemente estruturado para permitir a travessia. (Alberti, 2004, p. 11, grifo do autor)

Aberastury (1981) faz referência à Anna Freud ao referir-se a esse momento ímpar da vida humana, provocando reflexões acerca do que poderia ser considerado normal e patológico na adolescência:

Anna Freud diz que é muito difícil assinalar o limite entre o normal e o patológico na adolescência, e considera que, na realidade, toda a comoção deste período da vida deve ser considerada como normal, assinalando também que seria anormal a presença de um equilíbrio estável durante o processo adolescente. (Aberastury, 1981, p. 27)

Assim a autora ainda expõe seu entendimento do que é adolescência:

(...) considero que a adolescência, mais do que uma etapa estabilizada, é processo, desenvolvimento, e que, portanto, deve se admitir e compreender a sua aparente patologia, para situar seus desvios no contexto da realidade humana que nos rodeia. (Aberastury, 1981, p.28)

### 1.3.2.

#### **Adolescência e as relações familiares: a Teoria Sistêmica como referência para análise**

Tendo a Teoria Sistêmica como referência para nossa compreensão sobre família, entendemos que a adolescência é uma fase considerada como um momento de crise esperada, no qual todos os membros da família serão afetados pelos estresses vividos por determinado integrante: “(...) o estresse num membro

individual repercute fortemente através das fronteiras e ressoa rapidamente nos outros subsistemas” (Minuchin, 1982, p. 60).

A cada alteração do núcleo familiar, como por exemplo, a entrada de um novo membro com o nascimento de um filho, o sistema familiar precisa se reorganizar de forma a permitir que o novo integrante assuma o papel que lhe cabe – nesse caso o de filho. Dessa forma, o casal passa por um momento de desestabilização para que possa se reorganizar para assumir novos papéis para além do subsistema esposo-esposa; homem e mulher passam a fazer parte também do subsistema pai-filho e mãe-filho. Como já dito anteriormente, serão as fronteiras bem definidas entre os subsistemas que permitirão que se relacionem de forma positiva, proporcionando um funcionamento adequado da família, com os lugares de cada integrante bem definido e delimitado.

Assim, numa família em situação de abuso sexual intrafamiliar entende-se que as fronteiras entre os subsistemas estão fragilizadas e que o subsistema pai-filha se mistura, ou como chama Minuchin (1982) se emaranha, com o subsistema homem-mulher. Vale lembrar que esse subsistema incestuoso funcionará baseado principalmente no fenômeno do segredo, o qual se torna organizador da dinâmica familiar abusiva, visto que a revelação do abuso sexual faria com que o sistema familiar, instalado até o momento, entrasse em colapso, necessitando de muitos recursos, internos e externos, para se reorganizar. Como todo sistema, lutará para retornar ao *status quo* de suposto equilíbrio anteriormente estabelecido, nem que para isso negue as evidências quanto à violência perpetrada contra a criança ou o adolescente.

Hamon (1997) sinaliza que “No sistema das famílias incestuosas, a lei moral e social é transgredida, mas não anulada, e é substituída por uma lei familiar que se reduz e se resume ao respeito pelo segredo” (p. 178). Justamente por reconhecer a existência das leis morais e sociais é que o segredo se faz necessário, o sistema familiar na tentativa de se manter em equilíbrio, mesmo que de forma equivocada, estabelece sua própria forma de funcionamento de maneira a evitar que seja revelada sua transgressão às leis socialmente estabelecidas.

O mesmo autor expõe aquilo que acredita serem particularidades do segredo numa relação incestuosa.

- a) É um segredo que implica a violação da lei num triplo nível simbólico, moral e social (jurídico);
- b) É um segredo forçosamente partilhado, pois uma relação sexual implica por definição duas pessoas;

c) É um segredo partilhado, mas impingido por um dos protagonistas, a saber, o pai, com relações sexuais impostas pela violência ou não. (Hamon, 1997, p. 178)

Outra marcante característica de famílias em situação de abuso sexual intrafamiliar é a rigidez em suas fronteiras. “Uma fronteira organizacional muito pouco permeável ao exterior”, como cita Gabel (1997), é de fundamental importância para a manutenção do segredo, já que isola a família, fazendo com que seu funcionamento gire em torno do seu próprio eixo, não permitindo influências e participações de pessoas de fora do núcleo familiar, que por não estarem emaranhadas no sistema familiar, tenham maior probabilidade de perceber “algo estranho” nas relações, podendo evidenciar a ocorrência da violência.

Conforme já dito anteriormente, o adolescente necessita fazer três lutos - pelo corpo infantil, pela identidade infantil e pela relação com os pais da infância - para que possa neste processo amadurecer e criar sua própria identidade adulta. No caso de família em situação de abuso sexual, a adolescente necessita realizar o luto do corpo que não foi tratado como infantil, pela identidade que também não foi respeitada como infantil, como também fazer o luto dos pais da infância; vindo esse pai abusando sexualmente da filha desde a infância seria possível realizar o luto de um pai que não existiu de forma adequada - pelo menos por aquilo que se espera de um pai da infância? Ou poderia ser o momento dos conflitos oriundos da entrada na adolescência um motivador para o rompimento da violência com a revelação intencional, já que é momento de questionamentos e negação dos pais até então existentes?

Diversas são as conjecturas que a temática nos proporciona, não temos a intenção de nos aprofundar em todas já que nosso objetivo principal é o entendimento do lugar da adolescente na família em situação de abuso sexual intrafamiliar. No entanto, sinalizar neste estudo os diversos questionamentos que tal temática nos proporciona permite vislumbrarmos possibilidades futuras de pesquisas e estudos nas frentes sinalizadas.

Para abordar a fase da adolescência torna-se fundamental o entendimento de sua representação no que tange a questão sexual, já que diferentemente das crianças, evocam menos compaixão, sendo na maioria das vezes responsabilizada, senão responsabilizada, pela ocorrência da violência, tendo em vista seus atributos físicos sexuais:

Os adolescentes, essas crianças com corpo sexuado de adulto, evocam menos ingenuidade e inocência que as crianças. Não só inspiram menos compaixão, mas muitas vezes lhes são emprestadas intenções ou uma maturidade que não possuem, particularmente nas situações em que a sexualidade está em jogo (Alvin, 1982, 72).

### 1.3.3.

#### **A adolescente e o abuso sexual: a transversalidade com a desigualdade de gênero**

Para além do lugar em que a adolescência é colocada no que se refere ao abuso sexual, seu lugar também precisa ser visto dentro de uma lógica de diferença de poder no que se refere ao gênero. Assim, como claramente expõe Morgado (2012):

A sociedade brasileira, herdeira de um sistema patriarcal, continua conferindo ao homem um lugar de privilégios, seja como marido/companheiro, seja como pai. Assim, a atribuição de funções em nossa sociedade, determinada pelas condições de inserção de classe, gênero e etnia, configura uma inserção subordinada da mulher. (Morgado, 2012, p. 37)

A autora chama a atenção para a relação entre violência estrutural e as outras manifestações da violência, inclusive intrafamiliar, de forma a não fragmentar suas origens perdendo de foco sua determinação pelas relações de classe, gênero e etnia:

Entendemos que as perspectivas que localizam a origem da violência doméstica contra a infância nas relações interpessoais confundem o lugar de expressão do fenômeno – relações interpessoais familiares –, ocultando o lugar de sua origem – estrutura da sociedade determinada pelas relações de classe, gênero e etnia em uma sociedade de caráter adultocêntrico. (Morgado, 2012, p. 56)

O equívoco da dicotomização entre macro e microestruturas e público e privado traz ainda nele embutido o processo da hierarquização entre os diferentes fenômenos. Uma consequência direta desse fato é imprimir à violência doméstica um caráter de fenômeno secundário frente aos demais fenômenos sociais. Tendo por base a discussão aqui travada, afirmamos, então, que a violência doméstica não deve ser vista como um fenômeno das relações interpessoais, mas como uma expressão de violência nas relações interpessoais. (Morgado, 2012, p. 57)

Muito interessante perceber o quanto o próprio Estado vem se eximindo de considerar a existência, ainda fortemente evidenciada, da desigualdade entre os gêneros, criando e ratificando leis que, para terem seu cumprimento possível, precisam ter como base uma sociedade igualitária no que tange aos direitos e deveres de todos, independentemente do sexo. Assim sendo, o Estado desconsidera a existência da lógica, naturalizada, quanto à dominação masculina,

transmitindo a frágil ideia de total igualdade nos acessos a seus direitos (Saffioti, 1994).

O que se percebe ao longo dos anos é que mesmo diante de leis que deveriam proteger as mulheres de toda e qualquer forma de discriminação, seja ela a violência física, a violência psicológica ou o abuso sexual, tem-se buscado medir a intensidade da violência para verificar se é, ou não, merecedora de punição.

Dessa forma, o Estado vem legitimando, no momento em que desconsidera algumas violências como passíveis de punição, a desigualdade entre os gêneros.

Assim, o Estado não somente acolhe o poder masculino sobre a mulher, mas o normatiza, proibindo e até criminalizando seus excessos. A punição das extravagâncias integra o poder disciplinador da dominação masculina sobre a mulher, exercido pelo Estado. Este não faz, portanto, senão ratificar a falocracia em suas dimensões material e “ideacional”, dando-lhe a forma jurídica que caracteriza a dominação legalizada. (Saffioti, 1994, p. 155)<sup>12</sup>

As citações acima evidenciam que o fenômeno do abuso sexual não está à parte da violência estrutural da sociedade, ao contrário é uma das manifestações da violência estrutural ao nível doméstico. O direito do qual o homem se sente atribuído, quase uma permissão em abusar sexualmente das mulheres de sua família – esposa e filhas – nada mais é do que a representação do lugar em que é colocada a mulher na sociedade patriarcal, como um objeto que o homem pode utilizar.

Esse lugar de subordinação da mulher, ou este direito imputado ao homem de satisfazer seus desejos a partir da opressão feminina, é delicadamente camuflado a partir da culpabilização da vítima pela agressão sofrida.

A internalização dos valores sociais, no caso específico o da desigualdade entre os gêneros, faz com que as mulheres tenham uma consciência de subordinação que as impede muitas vezes de contrapor a lógica socialmente estabelecida.

Dessa forma, a dificuldade do enfrentamento às violências a que são submetidas dão a errônea impressão de que estaria a mulher consentindo para que ocorram.

---

<sup>12</sup> Importante sinalizar que após 21 anos da obra de Saffioti ter sido publicada, constata-se alguns avanços em proposições legislativas e de políticas públicas nessa área, apesar de as rupturas operadas ainda terem de conviver com significativas pressões para permanência das desigualdades de gênero.

Deve-se, portanto, ter-se claro que este comportamento, de suposta submissão, não faz parte de posições individuais, mas sim de valores que são subliminarmente passados e reforçados pela organização social estabelecida em determinado momento histórico.

O problema, portanto, não se põe ao nível do indivíduo, mas de toda uma categoria de gênero. O consentimento não representa senão a aparência do fenômeno, na medida em que a consciência das dominadas é distinta da consciência dos dominantes. Esta assimetria não autoriza nenhum cientista a falar em consentimento das mulheres com sua dominação pelos homens. As duas categorias de gênero falam a partir de posições hierárquicas e antagônicas, ao passo que o conceito de consentimento presume que os copartícipes falem a partir da mesma posição ou de posições iguais. (Saffioti, 1994, p. 155).

O enfrentamento à violência doméstica sofre dificuldades significativas, tendo em vista o lugar atribuído à família em nossa sociedade, um lugar sacrossanto, no qual não se deve interferir. A agressão no espaço privado, no qual em nome da preservação da privacidade, ninguém gosta, ou se sente no direito, de interferir é mantida como *locus* das mais diferentes violências, dentre elas a violência sexual. Assim sendo, a continuidade do ciclo de violência dentro da família faz com que o espaço doméstico seja um lugar em que a violência se cronifica. “o domicílio, deste modo, mostra-se o locus privilegiado do exercício da violência contra a mulher como forma de controle social e de reafirmação do poder do macho” (Saffioti, 1994, p. 163).

Assim sendo, as mulheres são expostas a todo tipo de violência e, tendo a falocracia como fundamento para a construção de suas relações, têm grande dificuldade em denunciar seus agressores. Em muitas situações são atribuídos ao uso do álcool ou às dificuldades financeiras os motivos da agressividade masculina, no entanto, estudos<sup>13</sup> mostram que essas variáveis são consideradas facilitadores da ocorrência da agressão, já que o uso de substâncias psicoativas diminuem significativamente a autocensura, assim como a crise financeira aumenta o nível de estresse (Saffioti, 2004).

A própria dinâmica da violência, na qual acontecem momentos de tranquilidade, fornece à mulher a falsa esperança de que as agressões cessarão de forma espontânea, o que a prática nos mostra não ser a rotina, muito ao contrário, a própria dinâmica da violência demonstra ser uma escalada, iniciando normalmente com agressões verbais e culminando em agressões físicas ou até mesmo no homicídio.

---

<sup>13</sup>Para a identificação dos diversos estudos realizados na área ver Luiz Flávio Gomes (2011) e Zilberman e Blume (2005).



No caso específico da adolescente atribui-se a suas roupas e comportamentos a responsabilidade pela sedução masculina. Consequentemente, o homem ocupa o lugar de vítima, tendo sido “inocentemente” seduzido pela adolescente. Nessa lógica, a vítima real – a adolescente – traz para si a responsabilidade pela ocorrência do abuso, o que a coloca em profundo estado de sofrimento.

O sentimento de responsabilidade pelas violências sofridas constitui-se em um processo de internalização da culpa, atribuída pelo agressor à criança, para justificar seu comportamento. Como o agressor desfruta de uma posição de confiança e autoridade/poder em relação à prole, os sentimentos ambíguos desenvolvem-se em razão de suas dificuldades em discernir sobre o que há de certo ou errado na atitude do adulto (Morgado, 2012, p. 95).

Schmickler, 2006, ao escrever sobre o protagonista do abuso sexual transcreve várias falas de agressores, oriundas de entrevistas realizadas. Em muitos dos depoimentos fica demonstrada a intenção do abusador de culpabilizar a vítima, responsabilizando a criança ou o adolescente pelo abuso sexual:

Quando a menina chamava pro quarto... pra ensinar ela... desde que ela era pequena eu sempre fiz isso. Mas eu sabia, quando ela ficou mocinha, eu sabia o que ela queria! Aí eu falava pra mulher: ‘Oh, mulher, a menina quer que eu vá lá ensinar a estudar. Só que hoje eu não tô a fim de ensinar ninguém, eu não tô legal.’ Aí, às vezes eu ia dormir, às vezes saía. De vez em quando eu tava fugindo dela [...]. (Schmickler, 2006, p. 119)

Não raro nos deparamos com situações nas quais as adolescentes vítimas de abuso sexual estão completamente desprotegidas por suas famílias, assim como pelos órgãos públicos que deveriam fazê-lo. Em muitas situações deparamo-nos com justificativas para a ausência de proteção baseadas na suposta escolha da adolescente quanto à experiência vivenciada, minimizando assim a gravidade da agressão e, consequentemente, esvaziando também a responsabilidade do agressor.

Equívoco seria perder de vista que, por ser um momento de crise, a estabilidade emocional da adolescente está abalada. Cercada de dúvidas, inquietudes e inseguranças, pode ficar a adolescente ainda mais sujeita às consequências da violência e, pela própria fase de vida em que se encontra, ter grande dificuldade ao enfrentamento as vicissitudes que não somente o ato do abuso sexual traz, mas também as que sua revelação se impõe.

Se, por um lado, a opinião pública geralmente se mostra mais sensível aos abusos com as crianças, símbolo de inocência e pureza, existe a propensão a minimizar os

efeitos do abuso nos adolescentes. Porém já está amplamente provado que o adolescente é muito frágil. De fato, a adolescência significa a entrada para a maturidade e é um período de crise que se caracteriza pela reviravolta na vida pessoal e interpessoal. (Bouhetat et al, 1997, p. 37)

Diante de tantas situações de difícil enfrentamento, a adolescente na tentativa de sobreviver a tantas agressões lançará mão de mecanismos de defesa, de forma inconsciente. Assim, muitos dos comportamentos atípicos manifestados pela adolescente nada mais são do que necessidades psíquicas que a mente aciona na tentativa de se proteger:

O termo defesa refere-se ao conjunto de manifestações de proteção do eu contra as agressões internas (de ordem pulsional) e externas, suscetíveis de constituir fontes de excitação e, por conseguinte, de serem fatores de desprazer. (Roudinesco; Plon, 1998, p. 141)

Muitos dos mecanismos de defesa que podem ser acionados poderão provocar na adolescente comportamentos e atitudes capazes de propiciar avaliações equivocadas quanto a sua posição diante da ocorrência do abuso sexual. Dessa forma, um olhar cuidadoso de profissionais capacitados para tal é de fundamental importância para o entendimento dos lugares ocupados pelos integrantes da família, de forma a cooperar no manejo de sua dinâmica.

Nosso objetivo com o presente estudo é problematizar esse lugar específico, com vistas a escapar dos extremos representados por uma leitura que “coloca” a adolescente no papel exclusivo de vítima, destituída de qualquer potência ativa, sem, com isso, “cair” no equívoco de lhe atribuir qualquer responsabilidade pelos atos abusivos a que fora submetida, em uma relação desigual de poder, marcada pelas condições de gênero e geração.

## 2

## Abuso Sexual Intrafamiliar

### 2.1.

### Abuso Sexual: complexidade da definição

A discussão acerca do abuso sexual, em particular o abuso sexual intrafamiliar, deve perpassar necessariamente o conhecimento de quem são esses seres aos quais a violência é direcionada. Para FURNISS (1993), criança ou adolescente são “[...] seres humanos estruturalmente dependentes, que são pessoas com seus próprios direitos, mas que não podem exercer esse direito elas mesmas, precisando de proteção e do cuidado dos pais” (p. 5).

Para o mesmo autor, o abuso sexual deve ser visto não somente pelo viés dos direitos das crianças/adolescentes, como também como um problema de saúde e de saúde mental, problematizando ainda o quão difícil é conectar essas duas vertentes complementares, possibilitando a garantia de que enfrentamento desse tipo de violência levará em conta tanto as questões legais, como também os fatores de saúde que a envolvem. Segmentar as ações necessárias para o cuidado da família em dinâmica de abuso sexual pode “não apenas falhar em relação ao seu objetivo, mas também infligir um dano psicológico adicional à criança” (FURNISS, 1993, p. 11).

Assim sendo, entendendo a ocorrência do abuso sexual como uma das muitas manifestações de violência que perpassam nossa realidade, optamos por iniciar nossa exposição abordando os diversos tipos de violências considerados pela Organização Mundial de Saúde.

Para tanto, utilizaremos como ponto de partida a definição colocada no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, lançado em Bruxelas no ano de 2002, o qual abrange as diversas variáveis que envolvem a ocorrência da violência.

A Organização Mundial da Saúde define violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002, p. 5)

A utilização da palavra “poder” amplia o entendimento da violência, expandindo para os atos que são resultantes de uma relação desigual, incluindo aqui ameaças e intimidações, como também a indução de vontade, potencializando também a compreensão das consequências da violência para além daquelas que resultem em lesão física ou morte, depositando importância no “dano psicológico, privação e deficiência de desenvolvimento” (OMS, 2002, p. 5).

O relatório citado divide os tipos de violência em três grandes categorias a partir da forma como se apresentam, assim como as características dos seus autores. Nessa lógica, é classificada como: violência dirigida a si mesmo, também chamada de autoinfligida; a violência interpessoal, caracterizada pela violência cujo autor é uma outra pessoa ou um pequeno grupo; e a chamada violência coletiva cujos autores são grupos maiores, como grupos políticos, grupos de milícias e até mesmo o Estado.

Não mais importante que os outros tipos de violência, mas considerando a especificidade de nossa proposta – abuso sexual intrafamiliar – concentraremos nossos estudos naquela denominada como interpessoal, que é dividida em duas subcategorias: a violência da família e de parceiro(a) íntimo(a) e a comunitária. De forma mais direta, nos interessa nesta dissertação a primeira subcategoria aqui citada.

Diversas são as definições de família, conforme já exposto em capítulo específico. Ratificamos, portanto, que consideramos para nosso trabalho a definição na qual compreende família como “construída dentro de contextos históricos específicos, que lhes dão características culturais peculiares de acordo com os valores, as crenças e os hábitos vigentes” (Teixeira, 2001, p. 71), assim como, a determinação do abuso sexual como sendo intrafamiliar considerará os vínculos afetivos e de solidariedade como determinantes entre o autor do abuso sexual e a vítima, não se restringindo assim ao critério da consanguinidade.

Outra consideração que necessita ser aqui lembrada é o entendimento de família não só como espaço de proteção e afeto, mas também como lugar de opressão e violência, já que, na maioria dos casos, o abuso sexual ocorre dentro das próprias residências. Essa constatação proporciona-nos concluir, com clareza, a necessidade de considerarmos o caráter conflitivo da dinâmica familiar (Gabel, 1997; OMS, 2002; Oliveira, 2011; Morgado, 2012).

A OMS (2002) informa que, em todo o mundo e todos os dias, crianças e adolescentes sofrem algum tipo de violência, ressaltando ainda que, na maioria dos casos, tais atos têm lugar em suas próprias casas. Tal constatação vem ao encontro da necessidade de ampliação das concepções idealizadas quanto ao espaço familiar, com vistas a integrar às suas funções de proteção a dimensão conflitiva que também o caracteriza sem, com isso, desqualificá-lo como ambiente adequado para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. (Oliveira, 2011, p. 30)

Nesta pesquisa, a compreensão das variáveis que circunscrevem a dinâmica do abuso sexual é de fundamental importância para que possamos entender e analisar as diversas características desse tipo de violência, entre elas a correlação de forças que a perpassa, que se mostra como um dos fatores determinantes, não só para a ocorrência do abuso sexual, como também para a manutenção do segredo que se mostra essencial para continuidade do abuso. Assim sendo, a definição adotada pelo Ministério da Saúde para o abuso sexual nos traz possibilidades de reflexão, ampliando a abordagem para além da definição de quais situações são consideradas abusivas, mas também das correlações de força que estão fortemente presentes na dinâmica interpessoal abusiva.

Consiste em todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo autor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaça ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros, como é o caso da prostituição e da pornografia. (Brasil, 2002, p.13)

A desigualdade de poder está sempre presente na ocorrência do abuso sexual. No que se refere ao abuso sexual intrafamiliar essa característica torna-se fortemente presente, já que o autor do abuso é pessoa reconhecidamente vista como uma autoridade na relação com a vítima. Segundo Oliveira (2011), as relações de poder desiguais determinam as formas de violência, nas quais as vontades do lado mais forte se sobrepõem às daquele em desvantagem. O autor enfatiza ainda o pressuposto quanto à existência de uma inadequação da pessoa que detém o poder, já que seus desejos precisam ser satisfeitos sob qualquer circunstância, não considerando assim a existência da vítima enquanto sujeito de direitos.

Importante registrarmos que, no caso de relação abusiva sexual intrafamiliar, a relação existente entre a vítima e o autor da violência, na maioria das vezes, não se restringe ao ato em si. O autor do abuso, por ser pessoa

afetivamente ligada à criança ou adolescente, exerce outros papéis na relação para além de agressor, podendo inclusive ser a pessoa cuja interação afetiva se faz mais presente. Nesse raciocínio, o abuso sexual pode ser entendido pela a criança ou adolescente como demonstração de afeto. Não podemos aqui desconsiderar que em diversos casos de abuso sexual fica notório que a vítima é, muitas vezes, tratada de forma privilegiada em relação aos outros integrantes da família (Oliveira, 2011; Morgado, 2012; Gabel, 1997).

Como expõe FURNISS:

(...) contrariamente à crença popular, a maioria das crianças que sofreram abuso sexual não quer perder seus pais pela prisão ou divórcio. Elas querem muito um pai, mas um pai que não abuse. Uma abordagem punitiva primária em relação às pessoas que abusam é portanto um forte fator externo para que as crianças mantenham segredo e não revelem. (FURNISS, 1993, p. 30)

O apego à pessoa que abusa pode, apesar de extremo abuso sexual, ser o vínculo mais importante na vida da criança. (FURNISS, 1993, p. 54)

Destarte, deve-se ter em mente que ações que visem apenas a responsabilização do agressor não são eficazes ao enfrentamento do fenômeno, podendo inclusive, caso sejam realizadas separadamente de outras ações necessárias, tornarem-se fontes de estresse para a vítima, que pode vir a se culpabilizar pela penalização de alguém com importante representação em sua vida, como também gerar revitimização pela obrigatoriedade de interromper definitivamente esse relacionamento, que pode ter sido estabelecido para além da relação abusiva.

Crivillé (1997), ao abordar o incesto e os laços de parentesco, transcreve a angústia de uma adolescente vítima de abuso sexual incestuoso, diante da cobrança de seu afastamento definitivo do agressor, como se segue:

Muitos dizem que eu deveria abandoná-lo, que não deveria falar com ele. Mas, como fiz todo mundo entender, ele ainda é meu pai e, para mim, sempre será meu pai. Ainda tenho ressentimento do que me fez, mas não é por isso que ele não é mais meu pai. (Crivillé, 1997, p. 139)

Não intencionamos neste estudo desqualificar a importância quanto à responsabilização do autor do abuso sexual, mas sim enfatizar a necessidade de olharmos o fenômeno como relacional, cuja intervenção precisa considerar todas as variáveis que o perpassa. Assim sendo, a proteção da vítima não se dá apenas pelo afastamento e responsabilização do responsável pela perpetração da violência, assim como a interrupção do ciclo de violência pelo autor do abuso sexual não se dá apenas com a penalização, mas também, com o tratamento

terapêutico, já que ser responsabilizado pelo abuso sexual que cometeu é diferente de sentir-se responsabilizado (FURNISS, 1993).

[...] Proteger a criança, por exemplo, comporta muito mais coisas do que evitar a repetição do abuso. Proteger a criança é também ajudá-la a não retomar por sua conta a relação que o sedutor lhe impôs; ajudá-la a corrigir a distorção introduzida na relação parental para poder ali encontrar o que resta de bom e de sadio. De fato, o perigo é esquecer que “o sedutor” não é somente isso. Ele não o é para si mesmo e, sobretudo, ele não o é para a criança. Esta tem necessidade de seu pai. Exceto em casos extremos, a melhor maneira de solucionar o problema não é fazer dela o equivalente a um órfão. Ao primeiro trauma pode se acrescentar um segundo, que cristalizará para sempre a situação e tornará o luto ainda mais difícil. (Crivillé, 1997, p.138)

Dessa forma, como nos traz Oliveira (2011),

Dada à complexidade da questão, na tentativa de sua compreensão há que se destacar a importância de se priorizar o conhecimento dos padrões abusivos que presidem as relações familiares em casos de abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes. Seria esse o cerne da questão, restando-nos um melancólico sentimento de fracasso – em muitas vezes com correspondência no real – quando pretendemos, em uma equação simplista, proteger as vítimas, julgar os demais integrantes do grupo familiar e punir o autor (Oliveira, 2011, p. 34).

## 2.2.

### A Dinâmica do Abuso Sexual Intrafamiliar

Para que tenhamos recursos para o estudo do lugar da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, necessário se faz o conhecimento das especificidades da relação abusiva.

Para tanto, consideramos a definição de abuso sexual de Sanderson (2005) de grande contribuição para este estudo:

O envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividades sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder, ou de qualquer incapacidade mental ou física. Essa definição exclui atividade sexual consensual entre colegas.

Incorporados nessa definição estão todos os tipos de encontros sexuais e comportamentos que abrangem aliciamento sexual, linguagem ou gestos sexualmente sugestivos, uso de pornografia, voyeurismo, exibicionismo, carícias, masturbação e penetração com os dedos ou pênis. Ela inclui quaisquer atos sexuais impostos à criança ou ao adolescente por qualquer pessoa dentro do âmbito da família, ou fora dela, que abuse de sua posição de poder e confiança. (Sanderson, 2005, p. 17)

Dessa forma, conclui-se que o adulto é sempre o sujeito agressor, seja pela coerção física ou psicológica, ou ainda pela indução da vontade da criança ou adolescente, sendo, então, considerado como o único responsável pela ocorrência do abuso sexual na relação com a criança ou o adolescente (Schmickler, 2005; Gabel, 1997; Sanderson, 2005, Oliveira, 2011).

Os fatores biológicos de maturação determinam o grau de dependência estrutural das crianças em relação às figuras parentais, começando pela total dependência nos bebês e conduzindo à independência e à total responsabilidade individual dos adultos. [...]. A desigualdade legal entre os pais e as crianças, em que os pais são sempre, e as crianças nunca, responsáveis por aquilo que acontece na interação entre eles, baseia-se na imaturidade biológica da criança. (FURNISS, 1993, p. 16)

Tendo em vista que nosso estudo circunscreve a ocorrência do abuso sexual na família, e para a compreensão da família como um sistema em movimento, lembrando as já exploradas definições de famílias realizadas no primeiro capítulo, resgatamos a visão de Minuchin (1982).

(...) a vida psíquica de um indivíduo não é inteiramente um processo interno. O indivíduo influencia o seu contexto e é por ele influenciado, em sequências de ação constantemente recorrentes. O indivíduo que vive numa família é um membro de um sistema social, ao qual deve se adaptar. Suas ações são governadas pelas características do sistema e estas características que incluem os efeitos de suas próprias ações passadas. O indivíduo responde aos estresses em outras partes do sistema, às quais se adapta, e pode contribuir significativamente para estressar outros membros do sistema. O indivíduo pode ser encarado como um subsistema ou como parte do sistema, mas o todo deve ser levado em conta (p. 18-19).

Essa concepção nos leva a não considerar o entendimento do abuso sexual intrafamiliar como fenômeno que envolve apenas a vítima e o agressor, mas sim como um fenômeno que se fundamenta e se fortalece numa dinâmica familiar abusiva, afastando-se, assim, da lógica da antítese algoz-vítima, buscando compreender quais os fatores facilitam não só a sua ocorrência, mas também proporcionam condições para sua manutenção (Oliveira, 2012).

Faz-se, então, fundamental considerar o papel exercido por todos os membros da família, mesmo que não envolvidos diretamente nas relações abusivas, possibilitando o entendimento da violência dentro de uma abordagem de família como totalidade.

Os diversos atos de abuso sexual praticados pelo agressor normalmente não ocorrem de forma isolada e pontual. A ocorrência do abuso sexual intrafamiliar dá-se em uma dinâmica própria, sendo dividida em cinco fases: a fase do



envolvimento ou/inclusão ou/engajamento; fase de interação sexual; fase do sigilo ou/segredo; fase da revelação; fase da negação ou/supressão.

A primeira fase citada é o que inicia o processo de sedução, que poderá se dar de diversas maneiras, sendo as atividades lúdicas as mais recorrentes, como se ocorresse um jogo entre o autor e a vítima, ficando muitas vezes a criança ou adolescente sem condições de compreender exatamente o que está ocorrendo, não conseguindo assim relacioná-las com atos sexualizados. Cabe aqui também ressaltarmos que crianças e adolescentes são facilmente envolvidos por pessoas nas quais deposita confiança, como muito se aplica ao nosso estudo, já que falamos de abuso sexual intrafamiliar (Gabel, 1997; Sanderson, 2005, Schmickler, 2006; Oliveira, 2011).

Essa etapa consiste em momentos caracterizados por aproximações sucessivas do autor em relação à vítima, com vistas a envolvê-la em interação inicialmente de caráter não sexualizado, de tal forma que ela, posteriormente, não tenha condições de, sozinha, ter clareza de que a iniciativa não foi sua, bem como fique com a impressão de que, ao menos, anuiu na interação inadequada. (Oliveira, 2011, p. 34)

Instaurado o envolvimento entre agressor e vítima, pode-se iniciar um período no qual os toques, muitas vezes ainda como se brincadeiras fossem, comecem a apresentar um cunho mais sexualizado, instaurando assim o que é denominada a Fase da Interação Sexual.

Nessa fase, então, dá-se início as ações consideradas como abusivas. Registramos que estudos revelam que esse processo muitas vezes é lento, porém tende a aumentar em termos de invasão da privacidade da criança ou adolescente (Gabel, 1997; Sanderson, 2005).

Nesse momento, o autor do abuso insere atividades que lhe confirmam satisfação sexual, sem que necessariamente a criança se aperceba de tal fato. Após ter a criança significativamente envolvida, o autor tende a intensificar o caráter explicitamente sexual da interação através de atitudes crescentemente invasivas ao corpo da criança ou adolescente. Nesse estágio, em que as atividades podem começar a causar desconforto à criança, seu nível de comprometimento concorre para ainda menores condições de buscar a interrupção da interação abusiva. (Oliveira, 2011, p. 35)

Instaurada a interação sexual, o autor do abuso não medirá esforços para que a abuso não seja descoberto, para tanto utilizará de todos os artifícios para manter o segredo da relação abusiva. Tais artifícios podem variar desde o envolvimento da criança ou adolescente de forma que se sinta responsável, e, conseqüentemente, culpado pela dinâmica abusiva, até ameaças claras de perdas afetivas e também de morte da própria vítima ou pessoa próxima. A esse

momento, considerado como a terceira fase da dinâmica do abuso sexual, denomina-se Fase do Sigilo/Segredo.

Percebe-se que mesmo diante do abuso sexual obviamente comprovado, muitas vezes a criança ou adolescente continua negando a ocorrência da violência. Tal negação, para ser enfrentada, necessita ser entendida como parte da dinâmica do segredo para a criança ou adolescente, já que diversas são as razões que os levam a temer não serem acreditados e, conseqüentemente, serem rejeitados por aqueles que deveriam protegê-los (FURNISS, 1993; Oliveira, 2011; Gabel, 1997).

Segundo FURNISS (1993), as crianças e adolescentes precisam perceber que podem ser acreditados, não somente pela família, mas também pelos profissionais atuantes nas diversas dimensões da intervenção. Assim, enfatiza que as vítimas precisam se sentir permitidas a revelar o abuso sexual e para tal faz-se necessário considerar "todas as possíveis ansiedades que podem motivar a criança a não revelar" (p. 44), quais sejam:

- 1) O segredo.
- 2) O medo de não ser acreditada.
- 3) O medo em relação às ameaças para não revelar.
- 4) As ansiedades em relação às consequências da revelação, para a própria criança e para a sua família.
- 5) O medo da punição e rejeição pelos membros da família e os profissionais.
- 6) Finalmente, nós precisamos dar licença explícita para comunicar em linguagem sexual, introduzindo, nós mesmos, uma linguagem sexual. (FURNISS, 1993p. 44)

Apesar dos esforços implementados pelo autor do abuso sexual em manter o sigilo da relação abusiva, pode ocorrer o que se conhece como a quarta fase da dinâmica do abuso sexual, a Fase da Revelação, que pode ocorrer de forma acidental – normalmente realizada por uma terceira pessoa que tenha percebido sinais ou sintomas do abuso ou que tenha presenciado situações abusivas – ou de forma proposital, quando uma das partes, raramente o agressor, revela o abuso como forma de pedir ajuda (ABRAPIA, s/d; Sanderson, 2005; Oliveira, 2011).

Essa fase caracteriza-se como de grande instabilidade para a família, já que é forçada a enfrentar sua real condição – de uma família em dinâmica de abuso sexual – e os lugares de cada membro necessitará ser revisto. Sendo assim, a coesão do grupo familiar proporcionada pelo sigilo é claramente ameaçada, o que

fará com que haja uma tendência em retornar ao *status* anterior buscando o equilíbrio, mesmo que perverso, das relações familiares.

Como consequência desse momento de crise vivido pela família, como a exposição da intimidade familiar e de seus membros, separação de algum membro, como por exemplo o afastamento do autor da violência, e a impossibilidade da manutenção da coesão do grupo familiar, poderá ocorrer a quinta fase da dinâmica do abuso sexual, denominada de Fase da Negação ou Supressão.

Numa tentativa de retornar ao equilíbrio anterior, mesmo que de sofrimento, a família negará a ocorrência do abuso sexual, com a intenção de retomar ao *status* anterior à revelação.

Como enfatiza Minuchin,

(...) o sistema mantém a si mesmo. Oferece resistência à mudança, além de certo alcance, e mantém padrões preferidos, desde que possíveis. Padrões alternativos estão disponíveis dentro do sistema. Mas qualquer desvio, que ultrapasse o limiar de tolerância do sistema, faz surgirem mecanismos que restabelecem o âmbito costumeiro. (Minuchin, 1982, p. 57-58)

FURNISS (1993) expõe que as crianças e adolescentes que sofrem abuso sexual são obrigados a não revelar a ninguém sobre tal ocorrência, e que tal proibição pode se fazer presente de forma sutil, pelo envolvimento emocional fruto da interação entre vítima e agressor, assim como por ameaças a agressões reais à própria vítima ou a pessoas que ama. Essas ameaças podem provocar a negação da ocorrência do abuso sexual, mesmo que a tenha assumido num primeiro momento. No entanto o autor enfatiza que

Como um resultado das ameaças de violência e ameaças de desastre na família, as crianças mentem mais frequentemente quando negam ter ocorrido abuso sexual do que quando acusam falsamente um membro da família de abuso sexual. Os profissionais da lei, da proteção à criança e da saúde precisam enfrentar esse fato crucial do abuso como síndrome do segredo. (FURNISS, 1993, p.31)

Como pode ser percebida, a dinâmica do abuso sexual intrafamiliar tem o sigilo como estratégia, mesmo que inconsciente, para a manutenção da coesão familiar. Assim, podemos dizer que o segredo, no que tange ao abuso sexual, é um fator organizador familiar e que sua manutenção será fortemente defendida pela família na tentativa de não desestabilização.

Com a revelação, não será mais possível que os membros da família continuem sem se posicionar com relação à perpetração do abuso sexual. Esse

momento é fortemente ameaçador, pois, com a revelação do segredo, os conflitos, até então acomodados numa suposta harmonia familiar, ficarão evidentes e a família terá, necessariamente, que enfrentá-los, mesmo que seja para posteriormente negarem a ocorrência do abuso sexual – retração – numa tentativa de retornar ao *status* anterior.

Laing (1971), muito interessadamente, expõe de que forma, mesmo que inconscientemente, o ser humano luta para conservar aquilo que acredita como verdade quando se sente ameaçado a ter que enfrentar situações de grande estresse, “(...) uma planeada resistência familiar à descoberta do que está a acontecer, restando acrescentar que existem complicadas estratégias para assegurar que todos os membros permaneçam na mais completa ignorância dos factos” (Laing, 1971, p. 91).

Dessa forma, a clareza do papel do segredo na dinâmica familiar abusiva é de fundamental importância para o entendimento, não só das relações interpessoais familiares, mas também do papel que cada membro assume pessoalmente, para que se mantenha o suposto equilíbrio familiar, “(...) não só é verdade que cada um sabe que o pai e a criança têm relações sexuais; doravante cada um sabe que os outros sabem desse fato e que eles sabem que os outros sabem etc., até o infinito” (Hamon, 1997, p. 174).

A consciência quanto à seriedade do papel do segredo torna-se essencial para que o enfrentamento do fenômeno do abuso sexual não recaia em leituras comuns e julgamentos morais quanto ao comportamento dos integrantes das famílias que se encontram nessa dinâmica. Tal equívoco pode levar a continuidade da violência pelo inapropriado manejo da família.

FURNISS (1993) enriquece o estudo sobre a temática quando defende sua leitura do abuso sexual como Síndrome do Segredo e da Adição. De segredo em relação à vítima e seus familiares e de adição em relação ao autor.

O abuso sexual como síndrome da adição refere-se ao agressor, que teria comportamentos compulsivos, tal como qualquer adito, indicando assim falhas em seu controle interno (Oliveira, 2011). Dessa forma, para interromper o fenômeno do abuso sexual é necessário considerar a importância do atendimento, e tratamento se couber, do autor do abuso sexual, já que mesmo que afastado da vítima cuja violência foi deflagrada tenderá a repetir seu comportamento com outros atores.

FURNISS (1993) descreve como em seus atendimentos terapêuticos deparou-se com pais que relataram o quão difícil mostrava-se manter o controle para que não continuassem a cometer abusos sexuais contra seus filhos.

Eu atendi pais que relatavam quão desesperadamente haviam tentado parar de abusar sexualmente de seus filhos, mas a qualidade aditiva do abuso sexual da criança como síndrome de adição fazia-os prosseguir (...). Um pai descreveu como havia tentado para o abuso, mas sentia uma pressão, como um aro metálico em torno de sua cabeça retornando repetidas vezes. Ele sabia, então, que iria abusar novamente de sua filha, embora se sentisse culpado e estivesse plenamente consciente de que estava agindo erradamente. Ele estava desesperadamente preso na interação abusiva. Esse pai, que por sua fraqueza sentia-se preso no processo interacional de adição no abuso sexual e que sentia cada vez mais desamparado e desesperado, teve, não obstante, que assumir, no nível estrutural, total e única responsabilidade pelo abuso, sem qualquer motivo de desculpa. (FURNISS, 1993, p. 18)

Compreender os sentimentos e impulsos dos autores do abuso sexual é muitas vezes considerado como inversão de valores, já que há uma grande dificuldade, em senso comum, na compreensão de que o conhecimento acerca das razões que podem levar a ocorrência do abuso sexual pode, não somente reconhecer que o autor necessita de ajuda e tratamento, assim como através desse tipo de intervenção propiciar que o autor consiga, através da conscientização de sua adição, um autocontrole de forma a não submeter outras crianças ou adolescentes ao abuso sexual. FURNISS (1993) aborda o quanto no abuso sexual como síndrome de segredo e adição, assumir legalmente a autoria do abuso é diferente de reconhecê-la a nível psicológico.

Ter admitido legalmente e ter quebrado o segredo não significa que a pessoa que cometeu o abuso está enfrentando sua responsabilidade e assumindo aquilo que fez à criança e a outros membros da família. Admissões no tribunal e provas legais irão apoiar o tratamento das pessoas que cometeram abuso, mas a admissão legal ainda não constitui a etapa terapêutica de assumir a autoria em termos psicológicos. (FURNISS, 1993, p. 25)

Crivillé (1997) aborda o quão importante se faz o reconhecimento do “papel central e específico do *aparelho psíquico*” (p. 141) ao abordar a necessidade de ajuda e tratamento ao autor do abuso sexual, como também à vítima:

Ajudar a vítima a recuperar suas capacidades e a reencontrar sua autonomia interna é justamente o que toda intervenção pode lhe oferecer de melhor. Levar o sedutor a encontrar a distância interior necessária, a fim de não precisar mais passar à ação para enfrentar as forças pulsionais que o atormentam, sem dúvida, é a melhor maneira de liberá-lo da coação de repetição do perigo da reincidência. (Crivillé, 1997, p. 141)

Diante de toda a complexidade que envolve o abuso sexual de crianças e adolescentes é possível perceber que a Fase da Revelação demonstra ser momento crucial para a família, tendo em vista que a deflagração do segredo, tão importante para a manutenção da coesão da família (FURNISS, 1993), implicará necessariamente numa crise imprevista no ciclo de vida da família (Ackermann, 1986), o que tornará fundamental a existência de recursos pessoais internos e intervenções externas para o manejo apropriado da família visando sua reorganização,

(...)podemos entender como a revelação é um momento crucial que possui potencial, por si só, de apresentar um risco de trauma suplementar para a criança ou adolescente. Entretanto, de maneira complementar, um manejo adequado da revelação, com a acolhida da fala da criança – independentemente das conclusões resultantes dos processos de avaliação e investigação por ela deflagrados – pode significar oportunidade ímpar de reorganização familiar em torno de aspectos mais saudáveis aos processos de subjetivação e garantidores de direitos de todos os seus integrantes (Oliveira, 2011, p. 49).

### **2.3. O Abuso Sexual Intrafamiliar e a Adolescente**

Percebe-se, ao nível de senso comum, que muito se considera ainda a adolescente como capaz de perceber de imediato os indícios para o início da interação abusiva. Destarte, muitas vezes, são corresponsabilizadas, senão responsabilizadas, pela ocorrência do abuso sexual. No entanto, não devemos deixar de lado a compreensão que a fase da adolescência é um momento de forte crise de identidade, com sentimentos conturbados e desorganizados, ficando assim a adolescente muito fragilizada. Como bem citam Bouhet et al (1997):

Se, por um lado, a opinião pública geralmente se mostra mais sensível aos abusos com as crianças, símbolo de inocência e pureza, existe a propensão a minimizar os efeitos do abuso nos adolescentes. Porém já está amplamente provado que o adolescente é muito frágil. De fato, a adolescência significa a entrada para a maturidade e é um período de crise que se caracteriza pela reviravolta na vida pessoal e interpessoal. (Bouhet et al, 1997, p. 37)

Importante lembrarmos que o abuso sexual se instala a partir da interação emocional e sexual entre o autor e a vítima, envolvida no processo como se fosse capturada por uma teia, na qual se emaranham sentimentos contraditórios de amor e ódio por aquele que a cooptou para uma relação abusiva. Essa confusão, a nível de interação psicológica, pode levar a vítima a sentir-se culpada pelo abuso sexual.

O sentimento de culpa origina-se de seu senso equivocado de responsabilidade, que ela deriva do fato de ter sido uma participante no abuso. Essa confusão muitas vezes é reforçada pelas ameaças da pessoa que cometeu o abuso, de que a criança será responsável pelas consequências se revelar o abuso. (FURNISS, 1993, p. 17)

Quando se aborda o abuso sexual intrafamiliar envolvendo a menina na fase da adolescência há uma tendência a olhar o fenômeno como se não fizesse parte de um processo de relação abusiva que teve início, na maioria das vezes, durante a fase da infância. Como se fosse possível se extrair a adolescente da dinâmica familiar abusiva, para responsabilizá-la como culpada pela ocorrência do abuso sexual.

Nessa fase, na qual a adolescente precisa enfrentar as alterações lhe impostas pelo desenvolvimento normal de sua sexualidade, em que seus caracteres sexuais secundários começam a aparecer, e como já visto no capítulo anterior, precisam ser assumidos como fazendo parte de um novo momento de vida, exigindo alguns lutos, dentre eles o luto do corpo da infância, a adolescente terá que enfrentar o papel sedutor que lhe será atribuído tendo em vista sua maturidade física.

Os adolescentes, essas crianças com corpo sexuado de adulto, evocam menos ingenuidade e inocência que as crianças. Não só inspiram menos compaixão, mas muitas vezes lhes são emprestadas intenções ou uma maturidade que não possuem, particularmente nas situações em que a sexualidade está em jogo. (Alvin, 1997, p. 72)

Fahlberg (2001) registra que em algumas pesquisas<sup>14</sup> foi possível observar que

[...] as crianças abaixo de 13 anos de idade tinham, frequentemente, um comportamento de “procura de afeição” com seus pais, e os pais, em um estado reduzido de autocontrole, introduziam as atividades sexuais em resposta ao que eles achavam que era sedução. (Fahlberg, 2001, p. 70)

Assim sendo, mesmo que possa ser percebido comportamento sexualizado por parte da adolescente, entre eles a presença de atitudes consideradas sedutoras, isso provavelmente é consequência da situação de abuso sexual a qual foi submetida e não causa da ocorrência da violência (FURNISS, 1993; Fahlberg, 2001; Gabel, 1997).

---

<sup>14</sup> Para um maior conhecimento das pesquisas citadas, sugerimos consultar FAHLBERG, V., 2001, PUC-Rio.

FURNISS (1993) utiliza o termo “conflito emociossexual” para descrever a confusão entre conflitos nos níveis emocional e sexual:

Quando uma criança vem em busca de cuidado emocional, ela recebe uma resposta sexual. Mais tarde, as crianças que sofreram abuso sexual, em sua confusão entre cuidado emocional e experiência sexual podem apresentar comportamento sexualizado, quando na verdade querem cuidado emocional. (FURNISS, 1993, p. 50)

Schmickler (2006), através das entrevistas realizadas com autores de abuso sexual, explicita o quanto muitos deles acreditam que as filhas devem assumir o papel de parceira sexual quando na falta da mãe, atribuindo assim a ausência da genitora como fator responsável pela ocorrência do abuso. Esse fato é compartilhado por Fahlberg (2001) como transcrito abaixo:

A filha um pouco mais velha pode ser persuadida de que a prática do sexo com o pai é correta, por várias razões. Algumas filhas são informadas de que é seu dever substituir a mãe porque ela morreu, ou deixou a família, ou ficou internada em um hospital por motivo de doença. (Fahlberg, 2001, p. 61)

Sendo assim, a substituição da mãe pela adolescente no que concerne à satisfação sexual do pai pela filha, as coloca no mesmo patamar a nível de subsistema, o que não pode deixar de ser considerado pelos profissionais envolvidos no atendimento familiar. A reorganização das fronteiras entre o subsistema conjugal e o subsistema parental é condição essencial para o enfrentamento à ocorrência do abuso sexual intrafamiliar.



### 3

## A Adolescente na Dinâmica do Abuso Sexual Intrafamiliar

Para o alcance de nosso objetivo, qual seja, pesquisar sobre o lugar da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, foi efetuada pesquisa de campo no Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente do Rio de Janeiro (NACA-Rio), a partir da leitura das folhas de evolução dos casos selecionados e dos relatórios técnicos interdisciplinares, assim como entrevistas com os profissionais responsáveis pelo atendimento.

O NACA-Rio é uma organização da sociedade civil de interesse público, cujo serviço é executado em parceria com a Fundação da Infância e Adolescência (FIA) do Estado do Rio de Janeiro, que presta serviços de atendimentos a vítimas e agressores de violência.

Visando não revitimizar a alegada vítima, não foram realizadas entrevistas diretamente com as adolescentes.

### 3.1.

#### A Forma de Organização Utilizada para a Análise

A leitura das fichas de evolução dos casos e dos relatórios técnicos elaborados foi realizada de forma minuciosa, assim como fizeram também parte do processo de análise as entrevistas com os profissionais envolvidos nos atendimentos. O entendimento de que cada detalhe, por mais que pudesse, a princípio, parecer insignificante para o contexto, foi valorizado nesta pesquisa, tendo em vista a delicadeza da temática e a sutileza com que tais questões se apresentam. Sabe-se que a comunicação verbal nem sempre é possível de ser realizada pelas vítimas de abuso sexual, já que seu sofrimento emocional é intenso (Oliveira & Fernandes, 2007). Assim sendo, cada sinal manifesto pela alegada vítima deve ser considerado importante para o entendimento, como também para o reconhecimento, da ocorrência do abuso sexual.

Entre os oito casos selecionados para o estudo semelhanças são encontradas, assim como peculiaridades também podem ser identificadas em cada um deles.

Traçamos, assim, uma forma de elaboração para que tenhamos a noção de quais características comuns consideramos significativas para o entendimento do lugar da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar – objeto de estudo desta dissertação.

Como forma de organização, atribuímos a cada família um número correspondente, assim como aos seus integrantes, como explicitado a seguir: FAMÍLIA X – X é o número correspondente à família; adolescente desta família – AX<sup>15</sup>; genitora da família – Sra.X; autor ou alegado autor da família – Sr.X.

### 3.2.

#### **Caracterização das Famílias Sujeitos da Pesquisa**

##### **FAMÍLIA 1**

A FAMÍLIA 1 é composta pela mãe, pai (e suposto autor), um jovem de 19 anos fruto do primeiro casamento da mãe, uma adolescente (alegada vítima) e uma criança do sexo feminino de 8 anos à época da revelação. Além desses integrantes envolvidos na dinâmica familiar abusiva, surgem outros atores a partir do relato da família, sendo eles o avô e a tia da adolescente por parte de mãe. A partir de um determinado tempo de relacionamento entre o casal parental, o avô e a tia passam a morar com a família.

A mãe teve seu primeiro relacionamento quando tinha 14 anos com um homem 20 anos mais velho que ela, fruto desse casamento nasce seu primeiro filho quando tinha 17 anos. Essa relação era permeada por violência doméstica de gênero.

Aos 19 anos inicia seu segundo relacionamento, com o Sr. 1, à época com 33 anos. Esse casamento é o quarto relacionamento do Sr. 1, tendo 2 filhas das relações anteriores, que foram por eles cuidadas a partir dos 10 e 8 anos, devido a morte da genitora. Essas filhas na ocasião da revelação do abuso sexual já eram adultas e já haviam constituído suas próprias famílias. O filho primogênito da Sra. 1 possuía 2 anos de idade quando o casal inicia a vida em comum.

---

<sup>15</sup>Caso haja mais de uma adolescente em determinada família, utilizaremos para fins de diferenciação as seguintes siglas: AX<sup>1</sup>, AX<sup>2</sup> e assim por diante.

Do relacionamento do casal desta família nascem duas filhas com uma diferença de aproximadamente 8 anos.

Quanto a vida profissional do casal, o Sr.1 trabalhava em plantões de 12 x 36 horas, o que propiciava maior tempo dedicado aos cuidados com as filhas e também com a casa. Sra. 1 trabalhava em turnos longos o que dificultava, não somente o cuidado com a casa, mas também a proximidade no relacionamento afetivo com a família. A Sra.1 possuía renda maior que a do companheiro, o que fazia com que a família dependesse de seu trabalho para o sustento, ficando os cuidados com a casa sob a responsabilidade do genitor.

#### Solicitação do Serviço ao NACA/RJ

A situação quanto à ocorrência do abuso sexual chega ao NACA/RJ quando a adolescente encontrava-se com 17 anos, três anos após a ocorrência da revelação, através de solicitação de “atendimento psicossocial” realizada pelo Conselho Tutelar. O pedido foi fruto das declarações prestadas pela adolescente a esse órgão de proteção dos direitos de crianças e adolescentes, acerca do abuso sexual que teria sofrido por seu genitor.

Segundo as informações contidas no encaminhamento realizado pelo Conselho Tutelar, a denúncia teria chegado através do Programa Saúde da Família (PSF) que teria sido procurado pelo próprio genitor com pedido de ajuda. Ainda nesse mesmo documento havia a ressalva de que a adolescente não desejava a punição do pai.

#### Dinâmica dos fatos

Aos 14 anos de idade, a adolescente telefona para sua mãe dizendo que não aguentava mais ser abusada pelo pai. Sra. 1 então conversa com seu marido sobre a fala da adolescente, Sr. 1 confirma a ocorrência do abuso e diz para a esposa que não consegue se controlar. O motivo que teria impulsionado a adolescente a revelar o abuso sexual não foi falado claramente.

A adolescente teria sido abusada sexualmente por seu pai dos 9 aos 14 anos de idade, e o fato só teria chegado ao conselho tutelar três anos depois fruto da busca de ajuda do Sr. 1 no Programa da Saúde da Família, que ao tomar conhecimento do abuso procedeu a notificação. Sr.1 teria procurado ajuda no PSF

por sentir que tinha grande dificuldade em controlar seu impulso quanto à ocorrência do abuso sexual.

A adolescente compareceu ao primeiro atendimento no NACA/RJ acompanhada de sua genitora, no entanto enfatizou que não gostaria de ser acompanhada pela equipe técnica tendo em vista que avaliava que já havia conseguido organizar sua rotina de vida após a interrupção da relação abusiva.

A adolescente compareceu ao primeiro atendimento junto com a mãe e, nessa ocasião, expressou o seu desejo de não mais retornar, aceitando que a avaliação psicossocial prosseguisse apenas com seus pais. Ademais, pode esclarecer que discernia acerca de uma relação afetiva culturalmente aceita entre um pai e uma filha, alegando ainda, ter passado a conseguir vivenciar esse tipo de relação com o seu pai, àquele momento de sua vida, o que já perfazia 3 anos aproximadamente, após o término do período do abuso sexual.

Diante disso, foi possível que a equipe psicossocial reconhecesse essa manifestação da menina como um escolha, por não aceitar ser identificada e tratada como vítima, que viesse demandar cuidados por supostos comportamentos traumáticos ou outros danos a serem descobertos. (Relatório técnico)

A adolescente relata que apesar da inadequação sexual que perpassou sua relação paternofilial num determinado período de sua vida, paralelamente, seu pai também mantinha outras formas de afeto para com ela, como os cuidados com a saúde, educação e lazer. Diante de tal quadro, a adolescente diz que entende o ocorrido, atribuindo à questões psíquicas a ocorrência do abuso. “Eu perdoo ele porque isso é uma doença. Eu pesquisei na internet”.

Segundo A1 o abuso não era à força, mas disse que era ameaçada a ficar de castigo, ou que seria desmentida caso contasse a alguém.

Aos 13 anos de idade A1 teve sua primeira relação sexual com um namorado, cujo namoro o pai não aprovava. Após esse fato o pai passa a abusar da filha incluindo nos atos a penetração. A adolescente diz que no período entre os 9 e os 11 anos não tinha clareza quanto a inadequação da interação sexual, que somente a partir dessa idade começou a perceber que na relação parental, em nossa cultura, não era considerada normal.

A1 declarou na entrevista que não queria que seu pai fosse preso, e, segundo sua mãe, após esse encontro a adolescente teria dito: “Se meu pai for preso eu me mato”. A adolescente sinaliza que sempre gostou de ficar no lugar de amiga do pai, além do de filha, diz que se sente como filha “quase sempre” e como amiga “quando ele conversa comigo”. Quanto à relação com a genitora, A1

sinaliza que sempre achou que a mãe gostava mais do irmão mais velho do que dela.

Ainda nesse mesmo atendimento com A1 e a mãe conjuntamente, a adolescente expressou os seus desejos quanto: à manutenção da convivência do genitor no espaço familiar; a não condenação dele à prisão e a sua não participação aos atendimentos para essa avaliação. (relatório técnico)

Tendo em vista o pedido da adolescente quanto a não continuidade de seu atendimento na instituição, a equipe optou por proceder à avaliação da família e do caso, acolhendo sua opção, possibilitando assim que, após respeitado seu tempo subjetivo, retornasse aos atendimentos.

Tal problematização abordou a reflexão acerca dos princípios de proteção à criança e ao adolescente, considerando a sua integralidade, na medida em que se fez mister promover uma escuta da A1 não só como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, portanto requerente de proteção, mas como sujeito de direitos que, para acessá-los, tornou-se imprescindível que se resguardasse a sua dimensão subjetiva, constitutiva dos seus desejos. (relatório técnico)

O Sr. 1 comparece ao atendimento "absorvido por uma identidade social marcada pela culpa, arrependimento e remorso, alegando sentir-se adoecido" (relatório técnico, p. 6), cita também que durante o período da ocorrência do abuso sexual estava com problemas com o álcool, o que o teria levado a adoecer com uma pancreatite (o tratamento da doença fez com que o consumo de álcool fosse interrompido) atribuindo sua perda de controle também ao uso da substância. Vale aqui resgatar que o motivo alegado pelo Sr.1 para procurar o Programa de Saúde da Família foi sua dificuldade de controle. Segundo sua fala: "Algo de bicho o que aconteceu com a A1". Conforme anotações nas fichas de evolução do caso: "Sr.1 cria suas próprias regras: santo incorporado, amigo oculto, vivências adolescentes...", tentando atribuir a fatores externos o motivo pela ocorrência do abuso sexual.

Importante registrar que é a concordância quanto a ideia de uma patologia do Sr.1 que respalda a família a permitir sua permanência na casa, no convívio familiar.

Sr.1 se diz aliviado pela revelação do abuso sexual, no entanto diz que sente falta de alguém que o escute por que "quem fazia isso era A1". Sr.1 sinaliza que não entende o porquê conseguiu cuidar de suas duas filhas mais velhas sem que nada tivesse acontecido, mas com A1 não pode se controlar.

Sr.1 critica a forma como a Sra.1 se relaciona com o primogênito, segundo ele o jovem é extremamente protegido pela mãe, diz que se sente num triângulo de conflitos entre ele, Sra.1 e o filho primogênito dela. Cabe registrar que a relação de proteção/preferência da mãe para com o filho é também compartilhada por A1. A ocorrência do abuso sexual foi escondida do filho pela mãe até um determinado momento, por preocupar-se com “o quê ele vai pensar”, também da irmã mais nova o fato foi omitido.

Outro fato relatado por Sr.1 quanto a dificuldade na relação com a esposa foi a vinda do sogro para morar com eles. Apesar de reconhecer que o sogro contribui bastante para os cuidados com os filhos, disse que o casal cedeu o quarto para que o sogro dormisse, com isso tiveram que dormir na sala e desde então não mais tiveram vida sexual. Apesar disso, Sr.1 afirma ter ótima relação com o pai de sua esposa, tendo inclusive, ele próprio, conversado sobre o ocorrido com o sogro, que apesar de surpreso por dizer que nunca notara nenhum indício do fato, não traçou críticas severas ou discordâncias quanto a permanência do Sr.1 na convivência familiar.

Quanto a Sra.1, afirma que: “tenho certeza que A1 não gostava”. Diz que tem nojo, mas que não se sente traída pelo Sr.1. Afirma que sempre gostou de homens mais velhos e que quando se casou com o Sr.1 buscava proteção: “Sr.1 me protegeu e a família inteira dele. Ele nunca me sustentou, me deu muito afeto, carinho. Eu nunca tive isso da minha família, de minha mãe, ela era muito seca”. Segundo relatório técnico Sra.1 concordou que oscila entre o papel de mãe e de filha do Sr.1, “parecia que ele era o pai de todo mundo”. Diz que A1 superou o ocorrido, mas que ela não teria superado, que preferia que o Sr.1 tivesse mentido porque com a revelação tem medo de perder o carinho do primogênito, e que agora o segredo estaria com ela. Sra.1 diz que: “antes eu era cem por cento feliz”, “ninguém consegue dizer se Sr.1 é maníaco” e “eu faria tudo do nosso jeito. Na família normal a mulher denunciaria, eu não, faria tudo de novo”.

Para a tomada de decisão quanto à permanência do Sr.1 na convivência familiar, Sra.1 pode contar com o apoio de seu pai, no entanto, teve que enfrentar ideias contrárias quanto a essa decisão, principalmente diante de sua irmã, que dizia que o Sr.1 só havia procurado o Programa Saúde da Família depois que o fato já havia sido revelado.

A genitora, mediante esse aspecto, levou em consideração essa crítica e expressou, em vários atendimentos, que a compartilhou com a adolescentes e com ele (Sr.1), como forma de ponderar sobre a decisão mais apropriada para tal problemática. Dessa reflexão em família, em atendimento ao desejo já manifestado de A1 e da compreensão da genitora sobre a importância do papel de cuidador que o Sr.1 representava para os seus três filhos, definiu-se pela sua permanência. (relatório técnico)

Apesar da decisão quanto à permanência do Sr.1 no convívio familiar, Sra. 1 conta que a filha mais nova é monitorada todo o tempo para que nada aconteça com ela.

Cientes das intervenções jurídicas que caberiam diante da situação familiar que se apresentou, tal compreensão possível após audiência do casal no Ministério Público, somado as intervenções técnicas até então realizadas, o casal parental iniciou um novo momento frente a suas responsabilidades pelos cuidados com os filhos. Concomitantemente, A1 demonstra interesse em retornar aos atendimentos na instituição, conforme trecho do relatório técnico:

Um desdobramento crucial para o sentido que essa análise pode considerar, a partir desse evento, foi o interesse de A1 retornar aos atendimentos, inicialmente com o pretexto de saber em nível de gravidade essas implicações judiciais se configuravam. (relatório técnico)

Manifesto esse interesse, a equipe técnica realizou alguns atendimentos com a presença dos genitores e de A1. Verificou-se, pela instituição, a necessidade da redefinição das relações parentais, visando a real asseguarção da proteção da adolescente” (p.11). Esses encontros proporcionaram a percepção do quanto “A1 ainda estava bastante presente entre o casal, uma vez que foi evidenciado no relato dos três, que os pais, separadamente, compartilhavam com a filha sentimentos, anseios e frustrações decorrentes da situação vivenciada por todos” (p. 11).

No último atendimento realizado apenas com o casal parental, a filha mais nova é levada pela mãe. Mesmo diante do estranhamento e posição contrária quanto a participação da menina no atendimento pela equipe técnica, assim como pelo desejo do Sr.1 de que a criança não participasse do encontro, Sra.1 insistiu em deixar sua filha dentro da sala de atendimento.

No período da execução desta pesquisa, após três anos, a família é novamente conduzida ao NACA/RJ para acompanhamento, tendo em vista o suposto abuso sexual perpetrado pelo genitor à filha mais nova, tendo nesse caso o Sr.1 negado o ocorrido.

## FAMÍLIA 2

A família é composta pela adolescente de 14 anos na época dos fatos (15 anos durante o atendimento no NACA/RJ), sua mãe e seu padrasto – suposto autor. A denúncia foi realizada pelo pai da adolescente, porém não se encontra nem no prontuário nem no relatório psicossocial nenhum outro comentário a seu respeito.

Da família extensa, a avó materna tem importante papel nos cuidados para a sua neta (A2). Além deles, alguns outros personagens aparecem principalmente no Registro de Ocorrência como testemunha de acusação e de defesa, dentre eles ex-companheiras do Sr.2.

O casal parental teve vida em comum por seis anos, segundo eles entre “idas e vindas”. A2 morou com a avó materna até os 10 anos, quando sua mãe decidiu “pegá-la de volta”

Sra.2 e Sr.2 se conheceram ao trabalharem na mesma empresa. Atualmente Sra.2 trabalha e através desse trabalho consegue garantir os direitos da filha conforme citado no relatório técnico:

Sua mãe através do trabalho consegue garantir seus direitos referentes a alimentação, habitação, lazer, educação, profissionalização, dignidade, respeito e à convivência familiar e comunitária como prevê o Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

A adolescente cursa o ensino médio em escola técnica. Apesar de na época do ocorrido ter tido uma baixa em seu rendimento escolar, mudou-se de escola e retornou o bom desenvolvimento escolar.

### Solicitação do serviço ao NACA/RJ

A solicitação de exame psicológico da A2 foi feita pelo Tribunal de Justiça – Comarca da Capital – Cartório da 41ª Vara Criminal, em razão de suposto abuso sexual perpetrado pelo Sr.2, ex-cônjuge da mãe da adolescente no período em que mantinham vida em comum.

A avaliação tinha como fundamentação “embasar o convencimento acerca do juízo de ocorrência ou inoccorrência do crime imputado ao réu”. Registra-se que a equipe técnica teve acesso a todos os documentos constantes do processo judicial, tendo em seus autos as seguintes informações: estupro de vulnerável (Lei



11340/2006); o laudo do Instituto Médico Legal não mostra desvirginamento e não há indícios de violência.

### Dinâmica dos fatos

Segundo denúncia, a adolescente teria sido abusada sexualmente por seu padrasto em um dia em que dormiu sozinha com ele em casa. Essa denúncia culminou em nove meses de prisão do Sr.2, por ter sido supostamente preso em flagrante.

Sr.2 conta que na noite da denúncia, Sra. 2 teria ligado diversas vezes para ele durante o dia pedindo que a levasse até Itaguaí para o cumprimento de um compromisso espiritual que duraria toda a noite. Junto ao pedido de conduzi-la até a outra cidade, Sra. 2 também teria solicitado que cuidasse de A2 .

Conforme conta, Sr.2 informou que quando chegou em casa com a adolescente, tomou um banho e foi dormir. Disse que quando acordou, A2 estaria ao telefone e ao ser perguntada para quem ligara teria dito que para sua avó; poucos minutos depois, ao atender a porta, fora acusado pelo pai da adolescente de tê-la estuprado.

No que se segue, conta ainda Sr.2 que todos foram para a delegacia e que lá A2 teria sido ouvida primeiro. Ele aguardava sua vez de depor quando o Delegado foi em sua direção dando-lhe ordem de prisão. “De repente minha vida mudou”. A partir desse dia Sr.2 permaneceu por nove meses no sistema prisional, saindo por Habeas Corpus. Após sua saída da prisão, Sr.2 passa a morar com os pais e reata sua vida em comum com uma ex companheira com quem possui duas filhas.

Sobre a acusação de estupro, nega o ocorrido e diz que A2 “teve uma atitude inconsequente de adolescente” por estar tentando pleitear sua liberdade sexual com o namorado.

Sr.2 disse que por diversas vezes foi solicitado pela Sra.2 a intervir na educação de A2, principalmente no que se refere a situações de namoro, atribuindo à acusação uma forma de vingança pelo fato de nem sempre permitir que a adolescente fizesse tudo que queria. Conta que a mãe teria flagrado A2 tendo relação sexual com o namorado na cozinha de sua casa e que pedira para que ele interviesse na situação, Sr. 2 conta que chamou a adolescente e proibiu a entrada do namorado em seu lar.

Sra.2 na primeira entrevista realizada pela equipe técnica do NACA apresentou-se abatida e dizendo-se cansada de novamente ter que relembrar todo o episódio passado. Disse que sempre soube dos relacionamentos extraconjugais de seu companheiro, mas que nunca imaginou que pudesse vir a ter qualquer atitude abusiva com sua filha. Esclareceu que, na época em que o abuso sexual acontecera, sua filha morava com a avó materna, mas passava os finais de semana com ela.

A genitora acreditava que essa aproximação seria a chance de ter um bom relacionamento com sua filha, já que até então mantinha com A2 uma relação bastante tensionada, na qual a adolescente dizia não se sentir gostada pela mãe e que inclusive a chamava pelo nome. Sra.2 atribuía o comportamento da filha para com ela como uma insatisfação pelas exigências que fazia quanto a responsabilidades no estudo, como também domésticas, “na medida do possível” (fala de Sra.2).

Quanto ao ex-companheiro, Sra.2 conta que Sr.2 foi um dos grandes incentivadores para que A2 passasse os finais de semana com eles, em casa. Após o ocorrido acredita que tudo não passou de ações pensadas para que pudesse se aproximar da adolescente e cometer o abuso sexual. Em seu atendimento Sra.2 designa Sr.2 como “um manipulador, um psicopata”, que “não conhecia a fundo” principalmente por achar que ele era “incapaz de fazer o que fez contra minha filha” (relatório técnico).

No entanto, Sra.2 diz também que considera que o Sr.2 incitou a adolescente a perder a virgindade para poder realizar seu desejo em ter relação sexual com A2, e que isso teria sido feito através de filmes eróticos que viam juntos (Sr.2 e A2) até bem tarde. Sra.2 conta também que o ex-companheiro manipulava a relação entre mãe e filha, fazendo com que a adolescente tivesse medo de sua mãe, segundo conta, Sr.2 orientava A2 a não contar tudo para a genitora, dizendo que não se podia prever sua reação. Sra.2 diz que se sente “numa teia de aranha” (p. 8), acredita que tudo o que ocorrera fora minuciosamente planejado por seu ex-companheiro.

Em determinado momento da entrevista, a Sra.2 disse que “por mim podiam (a justiça) considerar A2 mentirosa e Sr.2 inocente”, se com isso ela deixasse de ter sua vida tão ocupada com suposto abuso sexual. Esse fato demonstra que

Há uma clara tentativa de eliminar o sofrimento psíquico vivenciado através do afastamento de sua aparente causa – a partir das entrevistas realizadas com Sr.2 e A2, podemos dizer que a possível violência é uma das causas do sofrimento vivenciado por Sra.2, mas não a única. (relatório técnico)

A dificuldade no relacionamento com sua filha é intensificada com a ocorrência do suposto abuso sexual. Sra.2 atribui ao Sr.2 todo o sofrimento pelo qual ela e sua filha tem passado, de acordo com os técnicos:

Responsabilizar o Sr.2 de modo integral pelas vivências indesejáveis reduz, sem dúvida, o sentimento de culpa por ela experimentado. A violência atribuída ao Sr.2 é de gravidade inquestionável, entretanto a relação de pouca intimidade e a frágil confiança entre mãe e filha tornaram-se, em tal episódio, mais relevantes do que nunca.

Se o que A2 e Sr.2 disseram acerca da infância da menina – que Sra.2 não parecia ser muito motivada a ocupar seu papel de mãe – podemos considerar a situação a que a adolescente foi exposta como uma importante disparadora de afetos confusos e sentimentos de culpa em Sra.2. (relatório técnico)

Quanto à adolescente, demonstra em todos os encontros com os técnicos grande afeto com sua avó materna, com quem conviveu durante anos. Mostra uma relação conflituosa com a genitora, como pode ser percebido através de sua fala:

“Minha mãe nunca foi próxima, nunca quis saber de mim, só depois do que aconteceu é que ela achou que devia se aproximar”. Disse sentir falta de morar com a avó e que se sente “mimada” por ela, e que com a mãe não possui tal relação “com minha mãe não tem nada disso... eu é que mimo ela”. (A2 - adolescente vítima)

Durante todas as entrevistas, A2 tenta fazer com que tudo seja descontraído e divertido, soltando risadas ininterruptas. Os técnicos vislumbraram a possibilidade desse comportamento ser “uma forte dificuldade de estar em contato com parte de suas vivências” (p. 12). Em nenhum momento das entrevistas a adolescente falou, explicitamente, ter sofrido violência sexual, disse apenas que estava disposta a “enterrar o passado” e quando perguntada sobre sua relação com o padrasto sua fala “é sempre de intenso sofrimento” (relatório técnico).

Não diz o que ele fez a ela, mas diz que ele fez algo que ela tenta superar e “enterrar”; sua narrativa é recheada por falas que revelam ódio, e a adolescente demonstra tentar negar (a si mesma, primeiramente, e depois aos entrevistadores) sentimentos negativos em relação ao Sr.2, substituindo-os por uma pretensa superioridade sobre o que pode ter ocorrido entre eles. Logo após, ela fala sobre estar construindo uma vida nova e exibe uma felicidade exacerbada com seu momento atual, como se estivesse tudo muito bem pra ela. (relatório técnico).

### FAMÍLIA 3

A genitora da família é mãe de 5 filhos oriundos de relacionamentos diferentes, sendo dois meninos com a idade de 16 e 8 anos, e três meninas de 16, 14 e 10 anos. O alegado abuso sexual ocorreu com a adolescente de 14 anos. Os genitores dos cinco filhos da Sra.3 mostram-se ausentes no convívio com os filhos, não contribuindo financeiramente para o sustento da família.

O padrasto foi o autor do abuso sexual. O casal se conheceu numa festa e poucos meses depois foram morar juntos. Quando da ocorrência da violência encontravam-se tendo vida em comum há dois anos.

Quanto à atividade laboral, Sra.3 parou de trabalhar com a gravidez do último filho e o Sr.3 trabalhava como pintor de automóveis.

A família sabe que Sr.3 possui duas filhas, mas nunca tiveram nenhum tipo de contato. Da família extensa, o irmão de Sra.3 aparece nos relatos como a pessoa que teria colocado Sr.3 para fora de casa.

#### Solicitação do Serviço ao NACA/RJ

O encaminhamento à instituição foi realizado pela 38ª Delegacia de Polícia, querendo que fosse realizado atendimento à adolescente, tendo em vista a suspeita de abuso sexual envolvendo a adolescente em tela, sendo o alegado autor seu padrasto. O pedido foi atendido pelo NACA/RJ com a realização de uma avaliação psicossocial.

#### Dinâmica dos fatos

Segundo a genitora, no início do seu relacionamento o Sr.3 se mostrava atencioso tanto em relação a ela como com seus filhos, se “estabelecendo como uma rede de apoio na educação e provimento das necessidades básicas dos mesmos” (relatório técnico)

Sra.3, em atendimento com os técnicos da instituição, sinaliza que após um ano de convívio, Sr.3 começa a demonstrar uma postura mais violenta, iniciando uma série de agressões dirigidas a ela, agressões essas que variam entre psicológicas e físicas.

Em um desses momentos, devido à gravidade do ato, Sra.3 solicita ajuda de seu irmão. O irmão de Sra.3 interveio na relação do casal colocando Sr.3 para fora de casa, assim feito, segundo consta no relato da Sra.3, de forma bastante violenta, tendo Sr.3 nesse momento ameaçado toda a família da genitora, dizendo que iria se vingar.

Em maio de 2012, A3 – na época com 13 anos de idade – não retornou para casa após o término de seu turno escolar, a genitora relata que ficou bastante preocupada com a demora da filha, já que esse atraso não fazia parte de sua rotina. Diante disso, Sra.3 resolveu ir até a escola da filha para tentar encontrá-la, no entanto, a instituição de ensino já se encontrava fechada.

Preocupada com o sumiço aparente de sua filha, Sra.3 foi direto da escola para a delegacia fazer o Registro de Ocorrência de seu desaparecimento, nesse momento indicou como principal suspeito seu ex-companheiro.

A adolescente fora encontrada quatro dias após o desaparecimento, muito suja e machucada num outro município do Estado do Rio de Janeiro. Confirma-se assim a suspeita da genitora quanto à participação de seu ex-companheiro no ocorrido. A3 fora sequestrada pelo Sr.3, que a manteve sob forte ameaça, inclusive de morte, “tendo praticado ato sexual com a adolescente várias vezes, durante todos os dias em que esteve sob seu subjugue” (relatório técnico)

A3 fora encaminhada para tratamento de profilaxia a doenças sexualmente transmissíveis, enfatizando-se aqui que o casal é portador do vírus HIV.

A genitora demonstra preocupação com a filha, como registrado no relatório técnico, transcrito abaixo:

A Sra.3 manifestou muita indignação e intenso sofrimento emocional, colocou que atualmente, percebe sua filha com um comportamento de profunda tristeza, permanecendo a maior parte do dia calada ou dormindo, e expressando muito temor em relação ao Sr.3. A genitora descreveu que A3 por vezes acorda durante a noite assustada e solicitando que a mãe verifique se a porta está devidamente trancada. (relatório técnico, p. 7)

Quanto ao Sr.3, Sra.3 informa que se encontra recluso.

Em atendimento à adolescente, já com 14 anos, foi declarado que estava cursando o 6º ano numa escola municipal, sendo que pleiteava retornar a sua antiga escola, da qual “gosto muito”, em que os dois irmãos continuavam estudando.

A3 entende o porquê do atendimento no NACA/RJ, conta como se deram os fatos, sinalizando, no entanto, que contaria “aquilo que desse para falar”.

A adolescente conta que o Sr.3 fazia uso de bebida alcoólica, e que nesses momentos mostrava-se bastante agressivo com a família, principalmente com sua mãe, usando inclusive conteúdos sexuais ofensivos na presença das crianças. Conta também que o padrasto tentava controlar sua vida, dizendo para sua mãe que a adolescente não levava a sério os estudos, ficando “de fogo com as garotas”. Sinaliza, ainda, que nunca havia namorado, tendo uma única vez beijado um garoto quando tinha 12 anos e ele 15 anos.

A3 contou à equipe que desde que tinha 11 anos seu padrasto dizia que ela tinha uma postura sexualizada para com os meninos. Importante registrar que a adolescente alterna a forma como se refere ao Sr.3, ora o chamando de pai ora de tio.

Quanto ao início dos abusos sexuais, a adolescente conta que deu-se entre seus 11 e 12 anos, conforme descrito no relatório técnico:

Certa manhã, ao levantar, A3 sentiu uma dor no peito e sua mãe já havia saído para o trabalho. Ouvindo tal queixa, o Sr.3 aproveitou-se da situação para acariciar-lhe os seios, dizendo que não havia problema em fazer isso, pois já teve tal comportamento também com a irmã dele quando mais nova. Dando sequência, as situações de violência sexual passaram a ocorrer no banheiro da casa durante a madrugada, sendo acordada por ele. Aos 12 anos, a situação se agravou utilizando a penetração, tanto no banheiro quanto na rua, embaixo da passarela ou no mato. Lembra-se dele ter usado preservativo apenas 2 ou 3 vezes. (relatório técnico)

A adolescente informou que em algumas vezes achava o padrasto uma pessoa legal, brincalhona, mas em outras mostrava-se bastante agressivo. Disse que sentia raiva e tristeza durante o período da ocorrência do abuso sexual, que tinha pesadelos e que se sentia pressionada a manter o segredo. Segundo A3, Sr3 dizia que ela era a mulher dele e que não poderia namorar.

De acordo com o relatório técnico, o sequestro deu-se com a seguinte dinâmica:

O Sr.3 a esperou na porta da escola, e quando A3 estava se dirigindo ao ponto do ônibus, aproximou-se e a segurou, dizendo que se ela tentasse correr ou gritar a furaria toda. Falou para tirar a blusa do colégio, pegou o celular de sua mão e pegaram um táxi em direção à rodoviária. Depois que pegaram o ônibus na própria rodoviária desceram próximo a uma lanchonete e pegaram outro ônibus. Chegou a ameaçá-la diversas vezes dizendo que ela não voltaria mais para casa, e que não veria mais ninguém, pois iria matá-la. Declarou que ele também tentava controlar seus gestos nervosos perante tal situação. Desceram próximo a uma ponte e

andaram por longo tempo, dormiram numa pedra embaixo de uma árvore, e A3 disse ter se alimentado de mexerica e bebido água da fonte. Sentiu fome, sede e frio, além de ter sofrido violência sexual, tipo sexo anal. (relatório técnico)

Segundo registrado no relatório do NACA, na época dos atendimentos a adolescente dizia ter medo de ir para a escola, demonstrando o desejo de voltar a estudar em sua antiga instituição educacional. Disse se sentir insegura, com medo do Sr. 3 ser solto. Acredita ter sido a própria mãe do Sr.3 quem denunciou seu paradeiro à polícia, pois a situação foi alvo de reportagem televisiva. Identificava-se como uma adolescente com pouco contato social, mas demonstrava se sentir bastante à vontade no espaço da igreja que frequentava.

#### **FAMÍLIA 4**

A família 4 é composta pela genitora, pelo pai e pela adolescente. Envolvido também na situação do abuso sexual, encontra-se o tio materno de A4. A avó materna também se faz presente na dinâmica da família.

##### **Solicitação do Serviço**

A solicitação feita ao NACA/RJ foi realizada pelo Conselho Tutelar, em virtude da alegação de abuso sexual sofrido pela adolescente (A4), em que o genitor foi apontado como suposto autor.

##### **Dinâmica dos fatos**

Importante sinalizar que, no caso, foi realizado apenas um atendimento psicossocial à genitora, apesar de diversos encontros marcados e aerogramas enviados, não tendo a suposta vítima sido atendida, nem tão pouco o agressor. Porém, tendo em vista a peculiaridade do caso, avaliamos pertinente sua inserção na pesquisa.

Relatou a genitora que sua filha (A4) teria, em dezembro de 2011, queixando-se de muitas dores abdominais. Numa primeira consulta ginecológica foi informada tratar-se de dores normais da adolescência, no entanto, não conformada com o diagnóstico conduziu sua filha até o Hospital para novo atendimento. Sra.4 relatou que nessa unidade foi realizado um exame que detectou um anel na vagina de A4.

A equipe médica do hospital questionou a genitora sobre as dores da adolescente, Sra.4 informou não saber o motivo. Após essa conversa com os profissionais de saúde, Sra.4 foi encaminhada ao Conselho Tutelar sem saber o motivo que resultara no encaminhamento.

Sra.4 disse que somente tomou conhecimento do objeto introduzido no corpo da filha durante o atendimento com a assistente social do Conselho Tutelar. Segundo o relato da genitora,

[...] a filha teria introduzido um anel em seu próprio corpo para “chamar a atenção” para situações de abuso sexual, ocorridas entre os anos de 2010 e 2011, perpetradas pelo pai Sr.4. De acordo com a genitora, A4 teria relatado para a equipe do conselho tutelar que não revelou a situação para mãe, pois o pai a estava ameaçando, dizendo que iria matar seus irmãos e a mãe. (relatório técnico)

Sra.4 demonstrou, durante o atendimento no NACA, bastante fragilidade diante da situação, expondo que sempre teve medo que algo desse tipo acontecesse com a filha, pois teria ela mesma sido vítima de tentativa de abuso sexual aos sete anos por parte de seu pai. Cabe registrarmos que Sra.4 não conversou com a filha sobre o ocorrido a não ser na presença da assistente social.

Segundo informou, o abuso sexual teria ocorrido durante as noites, enquanto trabalhava. Disse que apesar de morar com o pai de A4, não mais convivia maritalmente com o esposo. Bastante revoltada, Sra.4 declarou que após essa revelação soube também que seu irmão, de 21 anos, teria sido o primeiro a abusar de A4 e que Sr.4 presenciara a violência e, após esse fato, passara ele mesmo a abusar da filha.

A alegação do suposto abuso sexual foi negada pelo Sr.4. Como medida de proteção à filha, a genitora decidiu mudar-se para a casa de sua mãe. No entanto, a acusação da adolescente é questionada pela avó que não acredita no ocorrido, o que tornou a relação entre mãe e filha (Sra.4) bastante conflituosa. Registra-se aqui que o tio, que supostamente também teria abusado de A4, também reside nessa mesma casa.

Esse foi o primeiro e último encontro entre a equipe técnica do NACA com a Sra.4, já que a genitora manifestou o desejo de não continuar com os atendimentos.



## FAMÍLIA 5

O núcleo familiar é constituído pela mãe, duas filhas adolescentes (A5<sup>1</sup> e A5<sup>2</sup>) e o padrasto.

As adolescentes são fruto do primeiro casamento da Sra.5, que teve rompimento bastante turbulento gerando o afastamento do genitor. Durante esse processo houve acusações mútuas quanto às razões que levaram ao afastamento do pai.

Dentro do processo de proteção às adolescentes, a avó materna, com a qual vivem atualmente, teve papel fundamental.

### Solicitação do Serviço ao NACA/RJ

A equipe profissional recebeu solicitação da 32<sup>a</sup> Delegacia de Polícia decorrente da suspeita de abuso sexual contra as irmãs A5<sup>1</sup> e A5<sup>2</sup>, perpetrada pelo padrasto das adolescentes.

### Dinâmica dos fatos

O casamento de Sra.5 com o atual companheiro, Sr.5 – suposto autor do abuso sexual – foi seu segundo relacionamento conjugal. Sr.5 já possuía duas filhas do casamento anterior, segundo consta nos seus relatos rapidamente estabeleceu-se vínculos afetivos entre as filhas e o padrasto, o qual, com autorização da mãe, passou a intervir intensamente na rotina e educação das adolescentes, “fazendo uso de seus valores culturais para estabelecer regras, disciplina e limites a elas”. Segundo as adolescentes, e confirmado pelo Sr.5, o processo para a imposição dos limites e regras era muito rígido. Essa característica da dinâmica da relação entre o padrasto e as enteadas gerou grande insatisfação nas adolescentes.

Os episódios que culminaram na suspeita de abuso sexual deram-se em dois momentos diferentes. No primeiro a adolescente mais nova (A5<sup>1</sup>) contou para sua dentista sobre as situações abusivas que estaria vivenciado, fato esse transmitido pela profissional à avó materna. Posteriormente a outra adolescente (A5<sup>2</sup>) informou aos familiares que também teria sido vítima do Sr.5.

À época, Sra.5 tomou as medidas de proteção às filhas interrompendo a convivência entre as adolescentes e o padrasto. No entanto, afirma ter a certeza que o abuso sexual não ocorrera. Para ela as filhas não se comportavam como vítima da suposta violência já que não demonstravam repulsa pelo Sr.5. A genitora acreditava que as filhas teriam inventado tal fato para poderem ter mais liberdade para sair e namorar, desvincilhando-se das rígidas regras estabelecidas pelo padrasto, dizia que “A5<sup>1</sup> e A5<sup>2</sup> tinham como hábito inventar mentiras”.

O fato da filha mais nova ter na própria delegacia desmentido o ocorrido fez com que a mãe reforçasse sua ideia quanto à não veracidade das acusações.

A segunda notificação de abuso sexual ocorreu após as adolescentes retornarem ao convívio com o padrasto, após o registro de ocorrência, A5<sup>1</sup> e A5<sup>2</sup> passaram a morar com a avó materna.

A postura da genitora diante as denúncias – de total falta de crença na veracidade dos fatos – gerou sérios conflitos entre mãe e filhas, mudando completamente a forma como se estabelecia a relação maternofilial. As adolescentes demonstravam nos atendimentos indignação e grande sofrimento com a postura da Sra.5. Vale registrar que o relatório técnico faz menção a uma mãe bastante comprometida com os cuidados para com as filhas durante seu primeiro casamento.

Nessa fase, o genitor das adolescentes se aproximou das filhas fortalecendo sua relação paternofilial, já que com a separação o então casal viveu momentos de muita tensão e ressentimento, o que culminou num certo afastamento do pai do convívio diário com as filhas. Durante os atendimentos realizados na instituição pode-se perceber o quanto o genitor havia ficado satisfeito por poder acompanhar mais de perto o desenvolvimento das adolescentes, que também demonstram satisfação na nova configuração de relação estabelecida com o pai.

O suposto autor negou as acusações, atribuindo-as, como o fez a mãe, à tentativa das adolescentes de se afastarem das rígidas regras impostas à criação que acreditava serem as corretas, a partir dos valores que aprendera com sua família de origem.

Apesar da rotina das adolescentes seguir seu curso, demonstram grande sofrimento pelo afastamento da mãe. Sentem-se protegidas pela avó materna e pelo pai, que desempenham suas funções protetoras para com as adolescentes com bastante dedicação, já que acreditam na ocorrência do abuso sexual.

## FAMÍLIA 6

O núcleo familiar era composto pela adolescente, sua mãe, sua irmã mais velha e seu pai – alegado autor.

O casal parental estava casado há 30 anos, mas não mantinha vida sexual desde que a adolescente tinha 2 anos de idade.

Da família extensa se faz presente no relato um tio materno que acolheu mãe e adolescente após a saída do lar.

Solicitação do serviço ao NACA/RJ

O encaminhamento da família à Instituição foi realizado pelo Conselho Tutelar, com requisição de atendimento à adolescente, cuja suspeita era abuso sexual perpetrado por seu genitor.

### Dinâmica dos fatos

Sra.6 relata em atendimento que seu ex-companheiro sempre foi uma pessoa de comportamento “extremamente agressivo, intolerante e grosseiro com ela e com as filhas”, contou que por diversas vezes Sr.6 teria utilizado uma faca para ameaçá-las. Sobre o relacionamento afetivo do casal, foi contado que se dava de maneira bastante precária e que o Sr.6, desde os 2 anos da adolescente, dormia na sala. A mãe atribui a esse fato o afastamento do casal.

Sobre a suposta ocorrência do abuso sexual, Sra.6 contou que no ano de 2012 percebeu sua filha mais nova (A6) bastante “entristecida e melancólica, chorava sem motivo aparente”. Declarou que diante dessa percepção, sua filha mais velha teria indagado a adolescente se algo estava acontecendo com ela e que A6 havia declarado as situações de abuso sexual a que estava sendo exposta. Conforme relatório técnico,

A adolescente teria relatado para sua irmã situações em que o genitor praticava de maneira explícita violência sexual. Descreveu que os abusos iniciaram em sua tenra idade, aproximadamente aos seis anos, que passou a observar o pai com uma postura diferente ao lhe dar banho. Os abusos se intensificavam na medida em que A6 crescia. As situações abusivas se caracterizavam por manipulação genital, sexo oral, carícias e estimulação com a língua por todo o corpo da adolescente. (relatório técnico, p.5)

A genitora conversou com o esposo, que negou a acusação, mas mudou-se de imediato da residência. Mãe e filha (A6) mudaram-se para a casa do tio materno, já que as lembranças do que ocorrera na casa da família fazia com que a adolescente entrasse em sofrimento.

No que se refere à Sra.6, é “notório a fragilidade emocional e sentimentos como culpa e impotência em relação às especificidades demandadas por tal situação”.

A Sra.6 demonstrou muito sofrimento e mobilizou-se na maioria dos atendimentos. Atualmente possui a percepção de que seu casamento com o Sr.6 era sustentado pelas situações de abuso que aconteciam, acreditando que o genitor teria permanecido na residência com a intencionalidade de praticar os abusos. (relatório técnico)

A filha mais velha do casal disse em atendimento que sempre observou que a irmã tinha um tratamento diferenciado e privilegiado na relação com o genitor. Declarou que por diversas vezes perguntara à irmã sobre a possibilidade da ocorrência de alguma situação inadequada, mas que A6 sempre negou. No entanto, na última vez que questionou a irmã, por tê-la achado muito entristecida, A6 teria lhe dito que “precisava contar uma coisa, porque não aguentava mais guardar isso”.

A6 declarou em atendimento que sua mãe sempre se preocupou muito com suas amigas, atribuindo esse comportamento materno como consequência da religião que segue. Informa que durante toda sua infância sua mãe sempre a prendeu muito em casa, quase não permitindo que tivesse vida social e que com a irmã mais velha sua mãe não tinha a mesma atitude. A adolescente diz que agora tem podido sair mais, tendo um pouco mais de liberdade para se relacionar, principalmente com os integrantes da igreja.

Sra.6 sempre demonstrou bastante fragilidade emocional e em muitas situações era a adolescente que a lembrava de seus compromissos. Como por muitos anos a mãe exerceu atividade laboral, a adolescente diz que seu pai e sua irmã foram as pessoas que cuidaram dela. A6 disse que deseja que a genitora tenha um pouco mais de diálogo com ela.

A6 informa no atendimento que sempre ficou muito nervosa durante a ocorrência das situações abusivas, que suava e tremia muito, e que por muitas vezes fora ameaçada de apanhar, assim como do Sr.6 matar a ela e sua família. Relatou que em muitas vezes o abuso sexual ocorria com violência física e que sentia muito medo de ficar sozinha com o genitor em casa.

Questionada pela equipe técnica sobre como se sentia atualmente, A6 disse que se sente como se “tirado um fardo de suas costas”.

Com relação ao genitor, Sr.6 declarou que sua filha mais velha teria lhe contado o que A6 disse, como também que sua ex-companheira teria dito que “ele já teria olhado A6 pelo buraco da porta do banheiro”. Informou ter conhecimento de que a Sra.6 teria sido abusada pelo pai quando criança. Assumiu, em atendimento, que quando casou com Sra.6 mantinha outro relacionamento paralelo e, que, essa outra companheira estava grávida na época, assim como Sra. 6. Disse que o desgaste de seu casamento teria relação com o não cumprimento das obrigações domésticas pela esposa. Informou que achava a devoção religiosa de sua esposa excessiva e que muitas vezes a Sra.6 acordava A6 para orar durante a noite.

Sobre a educação de suas filhas, disse sempre ter exigido que cumprissem com suas obrigações domésticas e que quando não obedeciam batia na mesa e gritava. Registrou que A6 sempre obedecia com mais rapidez do que a filha mais velha, e que nela já havia dado umas palmadas. Quanto aos relacionamentos amorosos das filhas diz que a mais velha sempre pode namorar, mas que A6 não porque a mãe não permitia, dizendo que o namoro poderia atrapalhar os estudos. Na sua opinião a adolescente teria inventado “tudo” para separar o casal, já que a relação entre eles era muito ruim.

Após Sra.6 e A6 saírem de casa, a filha mais velha ainda morou com o pai por 5 meses até se casar e convidou o pai para entrar com ela na igreja. Sr.6 diz que caso fosse culpado de alguma coisa não teria recebido esse convite. A mãe e a irmã não compareceram ao casamento. Disse que avalia que sempre foi um bom pai e que estaria preocupado com a possibilidade das pessoas tomarem conhecimento do teor do registro de ocorrência.

À época do encerramento do caso, a adolescente e a mãe continuavam morando com o tio. De acordo com o relatório técnico, A6

Evidencia sentimento de afeto em relação aos familiares, e quanto ao pai, verbalizou sentir ambivalência, pois tem total consciência da gravidade na atitude do genitor contudo seu dogma religioso também permanece em sua consciência lembrando-a do conceito de família e do perdão, gerando assim certo conflito interior (relatório técnico).

## FAMÍLIA 7

O núcleo familiar é composto pelo pai da adolescente (A7<sup>1</sup>), alegada vítima do abuso sexual, que também é pai de outro adolescente (A7<sup>2</sup>), à época do abuso, criança.

A mãe da adolescente faleceu em 2010, quando vivia relação de conjugalidade com o Sr.7. Ao conhecê-lo já tinha uma filha de 9 anos (A7<sup>1</sup>), que o Sr.7 resolveu registrar como filha legítima.

Os tios maternos, com os quais a adolescente mora atualmente, tiveram grande participação na interrupção do suposto abuso sexual, assim como em sua denúncia aos órgãos competentes, assegurando assim a proteção de A7<sup>1</sup>.

### Solicitação do serviço ao NACA/RJ

O pedido quanto à avaliação psicossocial foi feita pelo conselho tutelar. Anexado à solicitação encontra-se o Registro de Ocorrência feito em 2014.

### Dinâmica dos fatos

Na família há duas situações de abuso sexual, uma envolvendo a adolescente à época com 15 anos, e a outra direcionada a seu irmão, atualmente com 12 anos. Os supostos autores são pessoas diferentes, porém integrantes de uma mesma família de origem. Nesta pesquisa nos deteremos mais a fundo à violência ocorrida com A7<sup>1</sup>, no entanto, como nos referenciais teóricos utilizados há a citação de famílias cujos integrantes se apresentam autores de abuso sexual, passando tal comportamento através das gerações, consideramos relevante fazermos referência ao abuso do adolescente (A7<sup>2</sup>).

A adolescente é fruto da relação da genitora, falecida em 2010, com pessoa desconhecida pelos familiares. Ao estabelecer novo relacionamento com o Sr.7, que registrou a filha, fruto da primeira relação da companheira, como sendo biologicamente sua, nessa época A7<sup>1</sup> contava com 9 anos de idade.

Na época da morte da genitora, Sr.7 contou com a ajuda de uma colega de trabalho, que cuidou de seus filhos durante um certo período de tempo. Após esse breve momento, os filhos foram morar com a família do filho mais velho do Sr.7, já adulto.

Tempos depois, Sr.7 levou a adolescente para morar com ele, deixando A7<sup>2</sup> ainda na companhia da família de seu filho mais velho.

Por necessidade de reorganizar sua vida financeira, Sr.7 pede a ajuda dos tios maternos dos filhos, que prontamente se dispõem a cuidar das crianças. Segundo Sr.7 seu pedido teria sido apenas para que cuidassem de seus filhos durante o tempo que pudesse se reorganizar para se responsabilizar por eles. Tempos depois, ao buscar seus filhos para morarem em sua companhia foi surpreendido com a negativa de seu cunhado em entregá-los. Diante de tal situação, Sr.7 foi a delegacia registrar queixa contra o tio materno, o acusando de cárcere privado. Por conseguinte, quando chamado a comparecer na delegacia, o tio acusou Sr.7 de abuso sexual contra A7<sup>1</sup>, como também denunciou a ocorrência de suposto abuso sexual contra o menino, irmão de A7<sup>1</sup>, ocorrido à época que moravam com a família do filho mais velho do Sr.7, cujo suposto autor seria o neto do Sr.7 que contava à época com 12 anos.

Todas as acusações foram negadas por Sr.7, dizendo que o cunhado estava fazendo a denúncia porque queria ficar com seus filhos.

Segundo a adolescente a primeira ocorrência de abuso sexual aconteceu quando o pai soube que ela havia ido namorar com um menino numa cachoeira e que lá havia tirado sua roupa. Após saber do fato, Sr.7 teria ordenado a A7<sup>1</sup> que o levasse até o local, lá chegando o pai mandou a filha tirar sua roupa, a encostou em uma pedra e acariciou seu corpo, a penetrando com o dedo. A7<sup>1</sup> conta que suplicou diversas vezes ao pai que parasse porque “estava doendo”, mas que ele ignorou seu pedido. Segundo declarado no registro de ocorrência, além dessa ocorrência, teriam acontecido mais quatro situações abusivas na própria casa.

A adolescente conta que sua rotina era cuidar dos afazeres domésticos, que o pai “brigava com ela como se fosse mulher dele”. Que apanhou do pai por diversas vezes e que quando isso acontecia chegava a se urinar na roupa. Contou também, que em determinado momento, o pai teria fingido estar incorporado de “santos do candomblé” e a teria ameaçado de morte caso se relacionasse com alguém.

Segundo relato técnico, a adolescente se autodefine como alguém que

Não sente que tem vínculo com o irmão, não tem amizade, tem comportamento diferente de qualquer outra criança. Se vê muito extrovertida acha que puxou a mãe, só não é muito chegada a criança, sabe falar sério na hora que tem que falar, se acha vingativa, se magoa muito mais com palavras do que com ações. Se diz

autoritária, com a autoestima elevada e que sempre teve tudo o que quis. (relatório técnico)

## FAMÍLIA 8

O núcleo familiar é composto pela genitora, pelo pai – alegado autor do abuso – sexual, pela adolescente – alegada vítima – e pela filha mais nova do casal de 2 anos de idade.

Esse é o primeiro casamento da Sra.8 e o terceiro do Sr.8, que anteriormente já tivera duas relações, da primeira nasceram dois filhos com os quais não mantém contato, e com a segunda companheira teve mais 2 filhos com quem, apesar de uma relação conflituosa, ainda mantém algum tipo de vinculação

Para além do núcleo familiar, duas pessoas desempenham importantes papéis na dinâmica da família, uma amiga da família e também amante do Sr.8 e o namorado da adolescente.

### Solicitação do serviço ao NACA/RJ

A demanda para o atendimento psicossocial foi apresentada pela delegacia policial, após denúncia feita pela mãe depois de ter tomado conhecimento da ocorrência do abuso sexual.

### Dinâmica dos fatos

No primeiro atendimento agendado na instituição, apesar de ter sido marcado apenas com a genitora, foi a adolescente quem compareceu. Segundo A8 teria sido avisada sobre a entrevista pelo conselho tutelar, informando que não sabia se a mãe compareceria.

Apesar de não ser comum a instituição realizar o primeiro atendimento com crianças e adolescentes, após grande insistência de A8 a equipe decidiu por atendê-la.

Já nesse primeiro encontro a adolescente apresentou-se muito mobilizada com o momento que vivia, iniciando sua história referindo-se à época que tinha 8 anos de idade. Segundo A8 era uma pessoa com poucos amigos, introvertida, o que foi agravado com a mudança da família para uma nova casa. Nesse período,



os pais contrataram o serviço de uma pessoa para cuidar dos filhos, com a qual a adolescente estabeleceu forte vínculo, pois “faziam tudo juntas”. Essa ajudante tinha na época 16 anos de idade.

Em continuação ao atendimento, a adolescente disse que as investidas do pai começaram quando tinha 10 anos, com toques e carícias que eram justificados como sendo necessárias ao “desenvolvimento futuro na relação com meninos”. Falou sobre seu distanciamento com a mãe, que dizia que ficava fora de casa por muito tempo por conta do trabalho. No entanto, a A8 disse ressentir-se desse fato e sinalizou que o pai, “de forma velada”, sempre sinalizava que esse comportamento materno tratava-se de um “não cuidado” pelo “fato de não se importar”.

A adolescente contava com riqueza de detalhes os momentos em que sofria o abuso sexual “enriquecido pelos detalhes referentes à frequência e aos acordos subjacentes à dinâmica dessa relação”. Apresentou diversos manuscritos nos quais registrava seus sentimentos diante dos acontecimentos ocorridos na relação com o pai. Disse também ter conhecimento que seu pai aproximou-se de suas amigas, combinando encontros pelas redes sociais – a adolescente trouxe de forma impressa a conversa do Sr.8 com uma dessas amigas. Apesar do incômodo que demonstrava durante a entrevista, a adolescente “reconheceu a forte afinidade que sempre nutriu pelo genitor, que representava uma referência para ela na construção das suas relações com os outros e na sua forma de se expressar no mundo”.

Com relação à jovem que foi contratada para cuidar dos filhos enquanto o casal trabalhava, A8 conta que em um determinado dia viu seu pai na sala agarrando-a. Disse que ficou desconsertada e foi até o quarto falar com a mãe. Segundo informa, a mãe não tomou nenhuma atitude, dizendo que “deixasse pra lá”. A8 disse que chorou muito nesse dia.

A denúncia do alegado abuso sexual foi realizada pela adolescente juntamente a seu namorado – que possuía 30 anos e lhe fora apresentado pelo Sr.8, sua mãe e a ajudante/amante de seu pai. Segundo conta, teria sido esse namorado, para o qual a adolescente contou o que ocorria em sua vida, que a incentivou a denunciar o genitor. Para tal, o namorado apresentou à A8 diversas reportagens e leis referentes ao abuso sexual. A equipe técnica supõe que além do incentivo do namorado ter influenciado a adolescente a denunciar o genitor, também o nascimento de sua irmã, na época com 1 ano de idade teria “reafirmado na adolescente sentimentos de ternura e proteção”.

Após o registro na delegacia, a mãe começou a questionar a veracidade dos fatos e não mais apoiou a filha em sua decisão, “encontrando um rol de argumentos de ordem subjetiva para justificar uma possível invenção por parte da adolescente”.

Apesar de a delegacia ter dado prosseguimento ao caso, inclusive encaminhando-o para o NACA, a adolescente iniciou um processo de procura de diversas instituições da rede assistencial para delatar o pai, tendo passado por diversos órgãos de proteção não só à adolescente como também à mulher.

Em seu primeiro atendimento, a genitora apresentou-se apática, tentando achar “desencontros no discurso da filha e justificando a sua descrença, por conta da forte ligação que A8 sempre teve com o pai, em contraposição ao afastamento dela própria”, ainda fez referência ao comportamento alegre e à motivação cotidiana que sua filha apresentava, dizendo que seriam atitudes incoerentes diante da violência vivida. “Rebate ainda, aparentando surpresa e interrogação, com o argumento que após a denúncia, e consequente supressão dos abusos, A8 teria passado a aparentar tristeza e agressividade.” A genitora atribui ao namorado de A8 a responsabilidade pela tristeza da filha. O encontro termina com a Sra.8 ratificando seu “sentimento de exclusão em relação a filha pela segunda vez”.

Segundo registrado no relatório técnico, a mudança no comportamento da Sra.8 em relação a filha aconteceu após uma longa conversa com o Sr.8. A equipe técnica relata que

Esta mudança de comportamento nos fez refletir acerca da própria história de vida da genitora que conheceu, e alegando necessidade, logo foi residir com o Sr.8 aos 14 anos, quando ele tinha 30. Morava com a sua genitora que veio a falecer 4 anos depois que ela saiu de casa. A narrativa da genitora envolve uma infância e adolescência marcada por forte violência estrutural situações de negligência, maus tratos e consistentes apontamentos de exploração sexual e trabalho infantil. Portanto, Sr. 8 tem um papel divisor de águas na sua história. Juntos aprimoram-se profissionalmente e constituíram a própria vida. Hoje Sra.8 sente-se dividida e num breve arroubo durante o atendimento como se pensasse em voz alta, afirma que gosta do Sr.8 e se pergunta se seria doente.

Sra.8 parece não acreditar. Como se o benefício da dúvida fosse mais suportável que a dor da certeza. (relatório técnico)

Sr.8 apresenta-se para a entrevista com uma atitude bastante defensiva, “parecia querer responder antes mesmo de ser perguntado”. Acusa a filha de querer se vingar porque teria lhe dito que podia, se assim o quisesse, terminar seu namoro. Além disso, verbaliza que A8 tem interesse em ter uma vida econômica mais confortável e por esta razão quer manter sua relação com o namorado. Tenta

denegrir a imagem de A8, conforme relatório técnico, “Descreve a filha ressaltando desde a infância características sedutoras e inadequadas em sua direção, como também em relação a uma amiga do colégio, e com seu primeiro namorado quando estava com 12 anos de idade”.

Com relação ao namorado de A8, percebe-se uma alternância de papéis, ora como namorado, ora como pai. Continua dando apoio a adolescente, contudo, diz que

Está numa relação conjugal sem que tenha escolhido, mas que aprendeu a conviver, percebe-se que traz o peso de quem denuncia a homeostase. Ao se inserir no grupo e ver as regras distintas daquelas praticadas na sociedade, ele trafega do lugar heroico para a vilania, já que como dissemos a genitora o desfere acusações de interferência na sua relação com a filha. (relatório técnico)

Cabe lembrarmos que até o fim dos atendimentos no NACA/RJ o namorado de A8 era o único apoio financeiro e emocional que possuía, já que sua mãe permaneceu vivendo com o Sr.8, na companhia de sua filha mais nova.

A partir dos atendimentos e leituras das cartas escritas pela adolescente e apresentadas aos profissionais do NACA, foram feitas as seguintes observações pela equipe técnica:

A partir do relato e carta escrita pela adolescente, onde descreveu cenas e expressou pensamentos e sentimento que reconstróem um percurso da situação de violência, observa-se um estado conflitivo e confuso devido a uma carga afetiva e moral, retroativa, ao reconhecer as inadequações da relação com o genitor. Acredita-se que houve um romance incestuoso, sentindo-se muitas como uma namorada. Entretanto, parece que a inadequação subjacente a essa conjugalidade simbólica se apresentava como um incômodo, mas com contornos pouco consistentes para a adolescente.

Evidencia-se nos atendimentos a mesma, uma persistente postura de resgate do tempo que considera perdido. Há uma junção de reparo e culpa, por não entender como pode permanecer tanto tempo na situação incestuosa com o pai. Mas convém ressaltar que durante o período da avaliação psicossocial da família, explicações lineares não esgotam a forma como se organizaram e funcionaram durante tanto tempo, conferindo aos membros deste grupo, o lugar de partícipes, em contraposição aos papéis estanques de vítimas, algozes e corresponsáveis. Esta breve digressão, contudo, não obsta a violação de direitos que se fez presente e necessária responsabilização daqueles que no entendimento da legislação vigente precisarem. (relatório técnico)

### 3.3. Lugar da Adolescente na Dinâmica Familiar

Dentre as semelhanças encontradas entre as dinâmicas familiares aqui estudadas, a primeira selecionada para análise foi o período da ocorrência do abuso sexual, não somente no que refere à faixa etária na qual a violência se inicia, assim como o longo período pelo qual se perpetua até sua interrupção.

Das oito dinâmicas apresentadas, em seis delas o suposto abuso sexual teve início na infância, não tendo sido interrompido até a revelação que se deu já na adolescência. O período mínimo de ocorrência foi de dois anos, e o que mais se prolongou durou cerca de oito anos de violação. Pelos registros encontrados nas fontes pesquisadas, todos tiveram início de forma lenta e gradual, até chegarem a comportamentos caracterizados como abusivos. Essas semelhanças demonstradas nos remetem às fases sinalizadas por diversos autores (Sanderson, 2005, Fahlberg, 2001; Oliveira, 2011) como um movimento processual para a ocorrência do abuso sexual, no qual há uma sequência de ações, para que sejam alcançados os objetivos do autor do abuso sexual, qual seja: a ocorrência do abuso. Assim, a primeira fase citada nos escritos sobre o abuso sexual, chamada de fase da aproximação ou envolvimento pode ser identificada nos seis casos aqui citados.

As crianças<sup>16</sup>, pelo menor nível de desenvolvimento psíquico, apresentam maior vulnerabilidade às investidas do alegado autor, não conseguindo, em muitas situações, identificar se aquele comportamento, daquele a quem nutre um sentimento de afeto e pelo qual aprendeu a confiar, é um comportamento adequado à relação pai/filha. Sendo muitas vezes os comportamentos abusivos entendidos como demonstração de afeto, em algumas situações inclusive a única manifestação de afeto, que recebem do genitor ou quem o represente. (FURNISS, 1993; Oliveira, 2011; Sanderson, 2005; Gabel, 1997)

A infância pode, conseqüentemente, ser definida em termos simples, mas operacionalmente claros, “como dependência estrutural em relação a algum adulto para cuidados físicos, emocionais, cognitivos e sociais e para proteção, devido à falta de maturação biológica”. A dependência estrutural das crianças significa que

---

<sup>16</sup> Utilizaremos nesta dissertação a definição de criança e adolescente tendo como referência a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em seu Artigo 2º. *Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e a adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.*

elas devem ser capazes de confiar que tudo o que um progenitor faz é bom para a criança e vai ajudar o seu desenvolvimento. (FURNISS, 1993, p. 16)

Em seis dos casos, o início do abuso sexual<sup>17</sup> ocorreu na infância, um quantitativo significativo que não pode ser desconsiderado para nossa análise. Os outros dois casos referem-se a duas situações cuja investida para o início do abuso sexual ocorreu já no período da adolescência<sup>18</sup>.

Nas situações em que a tentativa de iniciar a violência ocorreu já no período em que a vítima estava na adolescência, foram identificadas dinâmicas diferenciadas. Na FAMÍLIA 2, cujo suposto autor ainda não possuía laços afetivos intensos com a adolescente, essa conseguiu no momento da tentativa do abuso sexual denunciar o ocorrido à pessoas nas quais depositava confiança, não permitindo assim que a violência fosse perpetuada. Na FAMÍLIA 7, em que também não há um início lento e gradual para a ocorrência do abuso, porém a violência instalou-se, a adolescente fora fortemente ameaçada – ameaça de morte – caso não permitisse as investidas de seu padrasto ou se contasse a alguém o que vinha ocorrendo.

A ameaça explicitada claramente – visando não só o envolvimento no abuso sexual como também sua manutenção através do segredo – é uma característica que se faz presente em cinco dos oito casos estudados. Esse recurso só não se apresenta nas dinâmicas das FAMÍLIAS 1, 2 e 8; sendo que na F2 a denúncia ocorreu no mesmo momento da suposta tentativa de estupro, não havendo tempo suficiente para que intimidações fossem necessárias.

FAMÍLIA 3: Dizia que ela era mulher dele e que não podia namorar.

FAMÍLIA 4: De acordo com a genitora, A4 teria relatado para a equipe do conselho tutelar que não revelou a situação para a mãe, pois o pai a estava ameaçando, dizendo que iria matar seus irmãos e a mãe.

FAMÍLIA 6: A6 informa no atendimento que sempre ficou muito nervosa durante a ocorrência das situações abusivas, que suava e tremia muito, e que por muitas vezes fora ameaçada de apanhar, assim como do Sr.6 matar a ela e sua família. Relatou que em muitas vezes o abuso sexual ocorreu com violência física, e que sentia muito medo de ficar sozinha com o genitor em casa.

---

<sup>17</sup> Registramos que a utilização da expressão “o início do abuso sexual” nesta dissertação – ou similar – não significa que estamos afirmando a veracidade da violência.

<sup>18</sup> Ibidem

FAMÍLIA 7: A7 conta que o pai bateu nela algumas vezes e que chegou a urinar na roupa [...] o pai fingiu que estava incorporado (Zé Pelintra) e ameaçou matá-la se ela se relacionasse com alguém.

A FAMÍLIA 1 e a 8 possuem dinâmicas diferenciadas das demais, nas quais as adolescentes estabeleceram romance incestuoso com seus genitores, misturando-se os subsistemas pai-filha com o subsistema homem-companheira, não sendo necessário assim o uso de ameaças. A literatura mostra que quanto mais hábil for o agressor quanto ao envolvimento da vítima da situação abusiva, incluindo aqui sua culpa quanto à ocorrência da violência, menos ameaças são necessárias para a manutenção do segredo (FURNISSI, 1993; Oliveira, 2011; Sanderson, 2005; Gabel, 1997; Fahlberg, 2001). As especificidades nas dinâmicas dessas duas famílias serão melhores aprofundadas mais a frente.

Na FAMÍLIA 3 e na FAMÍLIA 8 os agressores iniciam suas investidas sexuais justificando-as como atos normais e até mesmo importantes ao futuro amoroso das adolescentes, dando a falsa ideia de que seu comportamento não somente era adequado, como também necessário ao desenvolvimento das vítimas, conforme registros a seguir:

FAMÍLIA 3: Certa vez ao levantar, A3 sentia uma dor no peito e sua mãe já havia saído para o trabalho. Ouvindo tal queixa, o Sr.3 aproveitou-se da situação para acariciar-lhe os seios, dizendo que não havia problema em fazer isso, pois já teve tal comportamento com a irmã dele quando mais nova.

FAMÍLIA 8: (...) a adolescente disse que as investidas do pai começaram quando tinha 10 anos, com toques e carícias que eram justificadas como sendo necessárias ao desenvolvimento futuro na relação com os meninos.

Na FAMÍLIA 3, apesar do abuso ter sido iniciado de forma a parecer natural – o que dava indícios que a dinâmica seguiria o percurso esperado quanto as fases da ocorrência do abuso sexual – torna-se em sua continuidade bastante violento, com abusos praticados sob ameaça durante a madrugada quando a adolescente era acordada pelo suposto autor, assim como na rua ou embaixo de uma passarela, com comportamentos agressivos por conta do suposto autor. Esse caso suscitou da equipe encaminhamento para a saúde, tendo em vista que o padrasto era portador do vírus HIV.

Também na FAMÍLIA 6 a violência física se fez presente para a efetivação do abuso sexual. Nos registros técnicos há o relato de que “A6 mencionou para sua irmã que o pai a ameaçava com um cinto e que por vezes teria batido nela, em virtude da sua recusa em ceder às situações abusivas”.

Não coincidentemente, na dinâmica dessas duas famílias a violência doméstica entre o casal já era presente, tanto psicológica como física, demonstrando assim que a desigualdade de poder apresentava-se não somente intergeracionalmente, mas também entre os gêneros em uma mesma geração como pode se perceber nos relatos a seguir:

FAMÍLIA 3: Sra.3 em atendimento com os técnicos da instituição, sinaliza que após um ano de convívio, Sr.3 começa a demonstrar uma postura mais violenta, iniciando uma série de agressões dirigidas a ela, agressões essas que variam entre psicológicas e físicas.

FAMÍLIA 6: extremamente agressivo, intolerante e grosseiro com ela e com as filhas, contou que por diversas vezes o Sr.6 teria utilizado uma faca para ameaçá-las.

Percebe-se no relatório da equipe técnica sobre os atendimentos a essas famílias, conforme já discutido anteriormente, que a diferença entre o lugar do masculino e do feminino em nossa sociedade transforma-se em desigualdades, conferindo ao homem um lugar de superioridade perante a mulher, seja ela sua esposa/companheira, seja ela sua filha, como bem expõe Saffioti, 1999 e Morgado, 2011:

Este conceito (gênero) não se resume a uma categoria de análise, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento [...], havendo um campo, [...] de acordo: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. O conceito de gênero não explicita necessariamente desigualdades entre homens e mulheres [...] A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. (Saffioti, 1999, p. 83)

A sociedade brasileira, herdeira de um sistema patriarcal, continua conferindo ao homem um lugar de privilégios, seja como marido/companheiro, seja como pai. Assim, a atribuição de funções em nossa sociedade, determinada pelas condições de inserção de classe, gênero e etnia, configura uma inserção subordinada da mulher. (Morgado, 2011, p. 37)

A relação entre dois elementos presentes na dinâmica familiar dos casos analisados nos chamou a atenção, quais sejam: o tipo de relação estabelecida entre a vítima e a genitora; a pessoa para quem a adolescente revela a ocorrência do abuso sexual. Em sua maioria, quando as relações entre mãe e filha são mais distantes, conflituosas, ou com pouca comunicação, parece haver dificuldade na revelação da ocorrência do abuso sexual. O que foi percebido também é que mesmo tendo uma postura protetora, nem sempre é possível a genitora perceber a violência, tal como ocorreu com a FAMÍLIA 3.

Nesta família, cuja própria mãe é vítima de violência doméstica perpetrada pelo padrasto da adolescente, apesar de, por alguma razão<sup>19</sup>, a genitora conseguir romper com o ciclo da violência em que estava envolvida<sup>20</sup>, não pôde perceber a violência na qual sua filha estava envolvida. No entanto, torna-se curioso perceber que a primeira ideia no imaginário da genitora quando da demora de sua filha foi à ameaça do padrasto, já que adolescentes costumam ser displicentes com o cumprimento de horários. Nesse sentido, têm-se a ideia de que, sabedora do potencial violento de seu ex companheiro, vislumbrara alguma possibilidade quanto ao risco que sua filha sofria ainda no período de convívio com o suposto agressor, como cita a equipe técnica em seu relatório: “demonstra muita angústia e fragilidade emocional. Identificamos a presença de sentimentos que evidenciam culpa, impotência, raiva e sentimento de justiça em relação ao abuso sexual sofrido pela filha atrelados a um forte desejo de protegê-la”.

Morgado (2012) aborda a limitação das mulheres/mães em serem protetoras de sua prole tendo em vista a desigualdade de gênero. A autora acredita que não se pode creditar de imediato à dependência econômica a responsabilidade por essa dificuldade.

Ao aceitarmos a imediaticidade do argumento econômico como justificativa da manutenção da relação, trazido, por vezes, pelas próprias mulheres envolvidas, desprezamos as possibilidades de analisar a complexidade de seus sentimentos e atitudes, bem como suas possibilidades e limites de enfrentamento. Nessa direção, percebe-se que, rotineiramente, no transcorrer dos anos, um dos sentimentos mais dilapidados ao longo da vida dessas mulheres foi a sua autoestima. (Morgado, 2012, p. 186)

Ainda segundo a mesma autora, o processo de vida dessas mulheres/mães é perpassado por situações de violência, fruto das desigualdades de gênero, que evocam sentimentos contraditórios, tendo como consequências as dificuldades para o enfrentamento do abuso sexual incestuoso. Evidencia, ainda, a imagem da mulher/mãe como a responsável pela violência sofrida por sua prole, quando não levadas em consideração todas as variáveis que perpassam sua vida.

Ao desconsiderar a complexidade do fenômeno, diferentes segmentos da sociedade têm como expectativa/exigência a ruptura imediata da relação, seja diante da violência doméstica contra a própria mulher, seja diante do abuso sexual

<sup>19</sup> A razão pela qual a genitora conseguiu romper o ciclo da violência doméstica a qual era submetida não cabe aprofundamento nesta pesquisa, no entanto não estamos desconsiderando a importância quanto ao seu entendimento. Para uma leitura mais aprofundada sobre as dificuldades da mulher ao rompimento da violência sugerimos a leitura de Morgado, R. Abuso Sexual Incestuoso: seu enfrentamento pela mulher/mãe. Tese de doutorado em Ciências Sociais, 2001.

<sup>20</sup> Registramos que, considerando a dinâmica familiar da violência doméstica de gênero, não podemos tratar a vítima, nesse caso específico a genitora, somente como objeto da agressão perpetrada pelo agressor, mas também sujeito numa dinâmica estabelecida a partir de uma relação de complementaridade.



incestuoso. O não rompimento imediato da relação tem atuado como um dos principais alicerces para que essas mulheres/mães sejam consideradas/denominadas passivas, omissas, negligentes e cúmplices da(s) relação(ões) de violência(s). (Morgado, 2012, p. 187-188)

Na dinâmica da FAMÍLIA 4, a pouca comunicação entre mãe e filha pareceu dificultar a deflagração da ocorrência do abuso pelo viés do verbal, tendo precisado a adolescente utilizar de subterfúgios. Nesse caso, a colocação de um objeto em sua vagina parece ter sido o meio encontrado para se comunicar, mesmo que de forma indireta, com a mãe, parecendo ter sido o que de melhor a adolescente conseguiu fazer para se proteger. Nessa família, apesar da fraca comunicação entre mãe e filha, foi possível a genitora adotar comportamentos de proteção, mesmo tendo seus familiares, inclusive sua mãe, a duvidar da fala da adolescente (Morgado, 2012).

Com exceção da FAMÍLIA 7, cuja mãe era falecida, todas as outras apresentavam algum tipo de tensionamento entre a genitora e a adolescente, o que nos parece poder ter sido uma das razões, em sua grande maioria, a revelação do abuso a outros integrantes da família como irmãos, tios e avós.

Já é muito difícil para o adolescente contar, com toda confiança, uma história de agressão sexual – recente ou antiga. Isso ocorre em primeiro lugar por vergonha, mas também por medo de julgamentos e represálias. Para a vítima, nada é pior que abrir-se com alguém que a priori, duvida dela. (Alvin, p.73 apud Relatório Técnico)

Na FAMÍLIA 2, mesmo estando a adolescente sob a responsabilidade de sua genitora, já que estava passando o final de semana em sua residência, a adolescente acionou sua avó, pessoa com a qual mantinha vínculo e bom relacionamento afetivo, que após ser comunicada chamou o pai da adolescente à sua responsabilidade.

Já na FAMÍLIA 5, a adolescente conta o alegado abuso para sua dentista que, apesar de saber que a paciente morava com sua mãe, procura a avó para contar-lhe o que acabara de saber. Apesar do estranhamento quanto a não procura da mãe para comunicar o ocorrido, parece-nos que a própria profissional percebia a dificuldade da genitora para a proteção de sua prole, já que mesmo após terem confirmado a ocorrência do abuso sexual, a genitora continuou a afirmar não crer nas falas das filhas e permanece morando com o companheiro, deixando a adolescente e a irmã sob os cuidados da avó.

Importante se faz perceber a dinâmica da relação entre mãe e filha na FAMÍLIA 6. Apesar de a relação ser considerada distante e sem diálogo, foi a genitora quem percebeu o comportamento entristecido da filha. No entanto, não

conseguiu conversar diretamente com a adolescente, precisando da intermediação da filha mais velha para fazê-lo:

Em final de 2012 observou sua filha entristecida e melancólica, chorando sem motivo aparente. Declarou que a filha mais velha teria então questionado a adolescente acerca de tal comportamento e que ela teria verbalizado sobre as situações de abuso sexual na qual esteve exposta. (relatório técnico)

No que se refere aos recursos emocionais da genitora dessa família, a equipe técnica cita que

No que se refere ao estado emocional desta genitora, identificamos muita fragilidade e sentimentos como culpa e impotência em relação às especificidades demandadas por tal situação. Mostrou muita inabilidade referente ao manejo necessário às questões relacionadas à sexualidade, desejo e relacionamento, temáticas muito presentes nesta fase peculiar do desenvolvimento da adolescente. (relatório técnico)

Registramos que o alegado autor diz, em entrevista, que tem conhecimento que sua companheira teria sido abusada pelo pai e que por essa razão Sra.6 teria saído de casa.

Entre as famílias cujas dinâmicas foram estudadas, encontramos outras mães que haviam sofrido violência sexual quando ainda crianças. De acordo com alguns autores esse fato pode vir a contribuir para a dificuldade da genitora no enfrentamento ao abuso que sua filha vinha sofrendo, não conseguindo, assim, assumir seu papel de protetora, como socialmente esperado.

As mães podem estar motivadas a não estarem motivadas a tentar buscar ajuda [...]. Elas podem ter medo de serem lembradas do abuso sexual em sua própria infância. (FURNISS, 1993, p. 42)

(...) uma dessas falhas é a interferência dos conflitos pessoais maternos: “Nesta situação, desvia-se o papel de escudo protetor para a simbiose, fuga ou rejeição”. (FURNISS, 1993, p.67)

Dessa forma, se a mãe sofreu algum problema nessa fase da vida, provavelmente estará paralisada em seus conflitos, sem conseguir olhar as necessidades reais da criança, podendo, inclusive, refletir em fissuras marcantes para o desenvolvimento saudável do indivíduo. (Khan, 1984 apud Sanches, 2014, p.81)

A seguir expomos alguns registros que mostram o quanto o abuso sexual ocorrido na infância das genitoras se mostrou presente.

FAMÍLIA 1: A narrativa da genitora envolve uma infância e adolescência marcada por forte violência estrutural, situações de negligência, maus tratos e consistentes apontamentos de exploração sexual e trabalho infantil.

FAMÍLIA 4: Sra.4 demonstrou, durante o atendimento no NACA, bastante fragilidade diante da situação, expondo que sempre teve medo que algo deste tipo acontecesse com a filha, pois teria ela mesma sido vítima de tentativa de abuso sexual aos sete anos por parte de seu pai.

FAMÍLIA 6: Sr.6 informou que tinha conhecimento de que a Sra.6 teria sido abusada pelo pai quando criança.

As FAMÍLIAS 1 e 8, apesar do relacionamento entre as adolescentes e suas mães serem de afastamento afetivo, apresentaram dinâmicas diferenciadas. Nos dois casos as adolescentes mantinham romance incestuoso<sup>21</sup> com os pais, de afeto e cumplicidade. Em ambas as situações, as adolescentes se comportavam e eram tratadas pelo suposto autor como suas companheiras. Quando se reconheceram em situação de abuso sexual, as adolescentes contaram para suas mães, apesar do difícil relacionamento que mantinham, como se esperassem delas o comportamento protetor de que necessitavam no momento da revelação.

A análise dessas duas famílias será melhor aprofundada em momento posterior, tendo em vista as especificidades em suas dinâmicas.

A relação conflituosa ou com baixa comunicação entre adolescente e genitora é característica recorrente nas famílias estudadas nesta pesquisa. No entanto, apenas na FAMÍLIA 2 fica clara a existência de conflitos desde a infância. As outras dinâmicas mostram relações permeadas pelo distanciamento afetivo. Assim, os registros não nos fornecem dados para uma análise quanto às dificuldades apresentadas terem relação direta com a fase da adolescência.

FAMÍLIA 1: relação mãe e filha afastada, a adolescente dizia que a mãe gostava mais do irmão mais velho do que dela.

FAMÍLIA 2: A2 dizia que não se sentia gostada por sua mãe que inclusive a chamava pelo nome.

FAMÍLIA 8: A adolescente relata a sua distante relação com a mãe, assim construída pela contribuição de ambas, como também, pelo forte e estreito vínculo estabelecido desde muito pequena com o genitor.

É sabido, e abordado de forma mais aprofundada no Capítulo I desta dissertação, as dificuldades que perpassam o relacionamento entre a adolescente e os pais tendo em vista o momento de crise pelo qual passam durante essa fase do desenvolvimento humano (Alberti, 2004; Aberastury, 1981). A necessidade quanto ao luto pelos pais da infância, processo fundamental para a passagem para a fase adulta (Aberastury, 1981), proporciona fricções no relacionamento

---

<sup>21</sup> Para maior aprofundamento do termo “romance incestuoso” sugerimos a leitura do capítulo da apostila de FAHLBERG (2001) referente ao “Caso Pai e Filha”.

entre a adolescente e os pais. Não somente os adolescentes vivem esse momento de instabilidade emocional, mas também os pais por se sentirem muitas vezes alijados da vida de seus filhos. Enfrentando esse momento pelo qual passa o adolescente como comportamentos de rebeldia ou de desobediência às suas orientações e valores familiares, os pais podem, e em muitas vezes o fazem, se afastar dos filhos por não suportarem tamanho conflito.

Devemos considerar que não trabalhamos neste estudo com pais ideais, ao contrário, para que possamos tentar entender as influências dessa fase do desenvolvimento humano, precisamos considerar as relações dentro de suas realidades contextuais, com a existência de pais que compartilham essas dificuldades com os filhos baseados nos recursos internos que possuem para tal, a partir de sua própria experiência de vida.

Isso não só não é fácil como às vezes impossível, razão de não haver pais ideais do adolescente mas simplesmente seus pais, que o ajudarão, na medida do possível, a atravessar o processo descrito por Freud como o da construção de um túnel, cavando pelos dois lados, nem sempre em linha reta mas suficientemente estruturado para permitir a travessia. (Alberti, 2002, p. 11)

Devemos lembrar que ao abordarmos o abuso sexual intrafamiliar de adolescentes do sexo feminino não estamos nos referindo apenas a desigualdades geracionais de poder, mas também de gênero, não só referente à adolescente, mas também à genitora. É sabido que a divisão social e sexual do trabalho em nossa sociedade coloca a mulher num lugar de subalternidade em relação ao homem, não havendo autorização para questionamentos quanto ao comportamento do genitor, mesmo perante a possibilidade de ocorrência do abuso sexual contra a própria filha. (Morgado, 2011)

Pensar a violência como um problema de poder contradiz a ideia de que a violência é uma força bruta e cega. Contradiz a aceitação da violência como algo inato, e aponta para a natureza histórica do fenômeno, que inclui, mas excede, o individual (Agudello apud Camargo e Buralli, 1998, p. 25). (Morgado, 2011, p. 41)

Dessa forma, a ausência de comportamento protetor da mãe perante a agressão à sua prole não pode ser considerada como fator isolado e/ou individual da genitora, mas como consequência do lugar que ocupa na sociedade, em que o poder é distribuído de forma desigual nas relações familiares, elegendo o homem como o “chefe da família”, o que contribuiu para a hierarquização nas relações de gênero, importante dimensão a ser considerada na análise do abuso sexual intrafamiliar” (Oliveira, 2011, p.58). Assim sendo, retornamos à posição de Morgado (2011) no que se refere à ocorrência desse tipo de violência: “a violência

doméstica não deve ser vista como um fenômeno das relações interpessoais, mas como expressão de violência *nas relações interpessoais*” (p. 57, grifo nosso).

Considerando alguns relatos, nota-se como característica da relação do casal parental<sup>22</sup> o fato do alegado autor ter sido o suporte financeiro e emocional da esposa/companheira ao se conhecerem, o que proporcionou em alguns casos a saída da mulher da casa de sua família de origem, na qual em algumas famílias possuía uma dinâmica já permeada pela violência. Ao se encontrarem inseridas em famílias conflituosas, ou em alguns casos também em dinâmica de abuso sexual, essas mulheres buscaram em seus companheiros o apoio que precisavam para romper com a dependência da família de origem. Diante de tal quadro, o enfrentamento à violência que sua filha está submetida faz com que tenha que abdicar do homem com o qual estabeleceu laços suficientemente fortes a ponto de permitir-se romper com o ciclo familiar de violência ao qual estava submetida. Esse conflito sobrepõe duas dimensões da vida e da identidade dessa mulher/mãe, o que tem grande possibilidade de influenciar em sua efetividade como figura protetora da filha. Todas essas variáveis precisam ser consideradas para que não se incorra no risco de culpabilizar a mãe pela ausência de proteção, podendo, assim, perceber essa mulher em sua integralidade. (Oliveira, 2011; Morgado, 2012)

Mesmo que a decisão pela permanência na mesma residência na companhia de todos os integrantes da família inclusive da adolescente possa ocorrer, como aconteceu na FAMÍLIA 1, a deflagração da alegação do abuso sexual traz consequências para a imagem desse homem, que até então tinha a chance de manter intacta a ideia de ser apenas o protetor da família.

Acreditamos que esse pode ser considerado um dos motivos pelos quais algumas genitoras apresentam dificuldade em acreditar na fala de suas filhas, já que essa crença faria com que tivessem que ressignificar o lugar desse homem em suas vidas, o que, para algumas, poderia gerar um sofrimento que seus recursos internos não seriam suficientes para suportar.

FAMÍLIA 1: Sr.1 me protegeu e a família inteira dele. Ele nunca me sustentou, mas me deu muito afeto, carinho. Eu nunca tive isso de minha família – de minha mãe, ela era muito seca (Sra. 1).

FAMÍLIA 3: Segundo a genitora, no início do seu relacionamento Sr.3 se mostrava atencioso tanto em relação a ela como seus filhos, se estabelecendo como uma rede de apoio na educação e provimento das necessidades básicas dos meninos.

---

<sup>22</sup> Relembramos que, neste trabalho, a relação de parentalidade é considerada a partir dos vínculos estabelecidos e do exercício da função paterna.

FAMÍLIA 8: (...) logo foi residir com o Sr.8 aos 14 anos, quando ele tinha 30. Morava com a sua genitora que veio a falecer 4 anos depois que ela saiu de casa. A narrativa da genitora envolve uma infância e adolescência marcada por forte violência estrutural, situações de negligência, maus tratos e consistentes apontamentos de exploração sexual e trabalho infantil. Portanto, Sr.8 tem um papel divisor de águas na sua história. Juntos aprimoram-se profissionalmente e constituíram a própria vida.

Dos casos estudados, em apenas um deles é verbalizado o fato da adolescente supostamente ter sido privilegiada pelo pai – o alegado autor do abuso sexual. Na FAMÍLIA 6, a irmã mais velha, pessoa para a qual a adolescente relata a ocorrência do abuso, fala, em entrevista com os profissionais, que sempre desconfiou que algo diferente acontecia entre o pai e a irmã, pois essa recebia tratamento diferenciado, inclusive não tendo sido alvo daquilo que considera como correções educacionais aplicadas pelo genitor, como as palmadas, que ela mesma teria recebido. O alegado autor confirma tal afirmação, mas a justifica dizendo que a adolescente obedecia-o de forma mais rápida. Segundo registro na evolução do caso, a irmã mais velha

Declarou que sempre observou um comportamento diferenciado do genitor em relação à irmã, que era sempre poupada e muito mais atendida em suas solicitações.

Declarou que chegou a perguntar diversas vezes à adolescente sobre a possibilidade da ocorrência de alguma situação inadequada perpetrada pelo genitor, e que a irmã sempre negou. Até que a adolescente disse: que precisava contar uma coisa, porque não aguentava mais guardar isso.

Ao que os relatos indicam, a filha mais velha dessa família, após a saída de casa da mãe e da irmã, necessitou resgatar sua relação com o pai já que até então sentia como se A6 estivesse entre eles. Manteve-se assim morando com o genitor até seu casamento, apesar dela mesma perceber a veracidade dos fatos. Isso vem a confirmar o quanto o genitor é para sua família alguém além de autor do abuso sexual, o que fundamenta toda a preocupação dos estudiosos da temática em não permitir que um olhar focado apenas na violência traga mais sofrimento para essa família, além daquele já presente pela própria dinâmica abusiva (FURNISS, 1993; Oliveira, 2011; Morgado, 2001; Sanderson, 2005).

Em muitos casos, nota-se que a adolescente vítima de abuso sexual intrafamiliar se sente especial para o autor, principalmente para aquelas que recebem tratamentos muitas vezes carinhosos e aparentemente cuidadosos. Essas supostas demonstrações de carinho, que podem englobar comportamentos sexualizados, podem ser interpretadas pela adolescente como manifestação de afeto que somente a ela são transmitidos e que, por essa razão, pode a adolescente se sentir especial nessa relação.

Os sentimentos de ambivalência vividos pelas crianças ou adolescentes desencadeiam um processo de quebra de confiança em si e em outros adultos, abalando profundamente sua autoestima. Nos casos de abuso sexual, ela se percebe especial por ter sido escolhida para receber aquele tipo de “carinho” e, ao mesmo tempo, culpada por não conseguir evitá-lo; “sente-se suja e não amada”, embora experimente uma sensação de triunfo (FURNISS, 1993, p.54).

A gratificação secundária através de subornos e recompensas pode ter efeitos extremamente corruptores. As crianças que sofreram abuso sexual e que apresentam comportamentos tortuosos frequentemente tiveram relacionamentos abusivos mantidos por aspectos de suborno e recompensas. Isso inclui recompensas materiais que a criança sabe não serem recebidas pelas crianças que não sofrem abuso. Também inclui convencer as crianças de que elas são melhores, mais encantadoras e mais especiais do que outras pessoas significativas nas suas vidas, assim como suas mães, irmãos e outras crianças. Um senso deturpado de ser especial pode resultar em um senso de ego inflado que é espúrio e falso e não se relaciona à apreciação das verdadeiras necessidades da criança e dos cuidados em relação ao seu verdadeiro eu. (FURNISS, 1993, p. 37)

Nos casos estudados nesta pesquisa a recompensa material não se fez presente, no entanto, notam-se sentimentos contraditórios da adolescente para com o autor do abuso sexual. Apesar de sentirem que tiveram seus corpos violados, e conseqüentemente seu emocional também, em alguns casos nutrem pelo suposto autor sentimentos de carinho e afeto, sinalizando inclusive o quanto exerceram também o papel de cuidadores. Retornamos, então, à discussão sobre os diversos papéis exercidos pelos supostos autores mesmo durante o período em que o alegado abuso se deu. A confusão de sentimentos pelos quais a adolescente passa pode trazer a falsa ideia de que seriam responsáveis pela ocorrência do abuso já que não nutrem pelo suposto autor apenas sentimentos negativos, assim como podem se sentir culpadas por terem revelado a agressão e os responsáveis serem punidos por tal.

Quanto aos tipos de interações abusivas relatadas, interessa notar, que dos oito casos estudados em somente três a ocorrência da penetração fora declarada pela adolescente, e deles em apenas dois – FAMÍLIA 3 e FAMÍLIA 8 – tiveram o pai/padrasto como a pessoa que primeiro a fez. Esse fato nos leva a pensar na preocupação que o suposto autor tem em não deixar evidências quanto à violência perpetrada. Em um dos casos, por exemplo, o pai exigiu, após a revelação, que a adolescente realizasse exame para verificar se era virgem, tentando assim desconstruir a ideia da ocorrência do abuso sexual. Esse pai obviamente nunca havia chegado à penetração e tinha conhecimento que a filha não mantinha relacionamento sexual com nenhum outro parceiro.

Na dinâmica da FAMÍLIA 2 a mãe afirma que nada sabia sobre o abuso sexual, no entanto, em certo momento declara que acha que o padrasto

incentivava a filha a manter relação sexual com o namorado já que ficavam, a adolescente e o padrasto, assistindo filmes eróticos até de madrugada. A declaração dessa genitora nos conduz a duas reflexões: primeiramente, retornando ao parágrafo anterior, a preocupação do agressor que a adolescente mantivesse a primeira relação sexual com outro parceiro que não ele; em segundo lugar, à ambivalência, presente na mãe, que poderia conduzi-la à crença da não veracidade dos elementos apresentados e por ela notados. Esta genitora diz à equipe técnica que “gostaria que tudo fosse desmentido” e que “apesar de ter visto várias pistas, nunca imaginou que ele podia estuprar a sua filha”.

O tratamento dispensado à adolescente pelo suposto autor do abuso sexual muitas vezes se apresenta como manifestação emocional equivalente ao relacionamento homem e mulher/companheira naquilo que se refere à permissão que a adolescente tem para namorar. “Mais explícito nos casos de abuso sexual, o sentimento de posse sobre a criança ou a adolescente revela-se como uma dimensão do abuso de poder” (Morgado, 2012, p.81).

Nas famílias aqui estudadas, pudemos perceber que a fala da adolescente quanto a ser tratada como mulher do pai, e não como filha, apresenta-se nos mesmos casos em que as adolescentes são proibidas de namorar. Cabe registrar que em algumas situações é a própria mãe que a proíbe de fazê-lo, como é o caso da FAMÍLIA 6. Nessa família a mãe admite que já havia tido indícios quanto a ocorrência do abuso sexual, pois “já havia visto o autor olhando pelo buraco da fechadura”, mas nega saber da violência. Essa genitora declara aos profissionais que a estão atendendo que sabe que seu casamento de 30 anos “era sustentado pelo abuso sexual”. Suscita-nos a ideia da possibilidade de que essa mãe, na tentativa de perpetuar seu relacionamento, mantém sua filha disponível para a ocorrência do abuso sexual, inclusive a mantendo dentro de casa a maior parte do tempo com o argumento quanto à necessidade de se aprofundar nos estudos, o que fazia com que a adolescente mantivesse interações sociais fracas e, consequentemente, poucas relações de confiança que permitissem a revelação do abuso sexual.

Nas famílias que evitam conflitos, nós encontramos uma enorme discrepância entre a autoimagem familiar e a realidade da qualidade dos verdadeiros relacionamentos familiares. As famílias que evitam conflitos apresentam-se ao mundo externo como funcionando bem, e são governadas por regras morais familiares rígidas. (FURNISS, 1993, p. 58)

O comportamento punitivo e moralista em relação a sexo e a conversar sobre assuntos sexuais, e a simultânea dependência emocional e rejeição sexual entre os parceiros conjugais, alimentam o processo conectador de evitação do conflito. O relacionamento sexualmente abusivo serve para conservar a divisão entre os aspectos emocional e sexual do relacionamento conjugal e entre os aspectos de



cuidados emocionais e práticos do relacionamento entre mãe e a criança. O abuso sexual encobre o desequilíbrio da dependência emocional no casamento e remove a pressão do precário relacionamento sexual entre os pais. (FURNISS, 1993, p. 60)

Percebe-se, dessa forma, que a problematização quanto ao lugar ocupado pela adolescente na dinâmica abusiva de forma alguma se conecta a compreensão que o sugira como algo proveniente de sua livre escolha. Antes, dadas as diversas dimensões de desigualdades de distribuição de poder envolvidas, majoritariamente as adolescentes são postas – embora de maneira não totalmente passiva, sem qualquer anuência sua – nesse ou naquele lugar, em uma economia de trocas familiares (Minuchin, 1982; Laing, 1983).

Em outras dinâmicas familiares aqui estudadas percebem-se fragilidades nas fronteiras entre o subsistema conjugal e o subsistema parental. Na FAMÍLIA 1 identifica-se um emaranhado (Minuchin, 1992) entre os subsistemas, no qual a adolescente passa a participar do subsistema conjugal, assumindo em alguns casos o papel de mulher não somente naquilo que se refere ao relacionamento sexual, mas também como companheira emocional do autor<sup>23</sup>. Esta hipótese aqui levantada é confirmada através da verbalização feita pelo pai/autor do alegado abuso durante o atendimento psicossocial, como também pela colocação da própria adolescente.

A adolescente sempre sinalizou que sempre gostou de ficar no lugar de amiga do pai, além do de filha, diz que se sente como filha “quase sempre” e como amiga “quando ele conversa comigo”.

Sr.1 diz se sentir aliviado pela revelação do abuso sexual, no entanto diz que sente falta de alguém que o escute por que “quem fazia isso era A1”.

Verificou-se, pela instituição, a necessidade da redefinição das relações parentais, visando a real asseguuração da proteção da adolescente. Estes encontros proporcionaram a percepção do quanto “A1 ainda estava bastante presente entre o casal, uma vez que foi evidenciado no relato dos três, que os pais, separadamente, compartilhavam com a filha sentimentos, anseios e frustrações decorrentes da situação vivenciada por todos.

A avaliação quanto à necessidade das redefinições das relações parentais realizada pela instituição, nos mostra o quanto para a reorganização familiar pretendida pela FAMÍLIA 8 se fazia imprescindível a existência de fronteiras claras entre os subsistemas, assim como expõe Minuchin (1982),

<sup>23</sup> Como nesta família houve o reconhecimento por parte do pai quanto a ocorrência do abuso sexual, estamos trabalhando com a terminologia *autor*, em vez de *suposto autor*.

Para o funcionamento apropriado da família, as fronteiras dos subsistemas devem ser nítidas. Devem ser definidas suficientemente bem para permitir que os membros do subsistema levem a cabo as suas funções, sem interferência indevida, mas devem admitir contato entre os membros do subsistema e outros. (Minuchin, 1982, p. 59)

Nessa, como em algumas outras famílias analisadas, a vida sexual entre o casal não mais ocorria. No entanto, não aparece nos instrumentos utilizados na pesquisa nenhum registro de qualquer tentativa de reflexão, acerca do fato, feita pelos casais parentais, anteriores à revelação. Esse fato nos parece indicar que o lugar de companheira sexual do homem é desempenhado pela adolescente, sem que isso seja explicitado, proporcionando assim a triangulação do casal com a criança/adolescente como bem explicita FURNISS (1993),

Os pais são incapazes de suportar um claro conflito conjugal e sexual. Os relacionamentos conjugal e familiar são idealizados, o que impede a adequada solução dos problemas. Os problemas do casal precisam ser negados para ser mantida a aparência de harmonia conjugal perfeita. A evitação do problema de qualquer conflito sexual conjugal claro conduz à triangulação da criança. A delegação do relacionamento sexual coloca a criança em uma aliança sexual de pseudoadulta com o pai e lhe dá o status de pseudoparceira no nível sexual, do qual a mãe é excluída pelo segredo. Ao mesmo tempo, a filha mantém um status de criança conjuntamente aceito, no nível do cuidado prático. O papel secreto de pseudoparceira sexual da criança resulta em uma perturbadora vitimização. Ao mesmo tempo, lhe dá uma posição central na família, sobre a qual a família, com sua imensa e rígida moralidade, jamais comunica (FURNISS, 1993, p. 60).

Na família que regula o conflito, o abuso sexual não constitui a maior ameaça à família. Embora o abuso possa nunca ser discutido abertamente, ambos os pais podem secretamente aceitar o papel da criança ou crianças que são submetidas a abuso sexual. O conluio entre os pais aumenta a dependência do pai em relação à esposa e ela, por sua vez, tolera o abuso ou pode até mesmo facilitá-lo. Isso serve, apesar de todos os claros e violentos conflitos, para manter o pai emocionalmente dependente e firmemente ligado à família. Na família que regula o conflito, o abuso sexual serve para estabilizar os picos do violento conflito conjugal que ameaça a coesão da família (FURNISS, 1993, p. 60).

O autor, que foi o único entre as oito famílias estudadas que assumiu a ocorrência do abuso sexual, cita que a filha é sua companheira e confidente, que é com ela que conversa, que discute seus problemas, em suma, a adolescente é a pessoa com a qual divide seus sentimentos. A genitora, por questões profissionais – pelo menos é o que aparece nos relatos – fica bastante ausente de casa, sendo o pai quem assume os cuidados com os filhos. O vínculo afetivo entre genitor e adolescente mostra-se muito intenso, chegando a adolescente, após a revelação, dizer que caso o pai fosse preso ela se mataria.

Essa adolescente – FAMÍLIA 1 – deseja a interrupção do abuso sexual mas não a punição de seu pai. Esse caso mostra com muita propriedade o quanto os sentimentos pelo autor do abuso, quando pessoa afetivamente ligada à vítima,

são ambíguos. Ele pode ter sido o autor da violência, mas em muitos casos não é somente isso, também é pessoa querida e amada pela filha.

Ao retornarmos a discussão sobre a relação que se estabelece entre a criança e o agressor, faz-se necessário ressaltar que o adulto (pai/padrasto) não é só um abusador, ou, como nos lembra Crivillé: “de fato, o perigo é esquecer que o sedutor não é somente isso, não o é para si e não o é para a criança”. (Crivillé, 1997, p. 138 apud Morgado, 2012, p. 98)

(...) mesmo o abuso tendo provocado danos, o relacionamento com a pessoa, o apego, a interação podem ter sido a experiência mais importante e intensa na vida da criança. Essa experiência tem que ser considerada e examinada. (FURNISS, 1993, p. 20)

No caso dessa família – FAMÍLIA1 –, o que nos parece ter possibilitado a permanência do pai no grupo familiar, inclusive residindo na mesma casa, com todos os integrantes do núcleo familiar tendo conhecimento do ocorrido, foi justamente o fato de ter assumido o ato. O autor se coloca como uma pessoa que possui algum problema que faz com que não consiga se controlar, quando diz: “algo de bicho foi o que aconteceu”, deixa claro que, também ele, não acredita que abusar sexualmente de sua filha seja algo normal dentro dos padrões socialmente estabelecidos. Esse pai procura ajuda no Programa Saúde da Família, mesmo após ter conseguido interromper a ocorrência do abuso, porque segundo diz “tem dificuldade para se controlar”. Esse homem busca as razões que o levaram a abusar de sua filha, vislumbrando, inclusive, a possibilidade da utilização do álcool ser o responsável por tal comportamento, o que a literatura nos mostra ser apenas um facilitador para a manifestação de comportamentos inadequados em diferentes situações (Morgado, 2001; Oliveira, 2011; Gabel, 1997).

Parece-nos que o Sr.1 consegue perceber que seu impulso ao abuso sexual é algo que foge ao seu controle. Esse fato vem ao encontro do que FURNISS (1993) denomina de Síndrome de Adição para o autor, o qual pode, inclusive, com a interrupção do abuso sexual, entrar em uma crise de abstinência. “A tentativa de parar o abuso pode levar a sintomas de abstinência tais como ansiedade, irritabilidade, agitação e outros sintomas” (FURNISS, 1993, p.38).

Existem fortes indícios de que tanto na FAMÍLIA 1 como na FAMÍLIA 8 ocorreu um forte processo de interação entre o autor do abuso e a criança/adolescente, fazendo com que sua ocorrência parecesse um desejo natural de ambos – autor e vítima. A manutenção do segredo, fruto de ameaças ou alianças induzidas pelo autor do abuso sexual, pode dar a falsa ideia de que a criança/adolescente é culpada pela violência sofrida. Conforme defendido por FURNISS (1993), “a culpa contém um duplo conceito, com um componente legal

e um componente psicológico”. Dentro dos processos legais o autor será considerado o culpado tendo em vista que:

O aspecto linear de ser culpado está diretamente relacionado à responsabilidade legal da pessoa que cometeu o abuso como figura parental, como um resultado da dependência estrutural da criança no abuso. Quando esta responsabilidade é violada, o progenitor pode ser considerado culpado pelos tribunais ou agências estatutárias. (FURNISS, 1993, p. 17)

Já diante dos aspectos psicológicos, a culpa mostra-se fruto do processo de interação ocorrido entre o autor e a criança/adolescente, como bem expõe ainda o mesmo autor.

O aspecto psicológico de *sentir-se culpado* está ligado ao aspecto relacional da participação e resulta do fato de que a pessoa que cometeu o abuso e a criança estão igualmente envolvidas no abuso em termos interacionais. A diferença entre os aspectos legal e psicológico de culpa significa que apenas o progenitor pode ser *considerado culpado*. Mas a pessoa que cometeu o abuso e a criança podem sentir-se *igualmente culpados*, como uma expressão dos eventos psicológicos que se derivam da experiência na interação abusiva. (FURNISS, 1993, p. 17, grifo do autor)

Na FAMÍLIA 8, apesar de ter havido um processo de interação bem semelhante à FAMÍLIA 1, no que se refere aos sentimentos da adolescente – “a adolescente reconheceu a forte afinidade que sempre nutriu pelo genitor que representava uma referência para ela na construção das suas relações com os outros e na sua forma de expressar o mundo” – o comportamento paterno se apresenta bastante diferenciado do da FAMÍLIA 1. O pai não só nega a ocorrência do abuso sexual, assim como tenta desqualificar o comportamento da filha, dizendo que A8 acusou-o com a intenção de sair de casa e poder usufruir de uma vida de mais conforto material com o namorado, assim como afirmou que a adolescente sempre teria tido desde a infância “características sedutoras e inadequadas em sua direção”.

FURNISS (1993) expõe que encontrou em sua prática profissional comportamentos nos quais a criança/adolescente apresentou comportamento sexualizado, ou sedutor, em relação ao pai, assim como em relação a outros homens. No entanto, faz a ressalva de que estes comportamentos são resultados do abuso anterior perpetrado contra as vítimas.

Espera-se que o pai, em seu papel de progenitor, trace as fronteiras adequadas. Isso significa que mesmo que uma criança se comportasse de uma maneira abertamente sexual, comportamento que cada vez mais aprendemos a ver como resultado de abuso sexual anterior e não como ponto de partida, e mesmo que as crianças fossem abertamente sedutoras e tentassem iniciar o abuso sexual, como por exemplo entrando no quarto do pai de modo sexualmente convidativo, seria sempre responsabilidade do pai estabelecer limites. Nem mesmo o mais

sexualizado ou sedutor comportamento jamais poderia tornar a criança responsável pela resposta adulta de abuso sexual, em que a pessoa que comete o abuso satisfaz seu próprio desejo sexual em resposta à necessidade da criança de cuidado emocional. (FURNISS, 1993, p. 21)

Sra.8, apesar de em um primeiro momento ter acreditado no relato da filha e ter, inclusive, comparecido à delegacia para o registro de ocorrência, após conversa com o companheiro passa a duvidar da veracidade dos fatos. Sua justificativa é que o comportamento de A8 não condiz com quem sofreu esse tipo de violência, como registrado no relatório interdisciplinar,

Sra.8 ainda acrescenta observações sobre as reações cotidianas da adolescente, referindo-se ao comportamento alegre e a motivação cotidiana que na sua opinião, seriam incoerentes para uma pessoa que estaria em situação de violência. Rebate ainda, aparentando surpresa e interrogação, com o argumento que após a denúncia, e consequentemente supressão dos abusos, A8 teria passado a apresentar tristeza e agressividade.

Sra. 8 parece se utilizar de todos os recursos reais e simbólicos para negar a ocorrência do abuso sexual. Se nos remetermos ao relato do caso, perceberemos que o suposto autor teve grande importância quanto a sua saída da casa dos pais, na qual era vítima de agressões. No relatório técnico há a menção a esse casamento ter sido um “divisor de águas” em sua vida, assim, crer na ocorrência do abuso sexual seria ter que rever a imagem até então construída desse homem e, consequentemente, passar a limpo toda sua história de vida. Como registra a equipe técnica, “Sra.8 parece não acreditar, como se o benefício da dúvida fosse mais suportável que a dor da certeza”.

Os registros técnicos fazem menção ao reconhecimento da adolescente quanto a um forte sentimento que nutre pelo genitor:

Ao mesmotempo em que o incômodo se fez presente, a adolescente reconheceu a forte afinidade que sempre nutriu pelo genitor, que representava uma referência para ela na construção das suas relações com os outros e na sua forma de expressar o mundo.

Acredita-se que houve um romance incestuoso, onde A8 se apaixonou pelo pai, sentindo-se muitas vezes como um namorada. [...] entretanto parece que a inadequação subjacente a essa conjugalidade simbólica se apresentava como um incômodo, mas com contornos pouco consistentes para a adolescente. (relatório técnico)

Nesse sentido, esse caso singular nos mostra o quão sofrido pode ser para uma criança ou adolescente ser envolvida numa interação sexual incestuosa. Não estamos aqui nos referindo apenas ao uso inadequado de seu corpo – não que isso seja pouco –, mas ao envolvimento emocional no qual se sente envolvida

emocionalmente pelo autor, que além de agressor é inclusive seu pai, que demonstra após a revelação uma total falta de cuidado na condução do processo, a fazendo pelo viés da desqualificação da adolescente, que com certeza é uma sobrevivente da dinâmica familiar perversa da qual participou (FURNISS, 1983; Fahlberg, 2001).

Assim, avaliamos importante encerrarmos este capítulo transcrevendo parte do relatório psicossocial fruto dos atendimentos realizados à FAMÍLIA 8, tendo em vista as considerações feitas às variáveis que perpassaram todo o processo do abuso sexual.

Mas convém ressaltar que durante o período da avaliação psicossocial da família, explicações lineares não esgotam a forma como se organizaram e funcionaram durante tanto tempo, conferindo aos membros deste grupo o lugar de partícipes, em contraposição aos papéis estanques de vítimas, algozes e corresponsáveis. Esta breve digressão, contudo, não obsta a violação de direitos que se faz presente e a necessária responsabilização daqueles, que no entendimento da legislação vigente, precisarem.

## 4

### Considerações Finais

Quando nos propusemos a realizar este estudo, visando o entendimento do lugar da adolescente no abuso sexual intrafamiliar, tendo como recorte o pai ou quem o represente afetivamente como autor da violência, havia a expectativa de que, após a pesquisa, um determinado lugar no qual a adolescente se coloca, ou é colocada, seria encontrado em todas as situações familiares inseridas nesse perfil.

No entanto, com o desenvolvimento de nosso estudo, foi possível perceber que muitas são as nuances que perpassam esse lugar, ou melhor dizendo, esses lugares os quais as adolescentes ocupam.

Algumas semelhanças nos chamam a atenção, tendo em vista, inclusive, sua prevalência em relação ao todo de oito casos analisados. Assim, as abordaremos nestas considerações, tendo como referência a análise dos casos – discutida minuciosamente no Capítulo 3 –, na tentativa de enunciar alguns aspectos especialmente relevantes com relação ao estudo proposto.

Sendo assim, não pretendemos, nem ousaremos, dar respostas fechadas à pergunta que nos motivou a esta pesquisa, já que acreditamos não haver uma única variável que conduza a adolescente a algum lugar determinado em si mesmo. Ao contrário, temos a certeza que esta pesquisa nos suscitou questões relativas a essa dinâmica que nos permitirão levantar hipóteses, ou talvez, questionamentos que poderão vir a ser de interesse para novas pesquisas.

O estudo da fase denominada adolescência, sem o qual não seria possível esta pesquisa, nos possibilitou o entendimento do quanto esse momento de tanta instabilidade emocional se faz sofrido para todos os adolescentes em geral, já que necessitam, para que alcancem sua identidade de adulto, passar a limpo sua infância, deixando no passado questões pertinentes a essa fase.

Destarte, precisamos compreender que *deixar no passado* não significa negar todo o legado que nos foi possível apreender, ao contrário, é sim fazer escolhas de forma a sedimentar no seu EU os valores que sentirem ser adequados àquilo que creem; como se os pais, até então idealizados, e que precisaram até essa fase estar fisicamente presentes para dar-lhes o contorno necessário às suas

ações e pensamentos/valores, agora estivessem internalizados, permitindo, consequentemente, que ocorra a separação dessa idealização parental.

Alberti (2004) nos traz essa reflexão, que acreditamos ser de grande ajuda:

Eu diríamos que esse é um parâmetro determinante para estabelecermos o final da infância: a definitiva incorporação do Outro da infância de maneira que o sujeito não seja mais tão dependente da idealização dos pais da sua infância. Toda criança idealiza de alguma forma seus pais, mas à medida que ela cresce, percebe aos poucos as suas falhas, de forma que o terreno vai se preparando para o *processo de separação* da adolescência.

A separação não é do Outro agora incorporado, mas dos pais imaginarizados e idealizados, e só poderá acontecer se a incorporação dos pais – como diria Freud a propósito do período que chamou de latência – tiver obtido êxito. Quanto mais sólida tal incorporação, maior terá sido a herança dos pais que servirá como recursos para o sujeito adolescente agir conforme suas próprias decisões. (Alberti, 2004, p. 14, grifo do autor)

Resgatamos ainda que, para os pais, essa fase da adolescência na qual os filhos se encontram também é de grande estresse, já que os adolescentes estarão todo o tempo os questionando e contrapondo. Esse processo é considerado necessário para a afirmação da identidade do jovem adulto.

Como já visto, alguns pais têm dificuldade em compreender esse momento e, ressentindo-se de serem tão confrontados, muitas vezes desistem de desempenhar a função parental. A mesma autora explicita as consequências que podem ocorrer fruto dessa dificuldade.

Há vezes em que, diante de tantas reações adversas por parte do (a) filho (a), os pais desistem de desempenhar sua função de pais, entendem que não são mais ouvidos, levados a sério, respeitados, e então, dando de ombros, desistem. Aí são os pais que se separam dos filhos antes destes poderem se separar deles, invertendo os papéis, de forma que a única solução encontrada pelo adolescente nesse momento em que se vê abandonado é a de lutar desesperadamente pela atenção daqueles. (Alberti, 2004, p. 10-11)

É dentro desse quadro que se apresenta a fase da adolescência apresentada em nosso estudo, por essa razão avaliamos importante realizar este breve resgate do momento emocional pelo qual a adolescente e os pais encontram-se. Resgatamos aqui o fato de que nesta pesquisa trabalhamos com o abuso sexual intrafamiliar em que o suposto autor é o pai biológico ou quem o represente afetivamente.

Muitos aspectos encontrados foram-nos particularmente relevantes para este estudo. O fato de nos únicos dois casos em que o suposto abuso sexual tivera seu início na adolescência, ter tido sua revelação de imediato em um deles e no



outro, o período da ocorrência do abuso ter sido curto, nos levanta a hipótese de que quando já na adolescência, a menina têm mais recursos internos para enfrentar as investidas do autor do abuso.

No restante dos casos estudados, afirmam-se as características quanto ao investimento gradual feito pelo suposto autor, conforme as fases do abuso sexual apresentadas neste estudo, perpetuando-se por vários anos. Importante também atentarmos para o fato de o início das investidas ter ocorrido ainda no período da infância, período no qual o sujeito está menos maduro e, conseqüentemente, mais suscetível às influências daqueles a quem depositam sua confiança e crença de serem pessoas que desejam apenas protegê-lo e a quem, na maioria das vezes, amam.

Diante disso, não podemos desconsiderar que a ocorrência do abuso sexual intrafamiliar é atravessada pelos afetos que circunscrevem as relações familiares, entre eles os sentimentos entre a vítima e o suposto autor.

FURNISS (1993) registra que “A participação ativa no abuso sexual constitui o elemento circular e de relacionamento” (p. 16). Faz o mesmo autor a distinção entre o conceito legal de responsabilidade e o conceito psicológico de participação e enfoca que, muitas vezes, esses conceitos são confundidos e, com isso, há uma tendência a culpabilizar a vítima quanto à ocorrência do abuso sexual.

Para que se evite tal conclusão – a da culpabilização da vítima – nota-se que muitos profissionais tendem a negar a argumentação de que as crianças/adolescentes estão ativamente envolvidas no abuso, como se tal admissão as tornasse responsáveis pela violência.

Nós precisamos distinguir entre duas formas de participação ativa. A vasta maioria das crianças que sofreram abuso sexual não toma nenhum papel ativo para iniciar o abuso sexual, mas todas as crianças são participantes ativas na interação abusiva, mesmo se são forçadas contra a sua vontade. (FURNISS, 1993, p. 16)

Diante desse raciocínio, toda criança ou adolescente em situação de abuso sexual intrafamiliar é uma parceira interacional ativa, mesmo que de forma passiva, o que não deve ser confundido com iniciativa ou responsabilidade.

Devemos considerar que não há como se evitar que as crianças e ou adolescentes sintam-se sexualmente excitadas perante um estímulo sexual, o que traz grande conflito emocional para a vítima, podendo inclusive vir a se culpabilizar pela interação abusiva a qual foi ligada. (FURNISS, 1993; Morgado, 2011)

Importante considerarmos também que durante todo o processo de interação abusiva, foi transmitida à vítima a mensagem do quanto sua participação no abuso sexual pode estar diretamente relacionada com sua possibilidade de ganho de afeto. Com isso, a criança ou adolescente pode vir a desenvolver comportamentos sexualizados, manifestados naturalmente, que podem vir a ser interpretados como instigadores à ocorrência, ou à continuidade, do abuso sexual.

Uma característica percebida em nosso estudo e importante a ser considerada é o fato de que, na maioria das situações analisadas, o relacionamento entre a adolescente e a genitora era emocionalmente afastado ou conflituoso, o que se mostrou determinante para a dificuldade da revelação da violência diretamente à genitora. Nossa pesquisa mostrou que em alguns casos as genitoras negaram-se a acreditar na ocorrência do abuso sexual e em outras situações, quando vislumbram a possibilidade de tal ocorrência, utilizam-se de argumentos próprios para a negação do fato, como por exemplo não estar a adolescente se comportando de forma condizente com alguém que sofrera tamanha violência, dentro daquilo que acredita ser o comportamento esperado em tal situação.

Percebe-se, então, que a ocorrência do abuso sexual intrafamiliar pode vir a agravar as dificuldades existentes no relacionamento materno-filial, a ponto de a adolescente permanecer sozinha, sem o apoio e proteção da genitora, após a revelação do abuso, mantendo-se a mãe afastada de sua prole e em companhia do agressor. Importante ressaltar, que essa constatação é um fato percebido durante a pesquisa, mas que em nenhum momento pode ser visto de forma isolada da realidade vivenciada por pela mãe durante seu processo de vida, para que não incorramos no erro de culpabilizá-la pela não proteção, mas sim tentar entender quais os motivos a levaram a não ser capaz de atitudes protetoras efetivas para com suas filhas.

Outra característica marcante nos casos analisados foi a ocupação do lugar de companheira do pai assumido pela adolescente. Em algumas dinâmicas foi possível perceber que a vítima ocupou o lugar de mulher não somente sexual, mas também emocional do pai/padrasto. Nota-se que em alguns casos esse lugar não estava sendo efetivamente ocupado pela genitora. Em algumas dinâmicas o casal parental não mais mantinha vida sexual, como também, por motivos variados, encontrava-se afetivamente afastado. No entanto, o casal evita enfrentar a existência do conflito conjugal, tendo em vista sua necessidade quanto à manutenção de uma aparente imagem de harmonia, levando assim à triangulação da criança/adolescente na relação, delegando-a o relacionamento

sexual, o que a coloca numa posição pseudoadulta, lhe imputando o status de pseudoparceira do pai. (FURNISS, 1993)

Os problemas do casal precisam ser negados para ser mantida a aparência de harmonia conjugal perfeita. A evitação do problema de qualquer conflito sexual conjugal claro conduz à triangulação da criança. A delegação do relacionamento sexual coloca a criança em uma aliança sexual de pseudoadulta com o pai e lhe dá o status de pseudoparceira no nível sexual, do qual a mãe é excluída pelo segredo. (FURNISS, 1993, p.60)

Conclui-se, portanto, que a fronteira entre o subsistema conjugal e o subsistema parental apresentava-se extremamente permeável, a ponto de permitir um emaranhado entre os subsistemas (Minuchin, 1982). Em algumas dinâmicas, essa mistura entre os papéis dos integrantes do núcleo familiar é bastante funcional à manutenção da dinâmica abusiva já que a ocupação do lugar de parceira sexual e afetiva do pai/padrasto possibilita, através do sigilo, que os conflitos existentes entre o casal parental não sejam deflagrados, mantendo-se assim uma coesão familiar, mesmo que de forma inadequada.

Levando em consideração que a fase na qual todas as famílias tiveram a ocorrência do abuso sexual revelada foi quando a vítima já se encontrava na adolescência, surgiu um questionamento pulsante que gostaríamos de deixar aqui registrado: o luto, ou a negação, do pai da infância como processo essencial ao crescimento pode vir a ser o input para a ocorrência da revelação do abuso sexual intrafamiliar? Durante todo o processo deste estudo essa foi uma questão que nos sobreveio e, quem sabe, em momento posterior, possa vir a ser aprofundada.

Esta pesquisa teve a proposta de contribuir para o entendimento do lugar da adolescente no abuso sexual intrafamiliar. Muitos foram os elementos que se apresentaram nas dinâmicas familiares analisadas, algumas encontradas em praticamente todas as famílias, outras mais centradas em apenas algumas. Percebemos neste estudo que por mais que existam dinâmicas próprias aos tipos de violências existentes, cada família circula por ela de acordo com suas possibilidades e sua história, o que demandará intervenções diferenciadas pela equipe interdisciplinar responsável pelo atendimento.

Esperamos assim, ter podido contribuir com elementos que instiguem o interesse de outros pesquisadores, para que possamos continuar nossa busca pelo conhecimento das dinâmicas que perpassam o abuso sexual intrafamiliar, e cooperar para uma intervenção cada vez mais adequada ao enfrentamento do fenômeno.

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência Normal**. Porto Alegre: ArtMed, 1970.

ABRAPIA. **Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes**: conhecendo e prevenindo. [S/d].

ACKERMAN, N. W. **Diagnóstico e Tratamento das Relações Familiares**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

ALBERTI, S. **O Adolescente e o Outro**. Coleção Passo-a-Passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ALVES, Z.; SILVA, M. **Análise Qualitativa de Dados de Entrevista**: uma proposta. Paidéia, n. 2, Ribeirão Preto, 1992.

ALVIN, P. Os adolescentes vítimas de abusos sexuais. In: GABEL, M. (Org.). **Crianças Vítimas de Abuso Sexual**. São Paulo: Summus, 1997, p.72-81.

BARDIN, L. **Análise do Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2011.

BORGES, J. L.; ZINGLER, V. T. Fatores de risco e de proteção em adolescentes vítimas de abuso sexual. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 3, Maringá, 2013.

BOUHED B. PÉRARD D.; ZORMAN M. A extensão do problema: da importância dos abusos sexuais na França. In: GABEL, M. (Org.). **Crianças Vítimas de Abuso Sexual**, São Paulo, Summus, 1997, p. 29-42.

BOURDIEU, P. **Le Sens Pratique**, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980.

BRASIL. **Lei n. 8069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9069.htm)>. Acesso em 20 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Conselho Nacional de Assistência Social/2004.

BRASIL. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**: guia de orientação n. 1, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 109**. Conselho Nacional de Assistência Social. Dispõe sobre a tipificação dos serviços assistenciais. 2009.

\_\_\_\_\_. **Guia Escolar**, Métodos para a Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.836**, de 9 de janeiro de 2004, cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília: Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 113**, de 19 de abril de 2006, dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, SEDH/CONANDA, 2006.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 177**, de 11 de julho de 2006, altera dispositivos da Resolução, nº 113/2006, Brasília, SEDH/CONANDA, 2006<sup>a</sup>.

CRIVILLÉ, A. Nem muito, nem pouco. Exatamente o necessário: reflexões a propósito dos profissionais. In: GABEL, M. (Org.). **Crianças Vítimas de Abuso Sexual**. São Paulo: Summus, 1997, p. 132-143.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL, v. 9. São Paulo, 1976. p.4488-4490.

FERRARI, D. C. A; MIYAHARA, R. P.; SANCHES, C. **A Violação de Direitos de Crianças e Adolescentes**: Perspectivas de enfrentamento. São Paulo: Summus, 2014.

FURNISS, T. **Abuso Sexual de Criança**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABEL, M. (Org.). **Crianças Vítimas de Abuso Sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

GOMES, L. F. **Quais são as razões da violência doméstica contra a mulher? Com a palavra, a vítima**. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br>>. Acesso em: 25 maio 2015.

HABIGZANG, L. F. et al. Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência, In: **Psicologia**: reflexão e crítica, v. 21, n. 2, Porto Alegre, 2008.

HAMON, H. Abordagem sistêmica do tratamento sociojurídico da criança vítima de abusos sexuais intrafamiliares. In: GABEL, M. (Org.). **Crianças Vítimas de Abuso Sexual**: São Paulo: Summus, 1997, p. 174-187.

LAING, R. D. **A Política da Família**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

LÉVI-STRAUSS, C. **As Estruturas Elementares do Parentesco**, Petrópolis: Vozes, 1982 [1908].

MEIRA, C. A. B. **A Utilização do Formulário do Cadastro Único do Governo Federal como Instrumento para Identificação de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes**. Monografia de Pós-Graduação em Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

MINUCHIN, S. **Famílias**: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MORGADO, R. **Abuso Sexual Incestuoso**: seu enfrentamento pela mulher/mãe. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, Pontifícia Universidade de São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, A. C. **Abuso sexual intrafamiliar de crianças e ruptura do segredo**: consequências para as famílias, Tese de Doutorado em Serviço Social, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. Abuso Sexual Intrafamiliar de Crianças e a Família como Totalidade. **O Social em Questão**, n. 28, Ano XV, v. 2. Rio de Janeiro: PUC, 2012.

\_\_\_\_\_. Atuação em redes em casos de violência contra crianças e adolescentes: desafios no reordenamento institucional. In: OLIVEIRA, A. C.; FERNANDES, N. C. B. B. (Org.). **Violências contra Crianças e Adolescentes: redes de proteção e responsabilização**. Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa, 2007, p. 53-71.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002.

PUC/RJ. Coleção Verde, nº 13, **Textos Básicos**. Organização: FAHLBERG, Victoria R., Revisão Técnica: OLIVEIRA, A, C, Rio de Janeiro, 2001.

ROUDINESCO, E.; PION, M. **Dicionário de Psicanálise**, Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais: face feminina. In: CARVALHO, N. (Org.). *A Condição Feminina*. São Paulo, Vértice, 1988. SANCHES, C. **O atendimento psicoterapêutico em situação de violência sexual contra crianças**. In: *A Violação de Direitos de Crianças e Adolescentes: Perspectivas de enfrentamento*, São Paulo: Summus, 2014. p. 75-98.

\_\_\_\_\_. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: **Mulher Brasileira é Assim**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994, p. 151-185.

SAFFIOTI, H. I. B.; VARGAS, M. M. **Mulher Brasileira é Assim**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994.

SANCHES, C. O atendimento psicoterapêutico em situação de violência sexual contra crianças. In: **A Violação de Direitos de Crianças e Adolescentes: Perspectivas de enfrentamento**, São Paulo: Summus, 2014. p. 75-98.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças**: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia. São Paulo: M. Books, 2005.

SCHMICKLER, C. M. **O Protagonista do Abuso Sexual**: sua lógica e estratégias. Chapecó: Argos, 2006.

TEIXEIRA, S. B. S. Reflexões sobre famílias em situação de violência: é possível ajuda-las. **O Social em Questão**, n. 6, Ano V. Rio de Janeiro: PUC, 2001.

ZILBERMAN, M. L.; BLUME, S. B. Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 27, suppl.2, São Paulo, 2005.

## 6 Apêndices

### 6.1.

#### Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) profissional/ ator do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente do Rio de Janeiro/RJ, o (a) Sr. (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada **“O lugar da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar”** (título sob possibilidade de alteração) de responsabilidade da pesquisadora Cátia Aparecida Braga Meira, mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), orientada pelo Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira.

O presente estudo tem como objetivo a discussão do lugar da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, perpetrado pelo pai ou por quem o represente afetivamente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada através da análise de casos, a partir de relatórios interdisciplinares para avaliação da alegação de abuso sexual, assim como entrevistas com a equipe técnica responsável pelo atendimento.

Sua contribuição é extremamente relevante para a condução e elaboração da referida discussão. Caso concorde em participar da pesquisa, fica implícito por meio deste que estará ciente do caráter voluntário de sua participação no instrumento metodológico (entrevista semi-estruturada) a ser adotado. A qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Sua participação não importará em nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Agendaremos a entrevista previamente, em local de sua escolha.



As entrevistas serão gravadas para manter o registro fiel do relato disponibilizado, e posteriormente, será realizada a transcrição das mesmas. O conteúdo das entrevistas, armazenados em arquivo, será destruído após o término da pesquisa. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado sua identidade durante ou após o término do estudo. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Após os esclarecimentos acima, caso aceite participar da pesquisa, deverá assinar este documento em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de dúvidas a respeito desta pesquisa, serão garantidas todas as informações a qualquer momento. O (A) Sr. (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Cátia Aparecida Braga Meira, através do telefone celular (21) 992478707 ou e-mail cbmeira@globo.com, bem como com seu orientador através do telefone do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio (21) 3527-1290 (ramal 212) ou email antoniocarlos@puc-rio.br.

Eu \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_, abaixo assinado (a), concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Declaro que li e compreendi todas as informações referentes a este estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantia de confidencialidade.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do entrevistado)

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(Nome da pesquisadora responsável)

\_\_\_\_\_  
(data)

## 6.2.

## Apêndice 2 – Autorização para Pesquisa de Campo

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



OF. SER 26/2015

Rio de Janeiro, 16 de março de 2015.

Do: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio  
Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Para: Con-tato – Centro de Pesquisas e de Ações Sociais e Culturais  
A/C Coordenadora da equipe do NACA-Rio: Marcia Franco de São Tiago  
Rua Rosa e Silva, 83  
Grajaú – Rio de Janeiro – RJ – 20541-330

Prezada Marcia Franco de São Tiago,

Sirvo-me do presente para solicitar a V. S.<sup>a</sup> autorização para pesquisa de campo da aluna **Cátia Aparecida Braga Meira**, matrícula 1211318, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, no Núcleo de Atendimento a Crianças e Adolescentes (NACA-Rio). A pesquisa da referida aluna, intitulada “O lugar da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar”, terá como procedimento de produção de dados a leitura da documentação referente a casos de abuso sexual intrafamiliar de adolescentes do sexo feminino, cujo processo de avaliação já esteja encerrado, com vistas à compreensão da dinâmica familiar, em termos de relações, vínculos e exercício do poder.

Na expectativa de poder contar com sua colaboração, antecipadamente agradecemos, colocando-nos ao inteiro dispor para fornecimento de informações outras que porventura julgue necessárias.

Atenciosamente,

*Antonio Carlos de Oliveira*  
Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira  
Matrícula: 19421-2  
Orientador da Dissertação de Mestrado  
Email: [antonioCarlos@puc-rio.br](mailto:antonioCarlos@puc-rio.br)



Departamento de Serviço Social  
Rua Marques de São Vicente, 255 – Gávea – 22453-900  
Rio de Janeiro – RJ – Tel (21) 3527-1290/ 3527-1291 Fax (21) 3527-1292



*Recebido  
em 24/03/2015  
Marcia Franco*

## 7

## Anexo – Parecer da Comissão de pesquisa

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



Câmara de Ética em Pesquisa da PUC – Rio

**PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO (2014-26)**

A Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

**Identificação:**

**Título:** “O papel da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar” (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

**Autora:** Cátia Aparecida Braga Meira (Mestranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

**Orientador:** Antônio Carlos de Oliveira (Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

**Apresentação:** A pesquisa propõe analisar qualitativamente o papel da adolescente na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, em termos de relações, vínculos e poder no Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente do Rio de Janeiro – NACA-Rio, junto aos profissionais, assistentes sociais e psicólogos envolvidos no atendimento da família em acompanhamento. Como procedimentos vai valer-se de leitura de documentos e realização de entrevistas semiestruturadas. Adota a teoria sistêmica (Minuchin, 1982) como referência para a compreensão sobre a dinâmica familiar e pretende usar a Análise de Conteúdo (Bardin, 1997) para a análise dos dados coletados.

**Aspectos éticos:** O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido expõe com clareza os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem seguidos e o compromisso do sigilo da identificação do participante. É necessário apresentar no trabalho final escrito a autorização da instituição para a realização da pesquisa.

**Parecer:** Considerando os elementos expostos acima somos de parecer **Favorável** à aprovação do projeto quanto aos princípios e critérios estabelecidos pela Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.

Prof. José Ricardo Bergmann  
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2014.

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos  
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22453-900.  
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527 1619 FAX (021) 3527 1132.  
E-mail: vrac@puc-rio.br